

Relatório Anual

2023



Prezado leitor,

O presente relatório traz, de forma sintética e objetiva, as principais atividades realizadas no ano de 2023 pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID, sistematizando-as cronológica e descritivamente.

Boa leitura!

Apresentação

Nos termos da Resolução do CNJ nº. 128 de 17/03/2011 e da Resolução nº. 20 do Órgão Especial deste Tribunal, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - CEVID - é responsável pela elaboração e execução de projetos de aprimoramento de políticas públicas, no âmbito do Poder Judiciário, relativas à violência doméstica e familiar contra a mulher, determinadas pela Lei nº. 11.340/2006.

Na perspectiva da gestão pública e estratégica, a CEVID tem por atribuição principal elaborar sugestões de ampliação e aprimoramento da estrutura do Judiciário na área do combate e da prevenção à violência doméstica contra as mulheres, proporcionando suporte administrativo e técnico, visando à melhoria da prestação jurisdicional, aos magistrados, aos servidores e às equipes multidisciplinares atuantes do Juizados de Violência Doméstica instalados e nas Varas Criminais.

A Coordenadoria tem, ainda, como objetivos complementares a promoção e articulação interna e externa do Poder Judiciário com outros órgãos governamentais e não governamentais, com a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher; o auxílio para a formação inicial, continuada e especializada de juízes, servidores e colaboradores, na área do combate e prevenção à violência contra a mulher; e a recepção de dados, sugestões e reclamações referentes aos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, promovendo os encaminhamentos e divulgações.

Integrantes

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar;

Doutor Marcos Antônio da Cunha Araújo, Vice-Coordenador Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal do Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Doutora Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral, Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos da Comarca de Ponta Grossa;

Doutora Claudia Andrea Bertolla Alves, Juíza de Direito do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e vara de crimes contra crianças, adolescentes e idosos da Comarca da Região Metropolitana de Londrina;

Doutora Débora Cassiano Redmond, Juíza de Direito Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de São José dos Pinhais;

Doutora Dilmari Helena Kessler, Juíza de Direito substituta em 2º Grau;

Doutor Eldom Stevem Barbosa dos Santos, Juiz de Direito do Juízo Único da Comarca de Paraíso do Norte;

Doutora Fernanda Karam de Chueiri Sanches, Juíza Auxiliar da Presidência do TJPR;

Doutora Lorany Serafim Morelato, Juíza de Direito do Juízo Único da Comarca de Coronel Vivida;

Doutor Lourenço Cristovão Chemim, Juiz de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - Casa da Mulher Brasileira da Comarca de Curitiba;

Doutora Luciane Bortoleto, Juíza de Direito substituta em 2º Grau;

Doutora Luciane do Rocio Custódio Ludovico, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau;

Doutor Rafael Luís Brasileiro Kanayama, Juiz Auxiliar da Corregedoria do TJPR

Doutor Renato Garcia, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Jacarezinho;

Doutora Tais de Paula Scheer, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Doutor Victor Martim Batschke, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau;

Equipe Multidisciplinar

Adriana Stall de Souza - Assistente Social Judiciário;

Aquiles Manholer Neto - Técnico Judiciário, Graduando em Direito;

Bruna Caroline Monteiro Rosa - Assessora Judiciária, Bacharel em Direito;

Carolina Cardoso Dias - Técnica Judiciária, Bacharel em Letras
Inglês/Português;

Ceciana Ames Schallenberger - Psicóloga Judiciária;

Andersson Polli Pereira Follador - Estagiário de Pós-Graduação

Beatriz Aparecida de Medeiros Kinaipp - Estagiária de Pós-Graduação

Giovana Cassales Lanhoso - Estagiária de Pós-Graduação

Julia da Silva Coelho - Estagiária de Pós-Graduação

Letícia Strapazon Dallarosa - Estagiária de Pós-Graduação

Liriele Kava Chiquitti - Estagiária de Pós-Graduação

Luciano Borges Garcia - Estagiário de Pós-Graduação

Stefane Silva de Melo - Estagiária de Pós-Graduação

Taiane Rodrigues Ferreira - Estagiária de Pós-Graduação

Thais Aparecida dos Santos Correa - Estagiária de Pós-Graduação

Ações

Biênio 2023/2024

- 01** Acompanhamento de Projetos de Lei sobre Violência Doméstica em nível Estadual e Federal
- 02** Acompanhamento do Formulário de Avaliação de Risco
- 03** Formação e Capacitação de Servidores e Magistrados na Área da Violência do Doméstica e Familiar
- 04** Acompanhamento na implementação dos grupos reflexivos para autores de violência doméstica
- 05** Acompanhamento do Aplicativo do Pânico Paranaense APP 190 nos Municípios do Estado
- 06** Acompanhamento na remessa e conteúdo de dados ao Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência (BNMPU)
- 07** Acompanhamento do Convênio Estadual da Patrulha Maria da Penha
- 08** Incremento de medidas para diminuir o tempo médio de tramitação dos processos
- 09** Acompanhamento quanto ao suporte na qualificação do atendimento às vítimas
- 10** Banco de Projetos e Boas Práticas

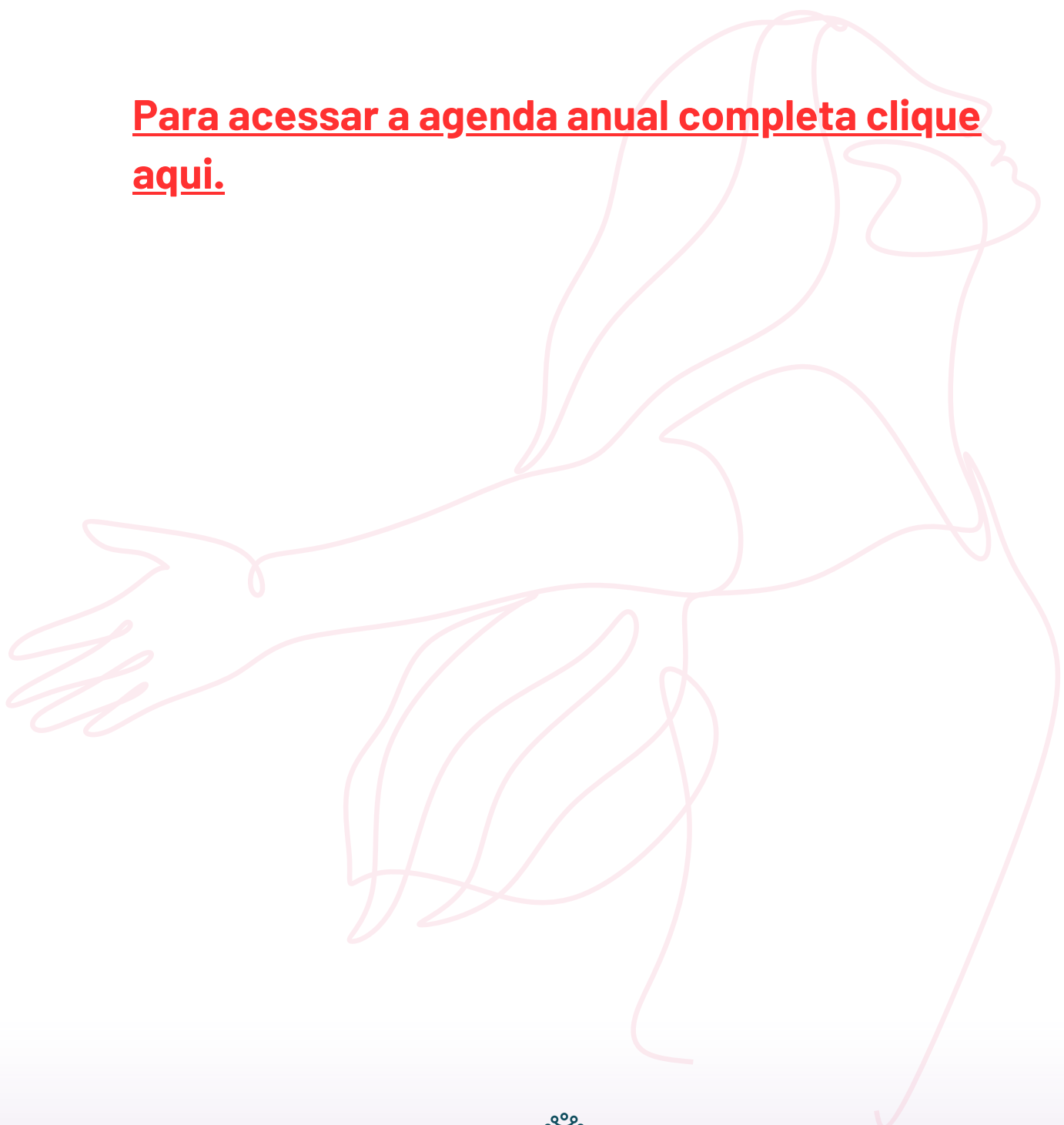
- 11** Alterações na página da CEVID objetivando facilitar o acesso ao público e divulgar as principais ações
- 12** Registro e veiculação da Revista Eletrônica da CEVID
- 13** Criação e Atualização de Cartilhas
- 14** Realização de reuniões públicas trimestrais (espaço de fala)
- 15** Acompanhamento da realização de novos convênios e divulgação do NAMVID (Núcleo de atendimento Multidisciplinar)
- 16** CEVID nas escolas - Projeto Pesquisação
- 17** CEVID Grandes Eventos
- 18** Criação de Banco de Precedentes
- 19** Monitoração Eletrônica - Paraná Mulher Segura:
- 20** Internacionalização da CEVID

A CEVID/TJPR REALIZOU E/OU PARTICIPOU DE

376

REUNIÕES/EVENTOS

[Para acessar a agenda anual completa clique aqui.](#)



Janeiro

CEVID/TJPR GANHA NOVOS MEMBROS EM SUA COMPOSIÇÃO

Neste ano de 2023, a CEVID/TJPR passará a contar com novos membros em sua composição. Além da Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, como Coordenadora, e do Juiz de Direito Marcos Antônio da Cunha Araújo, como Vice-coordenador, também atuam na Coordenadoria Juízes e Juízas de primeiro e segundo grau, em consonância com as determinações dos Atos Normativos do Conselho Nacional de Justiça (resolução nº 254/2018) e do TJPR Resolução nº 20/2011-OE e alterações).

Comporão a equipe da CEVID para o ano de 2023 os (as) seguintes Magistrados (as):

Doutora Fernanda Karam de Chueiri Sanches, Juíza Auxiliar da Presidência; Doutor Rafael Luís Brasileiro Kanayama, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça;

- Doutora Alessandra Pimentel Munhoz Do Amaral, Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos da Comarca de Ponta Grossa;
- Doutor Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos da Comarca de Foz do Iguaçu;
- Doutora Claudia Andrea Bertolla Alves, Juíza de Direito do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina;
- Doutora Débora Cassiano Redmond, Juíza de Direito da Vara Criminal do Foro Regional de Araucária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;
- Doutora Dilmari Helena Kessler, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau;
- Doutor Eldom Stevem Barbosa Dos Santos, Juiz de Direito da Comarca de Paraíso do Norte;
- Doutor Lourenço Cristovão Chemim, Juiz de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Casa da Mulher Brasileira da Comarca de Curitiba;

Janeiro

- Doutora Luciane Bortoleto, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau;
- Doutora Luciane Do Rocio Custódio Ludovico, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau;
- Doutor Renato Garcia, Juiz de Direito da Vara Criminal de Jacarezinho;
- Doutora Tais De Paula Scheer, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
- Doutor Victor Martim Batschke, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau.

Essa gestão compartilhada, composta de membros com distintas experiências de atuação na prestação jurisdicional, contribui para enriquecer o compartilhamento de conhecimentos, projetos e boas práticas que norteiem a elaboração e implementação de políticas públicas, bem como a identificação e atendimento às múltiplas demandas das Comarcas do Estado nas esferas jurídico-administrativa e psicossocial. A CEVID ainda mantém diálogo permanente com os Magistrados e as Magistradas que atuam nos Juízos com competência na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher, cujo apoio e cujas sugestões têm desempenhado um papel fundamental para o bom desenvolvimento das atividades da Coordenadoria. Dessa forma, busca-se garantir uma atuação diversificada e abrangente, que represente e atenda às distintas necessidades de todas as Comarcas do Estado do Paraná no que tange ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher

Janeiro

CEVID/TJPR PARTICIPA DE REUNIÕES PARA ALINHAMENTO DE AÇÕES DO JUDICIÁRIO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Durante os meses de janeiro e fevereiro, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, participou de diversas reuniões com representantes da nova Cúpula Diretiva e de departamentos/setores do TJPR, com o intuito de definir estratégias de atuação e alinhar as ações da Coordenadoria, bem como de fortalecer e ampliar parcerias.

Foram realizadas reuniões com a Corregedoria-Geral da Justiça, a Presidência, a Secretaria, a Assessoria Militar, o Conselho de Supervisão do Atendimento Multidisciplinar e o Departamento do Planejamento do TJPR, com o intuito de apresentar as metas e ações da CEVID – previstas e em andamento – para o Biênio 2023-2024.

Dentre as questões abordadas, tratou-se dos seguintes assuntos: realização de mutirões e apoio à prestação jurisdicional aos Juízos com competência na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher, a fim de propiciar o regular e célere andamento desses casos; capacitação de Magistrados(as) e Servidores(as) na matéria; integração entre os dispositivos de monitoração eletrônica dos autores de violência doméstica e as ferramentas de proteção da vítima (como o Aplicativo do Pânico); regulamentação do atendimento multidisciplinar pelo Judiciário e da utilização do sistema de Cadastro de Auxiliares da Justiça (CAJU); aprimoramentos na obtenção de dados estatísticos relativos aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídios; elaboração e divulgação das ações relativas à 23ª edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa; e efetivação do Aplicativo do Pânico Paranaense no App da Polícia Militar, em todas as Comarcas do Estado.

A atuação conjunta e integrada entre o Judiciário e os entes governamentais, não governamentais e a comunidade é fundamental para garantir a ampliação e melhoria da qualidade do atendimento, a identificação e o encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. Dessa forma, a CEVID/TJPR tem como uma de suas atribuições realizar essas articulações, em âmbito interno e externo, contribuindo, assim, para assegurar a efetividade na aplicação da Lei Maria da Penha em todos os seus aspectos.

Fevereiro

CEVID/TJPR ABRE EDITAL PARA SELEÇÃO DE MATERIAIS PARA A 5ª EDIÇÃO DE SUA REVISTA ELETRÔNICA

Em fevereiro de 2023, teve início a coleta e seleção de materiais para a quinta edição da revista eletrônica da CEVID/TJPR, a ser lançada no mês de junho. O prazo para envio dos documentos se encerrou no mês de março, e os materiais recebidos estão em análise pela Comissão Organizadora.

A Revista Eletrônica da CEVID/TJPR tem a finalidade tanto de registrar as ações da Coordenadoria ao longo do tempo, como de oferecer um espaço para que pesquisadores da matéria de violência doméstica e familiar e estudiosos da área de humanidades divulguem suas produções. Além disso, a publicação visa possibilitar a divulgação de boas práticas e projetos de magistrados(a) e Servidores(as), como também de profissionais da Rede de Enfrentamento, com respeito às políticas públicas por eles desenvolvidas e executadas.

Dessa forma, a revista inclui artigos, projetos e descritivos de ações de autoria de acadêmicos da área, bem como de membros, Servidores/as e colaboradores/as do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Polícias Civil e Militar, das Secretarias Estaduais e Municipais, das Guardas Municipais, entre outros órgãos e entidades, governamentais ou não, de todo o território nacional.

Link de acesso às edições já lançadas da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR:
<https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/revistas>

Fevereiro

INTEGRANTES DA CEVID/TJPR SE REÚNEM PARA PLANEJAMENTO DAS AÇÕES PARA O BIÊNIO 2023-2024

No dia 8 de fevereiro de 2023, às 10h00, foi realizada a primeira reunião com os(as) magistrados(as) integrantes e a equipe de apoio da CEVID, com o intuito de discutir as metas e ações a serem promovidas pela Coordenadoria durante o biênio de 2023-2024. Ainda, tratou-se do planejamento estratégico do Colégio de Coordenadores (COCEVID), da programação de atividades para a Semana da Paz em Casa de março e do II Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FOVID/PR), que ocorrerá nos dias 31 de maio, 1 e 2 de junho.

Na ocasião, foram estabelecidas sete metas principais que nortearão as atividades da CEVID/TJPR. São elas:

- Reduzir, prevenir e responsabilizar os atos de violência contra a mulher, tendo como norte os casos de feminicídio;
 - Reduzir e prevenir a transgeracionalidade da violência doméstica e familiar contra a mulher;
 - Incrementar medidas de prevenção a novas violências por meio da Rede e de tecnologias;
 - Incrementar a Política Judiciária no âmbito do TJPR;
 - Qualificar o atendimento interdisciplinar aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher;
 - Aprimorar a estruturação da CEVID; e
 - Reforçar a divulgação de todas as ações e projetos da Coordenadoria e criar mecanismos para melhorar a comunicação com a sociedade.
- Para o alcance dessas metas, foram propostas dezesseis ações, das quais destacam-se:
- Formação e capacitação de Magistrados e Servidores na área de violência doméstica e familiar; Acompanhamento da implementação do Formulário de avaliação de Risco;
 - Acompanhamento da implementação dos grupos reflexivos para autores de violência doméstica;
 - Acompanhamento da implementação do Aplicativo do Pânico Paranaense e da Patrulha Maria da Penha estadual;

Fevereiro

- Incremento de medidas para diminuir o tempo médio de tramitação dos processos;
- Acompanhamento de projetos de lei sobre violência doméstica em nível estadual e federal;
- Aprimoramentos na página da CEVID, objetivando facilitar o acesso ao público e divulgação das principais ações; e
- Realização de visitas às escolas públicas, para conscientização e sensibilização dos alunos e professores acerca da temática da violência contra as mulheres (CEVID nas escolas – Projeto Pesquisação)

As metas e ações traçadas estão alinhadas com os objetivos do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Paraná para o período de 2021 a 2026, os quais incluem a garantia dos Direitos Fundamentais, o fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e a agilidade e produtividade na prestação jurisdicional. Ainda, estão em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente, com os ODS nº 5 ("Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas) e 16 ("Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis").

Fevereiro

COORDENADORA DA CEVID/TJPR TOMA POSSE COMO PRESIDENTE DO COCEVID DE 2023

No dia 15 de fevereiro, às 8h30, no Tribunal de Justiça do Paraná, aconteceu o evento de posse da Comissão Executiva do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID) de 2023. Na ocasião, a coordenadora da CEVID/TJPR, Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, acompanhada de sua equipe, tomou posse como Presidente do COCEVID 2023. Também foram empossados na ocasião os seguintes membros da Comissão Executiva: o Desembargador Álvaro Kalix Ferro (TJRO), como Vice-Presidente; a Juíza Tereza Germana Lopes de Azevedo (TJCE), como 1ª secretária; a Juíza Eliana Augusta Acioly Machado de Oliveira (TJAL), como suplente da 1ª secretária; a Juíza Tatiane Colombo (TJMT), como 2ª secretária; a Juíza Marianna de Queiroz Gomes (TJGO), como suplente da 2ª secretária; o Juiz Wendel Lopes Barbosa de Souza (TJSP), como tesoureiro; e a Desembargadora Suely Lopes Magalhães (TJRJ) como suplente de tesoureiro.

Estiveram presentes na cerimônia diversas autoridades estaduais e municipais, incluindo representantes do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil. O evento contou com palestras do Conselheiro Márcio Luiz Coelho de Freitas e da Conselheira Salise Monteiro Sanchotene, ambos do Conselho Nacional de Justiça.



Fevereiro

No mesmo dia, no período da tarde, no Auditório Pleno do TJPR, aconteceu reunião extraordinária do COCEVID, com representantes das Coordenadorias da Mulher dos Tribunais Estaduais do país, além de reunião com as Ouvidorias da Mulher. Por ocasião da reunião das Coordenadorias da Mulher, foram apresentadas proposições da nova Comissão Executiva do COCEVID, além de metas e principais ações a serem elaboradas na gestão. Por fim, foi realizada visita à Casa da Mulher Brasileira, centro de atendimento a mulheres em situação de violência, em Curitiba.

O COCEVID foi criado no dia 12 de novembro de 2018, em Recife/PE, durante encontro de Coordenadores realizado por ocasião do X Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID). O Colégio tem por objetivos: aperfeiçoar a Política Judiciária Nacional de enfrentamento da violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário; estimular os(as) seus(suas) integrantes pela troca de experiências e conhecimento; e uniformizar os métodos e os critérios administrativos e judiciais, bem como os projetos e práticas implementadas, observadas as peculiaridades regionais.

Link de acesso ao evento: <https://www.youtube.com/watch?v=DKP6T6GjAc4>

Link de acesso à Carta de Curitiba, produzida durante a reunião ordinária do COCEVID:

<https://www.tjpr.jus.br/documents/12054912/78269142/Carta+de+Curitiba.pdf/844f28df-e04e-91bd-f8f3-452477c103df>

Fevereiro

CEVID/TJPR REALIZA REUNIÃO COM REPRESENTANTES DO TJTO

No dia 16 de fevereiro, às 13h30, no Tribunal de Justiça do Paraná, ocorreu uma reunião entre a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) e representantes do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Na ocasião, a equipe da CEVID apresentou os projetos desenvolvidos pela coordenadoria, além da organização e divisão do trabalho feito pela equipe. Ainda, houve o compartilhamento e a discussão de propostas de projetos para implementação no TJTO.

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, salientou a importância de que a atuação da Coordenadoria seja conhecida dentro do Tribunal, bem como que haja boa comunicação entre a CEVID e outros departamentos, como o de Tecnologia da Informação, para que os trabalhos desenvolvidos sejam repassados e os colegas possam estar cientes dos projetos desenvolvidos e em andamento.

Ao fim da reunião, a equipe da CEVID/TJPR ofereceu apoio ao TJTO para que o Tribunal do Estado do Tocantins possa fortalecer e ampliar a atuação de sua Coordenadoria, como também se disponibilizou a repassar os materiais que se façam necessários.



Março

REALIZADA A 23ª EDIÇÃO DA CAMPANHA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Entre os dias 6 e 10 de março, ocorreu a 23ª edição da Justiça pela Paz em Casa. O programa é realizado pelo CNJ em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais e tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. A campanha também promove ações interdisciplinares organizadas que objetivam dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam.

Iniciada em março de 2015, a Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março – marcando o dia das mulheres –, em agosto – por ocasião do aniversário de sanção da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) –, e em novembro – quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

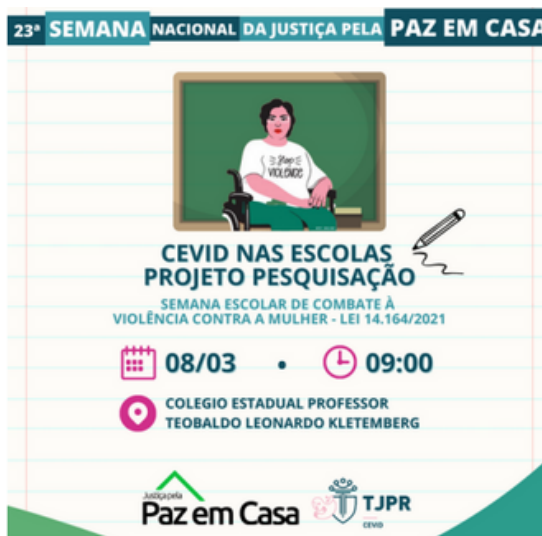
Além de fomentar audiências e júris concentrados e a prolação de sentenças, os Tribunais de Justiça estaduais desenvolvem treinamentos, ações educativas, palestras, lançamento de políticas públicas e outras iniciativas, relacionadas ao combate e a prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Para cada Semana ocorrida, os Tribunais de Justiça dos Estados mensuram seus esforços e encaminham ao CNJ os dados quantitativos sobre os atendimentos realizados e seus respectivos processos, como também sobre as demais ações empreendidas durante o período.

No Paraná, a abertura oficial da 23ª edição da campanha foi promovida no dia 6 de março, durante a sessão do Órgão Especial. Na oportunidade, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, apresentou as principais ações desenvolvidas pelo TJPR por meio da Coordenadoria. Já na semana anterior à campanha, a Coordenadora da CEVID concedeu entrevista ao programa Justiça para Todos, da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), prestando esclarecimentos à população acerca de questões relacionadas à violência contra a mulher, bem como acerca dos objetivos e ações da Justiça pela Paz em Casa.

Março

Além disso, a Coordenadoria realizou diversas iniciativas durante todo o período, incluindo palestras, distribuição de material informativo, publicações em mídias sociais, divulgação de vídeos institucionais, entre outras. Do mesmo modo, as Comarcas promoveram iniciativas em âmbito local, por meio de parcerias institucionais com universidades, com os Conselhos da Comunidade e outros órgãos governamentais e não governamentais.

Link de acesso para a abertura da Semana da Paz em Casa na sessão do Órgão Especial: <https://www.youtube.com/watch?v=FqhCPF1xXwE>



Março

O relatório da 23ª Semana Nacional da Justiça pela paz em casa, pode ser consultado através do link:

[Acesse o relatório completo clicando aqui.](#)

Março

COORDENADORA DA CEVID/TJPR APRESENTA O TRABALHO DA COORDENADORIA DURANTE SESSÃO PLENÁRIA DA ALEP

No dia 6 de março, às 14h30, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, fez breve exposição durante a sessão plenária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com a finalidade de apresentar o trabalho realizado pela Coordenadoria no enfrentamento da violência de gênero, como também na promoção e defesa dos direitos das mulheres.

A iniciativa foi idealizada em vista da recente posse dos Deputados Estaduais eleitos nas últimas eleições gerais de outubro de 2022, com o intuito de oportunizar a esses parlamentares – especialmente aos(às) novos(as) Deputados(as) que ingressaram na ALEP na atual legislatura – familiarizarse um pouco mais com a matéria e conhecer o campo de atuação do TJPR nessa seara, como também dos demais entes que compõem a rede de atendimento e assistência às mulheres em situação de violência.

A ação serviu para estreitar laços e fortalecer o diálogo entre o Legislativo e o Judiciário, possibilitando o compartilhamento de informações e demandas, a fim de subsidiar a formulação de propostas de lei e políticas públicas mais efetivas em prol das mulheres paranaenses.

Link de acesso à sessão plenária da ALEP, do dia 06/03/2023:
<https://www.youtube.com/live/sjEqQ8WerV8?feature=share>



Março

CEVID/TJPR PROMOVE AÇÕES EM ALUSÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

No dia 8 de março, a CEVID/TJPR realizou diversas ações em prol dos direitos da população feminina, que marcaram o Dia Internacional da Mulher. Além da divulgação de vídeo institucional em homenagem às mulheres e de publicações nas mídias institucionais, foram empreendidas outras iniciativas com enfoque na aproximação do Judiciário com a população.

No período da manhã, aconteceu o “CEVID nas escolas – Projeto Pesquisação”, em alusão à semana escolar de combate à violência contra a mulher (Lei nº 14.164/2021). Trata-se de uma parceria entre a CEVID, o Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos, o Ateliê de Inovação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, tendo como objetivo ofertar orientação em gestão pacífica de conflitos e promover a cidadania, principalmente por meio da prevenção.

Na ocasião, a equipe da CEVID/TJPR e os demais parceiros na ação visitaram o Colégio Estadual Professor Teobaldo Leonardo Kletemberg, com o objetivo de tratar da temática da violência doméstica e familiar contra as mulheres com os professores e alunos da instituição. A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço proferiu palestra acerca do assunto, e foram distribuídos materiais informativos sobre o tema para os adolescentes do ensino médio. Também houve a abertura para o biênio 2023 - 2024 das ações do “Projeto Pesquisação”.

No período da tarde, a equipe da CEVID/TJPR esteve na Praça Rui Barbosa, no centro de Curitiba, a fim de participar do evento “Mulheres em Ação”, promovido pelo Conselho Comunitário de Segurança da Mulher (Conseg Mulher).

O evento tem como finalidade divulgar os serviços públicos voltados à segurança, proteção e defesa da mulher contra a violência sexual e doméstica, bem como, busca valorizar a participação feminina nas forças de segurança pública e nos Consegs. A ação foi voltada para a população feminina transeunte, e a equipe da CEVID/TJPR participou distribuindo materiais informativos para as pedestres.

Março

Ainda no período da tarde, a equipe CEVID compareceu na Casa da Mulher Brasileira, em Curitiba, para prestigiar a inauguração do mural feito pela artista plástica Marta Berge, em parceria com a empresa Roca Brasil Cerâmica. Desta parceria foi criada obra de grande relevância para representar a situação das mulheres no momento em que chegam na Casa de Acolhimento até a sua saída. Neste sentido, a arte foi feita para expressar toda a transformação e paz que as mulheres podem encontrar naquele local. O painel é intitulado "Instituição, lugar de apoio e mudança".

O painel, com dez metros de comprimento, aposta em cores e geometrismos, traduz histórias de superação. As formas, traços e linhas foram criadas através de relatos de pessoas que trabalharam na CMB. Na mesma ocasião, houve a importante contribuição da arquiteta Luciana Brandão no Jardim da Casa da Mulher Brasileira. A inauguração do espaço, que reúne jardim e painel, foi postergada devido à pandemia. Entretanto, foi escolhida a data de 08 de março de 2023 às 15h para a inauguração, exatamente em razão da relevância internacional que o dia 08 representa.

Também no dia 08 de março, às 17h00, a equipe da CEVID/TJPR prestigiou a Primeira Jornada de Afroempreendedorismo Feminino do LIDE Paraná. O encontro foi marcado por histórias de superação e relatos sobre a situação das mulheres negras no mercado de trabalho, para, desta forma, incentivar o empreendedorismo feminino no Paraná e contribuir na redução da desigualdade, bem como, trazer melhorias nos acessos das comunidades a esses locais. Esse foi um dos assuntos abordados no Seminário "Jornada pelo Afroempreendedorismo Feminino", promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (LIDE) Paraná.

Marco



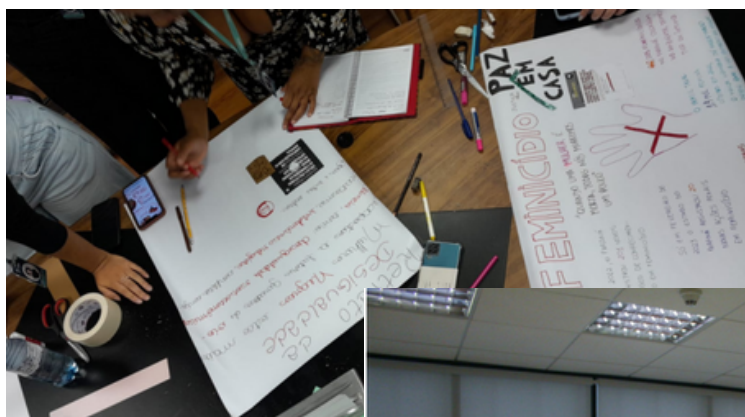
Março

CEVID/TJPR PARTICIPA DE OFICINA TEMÁTICA PROMOVIDA PELO CONSIJ

A CEVID/TJPR participou, no dia 10 de março, de oficina promovida pelo Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ), que teve como tema "Violência contra a mulher e os impactos no cotidiano de crianças e de adolescentes".

A ação foi voltada a servidores(as) e estagiários(as) do TJPR e demais interessados na temática. A programação incluiu a confecção de cartazes e momento de debates acerca do tema escolhido, para que, posteriormente, haja a elaboração de um artigo científico acerca do assunto.

O evento foi uma oportunidade enriquecedora para o intercâmbio de informações e experiências entre os envolvidos, como também para a conscientização acerca dos temas a serem abordados e de suas interseccionalidades. Desse modo, contribuiu sobremaneira para fortalecer o enfrentamento da violência contra as mulheres, crianças e adolescentes, como também para promover a defesa dos direitos desse público.



Março

DIVULGAÇÃO DO PROJETO CEVID ORIENTA

Durante a semana de 6 a 10 de março, a CEVID/TJPR intensificou a divulgação do projeto Cevid Orienta, voltado a Magistradas, Servidoras, Funcionárias Terceirizadas e Colaboradoras do TJPR.

Trata-se de uma ação permanente da Coordenadoria, que integra um dos eixos de atuação do Laboratório de Práticas Psicossociais em Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (PSICOLAB VD). Visa oferecer um espaço para que a equipe da Coordenadoria possa prestar informações, esclarecimentos e orientações ao público interno do TJPR com respeito ao atendimento aos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, além de realizar o acolhimento e encaminhamento de demandas específicas aos órgãos e instituições competentes.

A iniciativa tem o objetivo de contribuir para a incorporação de diretrizes internas aos (às) Servidores (as), Magistrados(as), Estagiários(as), Funcionários(as) Terceirizados(as) e Colaboradores(as) durante o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Pretende-se ainda propiciar a identificação de fatores de risco, análise de possíveis encaminhamentos e desenvolvimento de práticas de atendimento humanizado e qualificado no âmbito da violência doméstica. Os atendimentos são realizados de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h, no Gabinete 807 do Prédio Anexo ao Palácio da Justiça.



23ª SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

 **psicoLABVD**
CEVID orienta

ACOLHIMENTO E ORIENTAÇÃO VOLTADO A MAGISTRADAS, SERVIDORAS, ESTAGIÁRIAS, COLABORADORAS E TERCEIRIZADAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

CEVID • COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR • TJPR PRÉDIO ANEXO • 8º ANDAR • SALA 801

SEG-SEX • 12h-19h

(41) 3200-3556 • CEVID@TJPR.JUS.BR

AÇÃO PERMANENTE



Março

MAGISTRADOS(AS) DO TJPR CONCEDEM ENTREVISTAS AO PROGRAMA DE RÁDIO JUSTIÇA PARA TODOS, DA AMAPAR

Durante a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, Magistrados e Magistradas do TJPR concederam entrevistas ao programa de rádio da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), Justiça Para Todos. A iniciativa tem como objetivo divulgar a campanha em todo o Estado do Paraná, como também proporcionar informações e orientações à população acerca do tema da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, apresentou as principais ações desenvolvidas pelo Judiciário paranaense durante a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, voltadas a conferir maior celeridade na tramitação dos processos e a dar visibilidade à problemática da violência contra as mulheres.

Link de acesso à entrevista:
https://www.amapar.com.br/imprensa/radio/item/paz-em-casa-e-oenfrentamento-%C3%A0-viol%C3%Aancia-dom%C3%A9stica.html?category_id=167

Março

A Juíza Jade Seffair Ferreira, que atua na Comarca de Colorado, discorreu sobre como identificar o ciclo de violência no contexto conjugal.

Link de acesso à entrevista:
https://www.amapar.com.br/imprensa/radio/item/como-identificar-o-ciclode-viol%C3%Aancia-no-contexto-conjugal.html?category_id=167

O Juiz Oswaldo Soares Neto, Magistrado Titular da 1ª Vara Criminal e Diretor do Fórum da Comarca de Apucarana, tratou do protagonismo do Poder Judiciário na rede de combate à violência doméstica e familiar.

Link de acesso à entrevista:
https://www.amapar.com.br/imprensa/radio/item/viol%C3%Aancia-contra-a-mulher-n%C3%A3o-%C3%A9-tolerada-pelopoderjudici%C3%A1rio.html?category_id=167

O Juiz Cristiano Diniz da Silva, da Comarca de Ampére, abordou a Lei nº 14.164/21, que instituiu a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, que acontece anualmente, no mês de março, em escolas públicas e privadas do País.

Link de acesso à entrevista:
https://www.amapar.com.br/imprensa/radio/item/lei-leva-o-enfrentamento-%C3%A0-viol%C3%Aancia-contra-a-mulher-para-as-salas-de-aula.html?category_id=167

Março

TJPR PROMOVE CAMPANHA DE COMBATE À POBREZA MENSTRUAL EM PROL DA SAÚDE DA MULHER

Durante todo o mês de março, o TJPR arrecadou itens de higiene para campanha de combate à pobreza menstrual em prol da Saúde da Mulher. As doações foram coletadas nas entradas do Palácio da Justiça e do Prédio Anexo, sede Mauá, Fórum Criminal de Curitiba, Fórum de Família de Curitiba, Fóruns Cíveis I e II de Curitiba, Fóruns Descentralizados de Curitiba e Fóruns Criminais da Região Metropolitana de Curitiba.

A campanha, realizada desde 2022, é uma parceria entre a CEVID/TJPR, Programa de Ginástica Laboral do TJPR e o Grupo Elos Invisíveis, grupo de voluntários que promove ações em prol de pessoas em situação de vulnerabilidade social, atuando em Curitiba, na região metropolitana e no litoral. Os produtos arrecadados incluíram absorventes, toalhas umedecidas, sabonetes, sabonetes íntimos, desodorantes, creme dental, escovas de dente e outros materiais.

A CEVID agradece a todos os que colaboraram com a campanha através de doações e divulgação, em especial, ao Departamento do Patrimônio e à equipe da ginástica laboral, a qual realizou grande mobilização e contribuição. A entrega dos materiais arrecadados será feita pela Elos Invisíveis em comunidades carentes.



Março

INTEGRANTES DA CEVID/TJPR SE REÚNEM PARA PLANEJAMENTO DO II FOVID - FÓRUM PARANAENSE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

No dia 13 de março, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, o Juiz de Direito Dr. Marcos Antônio da Cunha Araújo e demais integrantes da equipe da CEVID participaram de reunião com o intuito de planejar a segunda edição do Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FOVID/PR), que ocorrerá no período de 31 de maio a 2 de junho de 2023, em Curitiba/PR.

O evento terá como tema central “Medidas protetivas de urgência: efetividade, desafios e controvérsias”. A escolha do tema se deu tendo em vista, além do papel fundamental desses mecanismos para a segurança das mulheres em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes, a existência de diversas questões que são objeto de controvérsias entre os Magistrados que atuam na área, tais como prazo de vigência, possibilidade de concessão de pensão alimentícia e regulamentação de visitas a filhos menores, entre outras.

O FOVID foi criado por iniciativa da CEVID/TJPR e conta com a parceria da Escola Judicial do Paraná (EJUD/PR), além do apoio/patrocínio de outros entes que atuam, direta ou indiretamente, no atendimento aos envolvidos em situação de violência doméstica e familiar. Eventos como esse são de extrema importância, pois promovem reflexão e discussão sob distintas perspectivas teóricas e a partir das múltiplas experiências práticas dos profissionais atuantes na área da violência doméstica, com o intuito de subsidiar a adequada e efetiva aplicação da Lei Maria da Penha

Março

EQUIPE DA CEVID/TJPR DISCUTE PROPOSTAS PARA AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO DA COORDENADORIA

No dia 14 de março, a equipe da CEVID/TJPR realizou reunião, capitaneada pelo Juiz Victor Martim Batschke, para tratar de diversas propostas relacionadas a iniciativas de combate e prevenção da violência doméstica e familiar contra as mulheres. As sugestões apresentadas visam fortalecer e ampliar a atuação da Coordenadoria, com enfoque em áreas e segmentos da população que possuem menor visibilidade e que necessitam de um atendimento mais efetivo.

Na oportunidade, foi destacada a importância de promover ações direcionadas às camadas da população em situação de vulnerabilidade econômica e social, com a mobilização e capacitação dos(as) Magistrados(as) e Servidores(as) das Comarcas, como também dos demais entes, governamentais ou não, em âmbito local. Também foi apontada a necessidade de incentivo à participação de lideranças comunitárias nas iniciativas pretendidas, para maior efetividade.

O Dr. Victor Batschke propôs iniciativas para ampliação de ações já realizadas pela CEVID/TJPR, como a distribuição de materiais informativos sobre o tema da violência contra as mulheres, bem como outras atividades a serem promovidas em espaços públicos, destinadas à conscientização e sensibilização da comunidade. Ademais, indicou algumas ações a serem fomentadas pela CEVID/TJPR junto às Comarcas, como a realização de mutirões e de capacitações na área da violência contra as mulheres e a criação de núcleos especializados de atendimento. Também sugeriu o estabelecimento de novas parcerias pela Coordenadoria, por exemplo, com as Secretarias Municipais do Trabalho e com a Central Única das Favelas (CUFA). Ainda, apresentou alguns programas já implementados no Brasil, em outros Estados da Federação, como São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, para análise quanto à possibilidade de replicação no Paraná.

Marco

A CEVID/TJPR, além de promover reuniões mensais entre seus(uas) Magistrados(as) integrantes, também mantém contato permanente com os(as) Juízes(as) que atuam na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher, com o intuito de possibilitar a identificação de demandas e a apresentação de propostas para a melhoria da prestação jurisdicional, como também o compartilhamento de boas práticas. Esse diálogo também se dá em nível interestadual, em especial com os demais Tribunais de Justiça e Coordenadorias Estaduais do país.

Dessa forma, busca-se assegurar o constante aprimoramento da atividade do Judiciário nessa seara, como também a cooperação mútua com o Executivo, o Legislativo, o Ministério Público e entes não governamentais, a fim de garantir o acesso à Justiça pelas mulheres em situação de violência, como também o exercício de seus direitos.

Março

CEVID/TJPR PRESTIGIA EVENTO DE INAUGURAÇÃO DO CRAM ARAUCÁRIA

No dia 15 de março, às 10:00, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço compareceu ao evento de inauguração do Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - CRAM, na cidade de Araucária.

O CRAM Araucária atenderá mulheres em situação de violência, oferecendo, DENTRE OUTROS SERVIÇOS: assistência e acompanhamento psicológico e social (realizado por equipe multidisciplinar); auxílio PARA obtenção de apoio jurídico; e orientação para acesso a programas de educação e para inserção no mercado de trabalho.

A inauguração do CRAM Araucária representa uma importante conquista para o Estado do Paraná, pois ampliará o alcance e fortalecerá a atuação da rede de atenção à mulher, facilitando o acesso das moradoras do município de Araucária e região a serviços especializados. Além disso, a concentração dos serviços em um único local favorece uma atuação mais integrada e colaborativa entre os diversos entes, permitindo, assim, um atendimento mais completo e efetivo a cada um dos casos



CEVID/TJPR E EJUD/PR SE REÚNEM PARA TRATAR DA AGENDA DE CURSOS PARA 2023

No dia 16 de março, a equipe da CEVID/TJPR se reuniu com representantes da Escola Judicial do Paraná (EJUD/PR), com o intuito de realizar os alinhamentos referentes aos cursos relacionados à matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como demais eventos e oficinas que serão promovidos durante o ano de 2023. Essas ações educacionais englobam tanto capacitações em âmbito interno, voltadas a Magistrados(as) e Servidores(as), como também cursos destinados aos(às) profissionais atuantes junto aos entes que integram a rede de atendimento, com os quais o TJPR possui parceria (como Conselhos da Comunidade, Conselhos Municipais da Mulher, Guardas Municipais, entre outros).

A título de exemplo, vale mencionar que, no primeiro semestre deste ano, será realizado, na modalidade a distância, o Curso de violência doméstica e familiar contra a mulher para Magistrados(as), compartilhado pela Enfam.

Tem como objetivo fornecer aos(às) cursistas elementos que lhes permitam interpretar e aplicar os normativos relacionados à questão da violência doméstica contra a mulher, em especial a Lei Maria da Penha, de acordo com a especificidade de cada caso, considerando aspectos relacionados a gênero, raça e etnia. O curso será válido para vitaliciamento e para a promoção funcional e terá carga horária de quarenta horas.

Ainda, será promovido, na modalidade a distância e autoinstrucional, o curso "Unindo esforços contra a violência doméstica e familiar", idealizado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, destinado a Servidores(as), Estagiários(as) e colaboradores(as) do Judiciário. O curso tem como objetivo possibilitar ao(à) aluno(a) reconhecer os papéis do Poder Judiciário e das Redes de enfrentamento à violência e proteção à mulher na prevenção e no combate à violência doméstica e familiar.

Março

No mês de julho, haverá abertura de nova(s) turma(s) do curso "Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero", credenciado pela ENFAM e com carga horária de 26 (vinte e seis) horas, sendo válido para fins de vitaliciamento e promoção funcional e cuja finalidade consiste em divulgar e incentivar a aplicação do referido protocolo, resultado do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n. 27/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

Março

CEVID/TJPR PARTICIPA DE REUNIÕES COM DEPUTADA ESTADUAL E COM A SECRETÁRIA ESTADUAL DA MULHER, PARA ALINHAMENTO DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No dia 16 de março, a CEVID/TJPR se reuniu com a Deputada Estadual Mabel Canto, no gabinete 801 do prédio anexo ao Palácio da Justiça. Na ocasião, foram apresentadas as ações e projetos da Coordenadoria à Deputada, como também foi discutida a relevância de leis que regulamentem os direitos das mulheres vítimas de violência doméstica. A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço pontuou que uma das ações da CEVID/TJPR consiste no acompanhamento dos projetos de lei relacionados a essa área. Também colocou a Coordenadoria à disposição para contribuir com o Legislativo, salientando a importância desse diálogo entre os Poderes para uma atuação mais efetiva dos respectivos órgãos.

Ainda, no dia 17 de março, a equipe da CEVID/TJPR recebeu em sua sede a Secretária da Mulher, a Deputada Federal Leandre Dal Ponte. Na oportunidade, foram apresentadas as ações e projetos da CEVID. Também foram abordadas as seguintes pautas: o enfrentamento da violência doméstica em múltiplas frentes de atuação; a criação de políticas públicas em todo o Estado, para combater o aumento dos casos; e a criação/ampliação de rede de proteção às vítimas.



Março

CEVID/TJPR, GMF E CONSIJ VISITAM O CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PIRAQUARA - CIS

No dia 22 de março, a CEVID/TJPR se reuniu com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo (GMF) e Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ) para visitar o Centro de Integração Social de Piraquara (CIS).

O CIS é uma unidade prisional feminina de regime fechado da regional de Curitiba e Região Metropolitana e está localizado na cidade de Piraquara/PR. A visita foi guiada pela Diretora do Centro e mais duas servidoras.

Um dos objetivos desse tipo de unidade é a reinserção social das pessoas privadas de liberdade (PPLs). Possui uma estrutura própria com alojamentos e também canteiros de trabalho, que são objeto de convênios firmados com empresas e instituições. O CIS oferece também salas de aula com computadores, espaços para palestras, sala médica, horta, pátio, academia ao ar livre, cozinha e refeitório.

As PPLs inseridas no CIS estão matriculadas em diversas etapas da educação, seja em cursos profissionalizantes quanto no ensino médio e básico. Durante a visita, as equipes puderam conhecer um pouco da rotina local e também conversar com as servidoras da instituição acerca de temas importantes como violência doméstica, ressocialização e reinserção no mercado de trabalho



Abril

COMISSÃO EXECUTIVA DO COCEVID SE REÚNE COM A MINISTRA DAS MULHERES

No dia 9 de abril, a Comissão Executiva do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), presidida pela Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, reuniu-se, em Brasília, com a Ministra das Mulheres Aparecida Gonçalves. Também participaram da reunião integrantes da Diretoria do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar (FONAVID), cuja Presidente é a Juíza do TJRJ Katerine Jatahy.

Na oportunidade, a Desembargadora Ana Lúcia reforçou a preocupação quanto à efetividade na disponibilização dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública destinados aos projetos ou às ações governamentais nos âmbitos federal, estadual e municipal para prevenção, capacitação de servidores e redução dos crimes de violência contra as mulheres no Brasil.

Foi salientado que, diante do crescimento vertiginoso dos índices relativos a esse tipo de crime, é imprescindível e urgente a priorização de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, que poderão ser viabilizadas com a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, nos termos da Lei nº 14.316, de 29 de março de 2022. As ações e projetos a serem contemplados incluem centros de atendimento, casas-abrigo, delegacias, núcleos de defensoria pública, perícia médico-legal, campanhas de enfrentamento, centros de recuperação de agressores, entre outros.

A Ministra Aparecida Gonçalves reconheceu a importância da previsão legal para destinação de recursos próprios para políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres e comprometeu-se a promover as articulações necessárias a fim de garantir agilidade no repasse e efetividade na utilização desses valores. Também informou que será dada prioridade à instalação de Casas da Mulher Brasileira e à ampliação dos serviços de policiamento preventivo, como a Patrulha Maria da Penha.

Abril

A reunião realizada foi fundamental para estreitar o diálogo com o Ministério das Mulheres, tratar de temas de relevância acerca dos direitos das mulheres e estabelecer prioridades para as medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar.



Abril

CEVID/TJPR REALIZA ENTREGA DE MATERIAIS DE HIGIENE ARRECADADOS PARA CAMPANHA DE COMBATE À POBREZA MENSTRUAL EM PROL DA SAÚDE DA MULHER

No dia 14 de abril, a CEVID/TJPR realizou a entrega dos materiais de higiene doados para campanha de combate à pobreza menstrual em prol da Saúde da Mulher.

Durante todo o mês de março e parte do mês de abril, o TJPR recebeu doações de itens de higiene para campanha de combate à pobreza menstrual em prol da Saúde da Mulher. Foram 13,8 mil itens de higiene arrecadados, entre absorventes, toalhas umedecidas, sabonetes, sabonetes íntimos, desodorantes, creme dental, escovas de dente, entre outros materiais.

A campanha é uma parceria entre a CEVID/TJPR, Programa de Ginástica Laboral do TJPR e o Grupo Elos Invisíveis, grupo de voluntários que promove ações em prol de pessoas em situação de vulnerabilidade social, atuando em Curitiba, na região metropolitana e no litoral.

Com a campanha, espera-se contribuir para o combate à pobreza menstrual, que é marcada pela falta de acesso a produtos para manter uma higiene adequada no período da menstruação, sendo geralmente relacionada à hipossuficiência financeira e situação de vulnerabilidade em contextos urbanos e rurais, à ausência de saneamento básico e falta de conhecimento mínimo sobre o corpo.

Estiveram presentes na entrega das doações a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, acompanhada da equipe da CEVID; o Grupo de Voluntários Elos Invisíveis, representado por Viviane Vicentin e Luiz Pedruco; e representando da equipe da Ginástica Laboral, a servidora Daniele Nascimento.

Estiveram presentes na entrega das doações a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, acompanhada da equipe da CEVID; o Grupo de Voluntários Elos Invisíveis, representado por Viviane Vicentin e Luiz Pedruco; e representando da equipe da Ginástica Laboral, a servidora Daniele Nascimento.

Abril

Os locais de arrecadações foram o Palácio do Tribunal de Justiça, bem como o prédio anexo, unidade Mauá, Álvaro Ramos e Pery Moreira. Também foram pontos de coleta o Fórum Criminal de Curitiba, Fórum Cível I e II de Curitiba, os Fóruns Descentralizados de Curitiba, Fórum das Famílias, da Criança e do adolescente de Curitiba, Fóruns Criminais e Fóruns da Região Metropolitana. Ainda, foram recebidas doações de outros pontos do Estado através de compras online.

Agradecemos a todos os que colaboraram com a campanha através de doações e divulgação, em especial, a equipe da ginástica laboral, a qual realizou grande mobilização e contribuição.

A entrega dos materiais arrecadados será feita pela Elos Invisíveis em comunidades carentes.



Abril

CEVID/TJPR E 2ª VICEPRESIDÊNCIA FIRMAM PARCERIAS PARA AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VOLÊNCIA DOMÉSTICA EM GRANDES EVENTOS

Durante o mês de abril, a CEVID/TJPR, juntamente com a 2ª VicePresidência do TJPR, iniciou tratativas com representantes do Club Athletico Paranaense, do Coritiba Foot Ball Club, Paraná Clube e da DC Set Group, responsável pelo Parque das Pedreiras, com vistas à realização de iniciativas para conscientização e sensibilização, durante grandes eventos, acerca da temática da violência contra as mulheres. Essas ações podem incluir, por exemplo: a exibição de conteúdos audiovisuais ao início dos jogos de futebol/eventos e/ou nos intervalos, colocação de cartazes, divulgação de materiais informativos por meio digital, publicações em mídias sociais, entre outras

A aproximação das entidades mencionadas se deu por intermédio da 2ª VicePresidência, que coordena o projeto Justiça ao Espectador, o qual consiste na instalação de Posto do Juizado do Torcedor para atender as ocorrências policiais decorrentes da realização de eventos esportivos ou espetáculos de diversão pública, com fluxo previsto de público acima de dez mil pessoas, ou sempre que houver solicitação justificada para tanto. Nesse contexto, a CEVID/TJPR elaborou material informativo a ser distribuído, eletronicamente e no dia anterior ao evento, a cada Juiz(a) e servidor(a) participante do projeto.

Maio

DESEMBARGADORA COORDENADORA DA CEVID/TJPR PROFERE PALESTRA NO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA JUIZ SUBSTITUTO, PROMOVIDO PELA EJUD-PR

No dia 4 de maio, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, proferiu palestra aos discentes do Curso Oficial de Formação Inicial para Juiz Substituto, promovido pela Escola Judicial do Paraná (EJUDPR). Na oportunidade, a Desembargadora discorreu sobre o papel do Judiciário no combate e na prevenção da violência contra as mulheres, bem como sobre as ações desenvolvidas pelo TJPR e os entes que compõem a rede de enfrentamento a esses crimes. Ademais, salientou a importância da sensibilização dos Magistrados e das Magistradas acerca da temática para uma prestação jurisdicional efetiva. Isso porque os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher requerem um olhar diferenciado em relação a outros tipos de crime, pois apresentam múltiplas demandas sociais e exigem uma atuação colaborativa, integrada e multiprofissional para garantir a responsabilização do autor de violência, a adequada proteção e assistência da vítima e a redução na reincidência.

O Curso Oficial de Formação Inicial para Juiz Substituto, ofertado pela EJUD-PR, destina-se a Magistrados e Magistradas recém-empossados e aprovados no Concurso para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado do Paraná e deve ser realizado imediatamente após a entrada em exercício, com participação obrigatória e presencial. Tem como objetivo promover, no início da carreira dos Magistrados e Magistradas, o desenvolvimento de saberes específicos, teóricos, práticos e comportamentais, essenciais ao exercício jurisdicional, além da prática gerencial com maior segurança e eficiência.

Maio

Ademais, tem como propósito ambientar os recém-chegados, apresentar o funcionamento do TJPR e sua estrutura administrativa. As aulas serão ministradas até 27 de julho e a carga horária total do curso é de 480 horas. Nesta edição, será ofertado um módulo nacional nas instalações da Enfam, em Brasília. Além disso, será realizado um módulo eleitoral na Escola Judiciária Eleitoral do Paraná (EJE-PR)



Maio

MAGISTRADA INTEGRANTE DA CEVID/TJPR PARTICIPA DE CAPACITAÇÃO EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAMPO LARGO

No dia 9 de maio, às 9h, a Juíza Dilmari Helena Kessler, integrante da CEVID/TJPR, esteve no plenário da Câmara Municipal de Campo Largo, a fim de ministrar palestra para capacitação a diretores e diretoras das escolas do Município. Também proferiram exposições o 1º-Tenente Luiz Felipe Bianchi, Comandante da 1ª Companhia do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, e a Promotora de Justiça Mariana Seifert Bazzo.

O evento foi organizado pela Vereadora Cléa Oliveira, Procuradora da Mulher do Município de Campo Largo, e integra o Programa de Sensibilização da Comunidade Escolar, que visa capacitar servidores e sensibilizar a comunidade escolar acerca da Cultura de Paz e da não-violência. A ideia é trazer informações sobre violência doméstica, auxiliando para que os(as) servidores(as) tenham conhecimento de como agir quando constatados casos de violência, por meio do contato com os alunos.

Os elevados índices de violência contra as mulheres em nosso país demonstram a necessidade e urgência da intensificação de iniciativas do poder público com vistas à elaboração e execução de políticas específicas voltadas a combater e prevenir tais crimes.

Maio

Nesse cenário, a escola surge como um importante agente transformador, em virtude do papel primordial que esta desempenha na formação individual e social de crianças, adolescentes e jovens no que tange à sua personalidade e identidade, bem como na transmissão de saberes e valores definidores da construção da cidadania e da vida em sociedade. Desta forma, a escola pode representar uma ferramenta estratégica de grande valia em favor das causas relativas à desigualdade de gênero e a violência contra as mulheres, mediante a construção de uma cultura e de valores que estimulem a convivência pacífica.

Link de acesso ao evento:
<https://www.facebook.com/cmcampolargo/videos/980891406255358/>



Maio

CEVID/TJPR RECEBE VISITA DE COMITIVA DA PREFEITURA DE ROLÂNDIA

No dia 16 de maio, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, juntamente com a equipe da CEVID/TJPR, recebeu visita de comitiva da Prefeitura de Rolândia. Compareceram à sede da Coordenadoria o Procurador Geral do Município, Wilson Socio Junior; a Procuradora Municipal da Mulher, Janaina Beneli; e as Servidoras Municipais da Prefeitura de Rolândia Fernanda Buranello, Ellen Caroline Lopes e Michele da Silva Pereira.

Os visitantes conheceram a estrutura e o trabalho realizado pela Coordenadoria, como também relataram algumas demandas específicas do Município para melhoria no atendimento aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre elas, a disponibilização de assistência judiciária gratuita e a implementação de grupos reflexivos e responsabilizantes voltados aos homens autores de violência.

A Desembargadora Ana Lúcia e sua equipe apresentaram as parcerias firmadas e fomentadas pela CEVID, tanto para o aprimoramento da proteção e assistência às vítimas quanto em trabalhos com o agressor, para prevenção de novos crimes. Destacou-se a cooperação técnica entre o Judiciário e as universidades, para criação de núcleos especializados de atendimento às vítimas, mediante a atuação de estudantes das áreas de direito, psicologia, serviço social, entre outras.

Ainda, foi informado sobre a parceria existente entre o Tribunal de Justiça e a Federação dos Conselhos da Comunidade do Paraná (FECCOMPAR), que atuam conjuntamente em diversas ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, especialmente na esfera preventiva, por meio da implementação de grupos reflexivos e responsabilizantes, além de outros eventos de conscientização e sensibilização da comunidade.

Maio

A Desembargadora Ana Lúcia salientou a importância de momentos como este, para que os entes locais conheçam as parcerias já existentes e os recursos já disponíveis por meio do Judiciário, além de boas práticas já implementadas no combate e na prevenção da violência contra as mulheres. Ademais, ressaltou que, também para a Coordenadoria, é fundamental a manutenção desse diálogo constante com os órgãos municipais e não governamentais, a fim de que possam ser identificadas as principais necessidades nessa área e, assim, se busquem soluções mais efetivas para as demandas constatadas.



Maio

COORDENADORA DA CEVID PARTICIPA DE TRIBUNA LIVRE PROMOVIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

No dia 17 de maio, às 9h30, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, foi recebida pela Câmara Municipal de Curitiba, na Tribuna Livre, para compartilhar suas experiências no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Na ocasião, a Desembargadora Ana Lúcia discorreu acerca das formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres e destacou as peculiaridades que esses crimes apresentam em relação a outros delitos. Salientou que não há um perfil de agressor típico, mas que existem condições históricas, sociais e psicológicas que são marcadoras da violência.

Quanto aos índices de violência doméstica e familiar contra a mulher, a Coordenadora da CEVID sinalizou que existem hoje cerca de cem mil ações penais em andamento no Estado do Paraná e por volta de oitocentos processos de feminicídio, o que, infelizmente, ainda é um quantitativo bastante elevado, apesar de todos os esforços dos entes – governamentais ou não – que atuam nesse enfrentamento.

A Desembargadora também descreveu o papel do Judiciário para assegurar os direitos das mulheres, garantindo o acesso à justiça e fomentando a criação e implementação de políticas públicas, especialmente por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher.

Maio

Enfatizou que, quando os casos de violência chegam ao Judiciário, o ato de violência já foi cometido, cabendo aos órgãos da Justiça a investigação, o processamento e o julgamento dos crimes. "Nós precisamos do apoio das demais instituições no campo da prevenção, para que, ao longo do tempo, essas situações diminuam, inclusive em sua gravidade", frisou a Desembargadora. O evento foi realizado no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba e transmitido pelo canal do Youtube daquele órgão. Link de acesso: https://www.youtube.com/watch?v=_KcR8oxZ7oY



Maio

CEVID/TJPR RECEBE VISITA DE SENADOR DA REPÚBLICA

No dia 26 de maio, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, juntamente com a equipe da CEVID/TJPR, recebeu visita do Senador Sérgio Moro e de sua assessoria.

A Desembargadora Ana Lúcia apresentou aos visitantes a estrutura e o trabalho realizado pela CEVID/TJPR, com a atuação de quatorze juízes integrantes, além de servidores(as) e estagiários(as) de pós-graduação em direito e psicologia. Foram distribuídos aos presentes materiais informativos contendo um resumo das principais metas e ações da Coordenadoria, com destaque para o II Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FOVID/PR), que ocorreria entre os dias 31 de maio e 2 de junho de 2023. Ainda, foram relatadas as iniciativas conjuntas promovidas pelo Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), presidido, neste ano de 2023, pela Desembargadora Ana Lúcia.

A Coordenadora da CEVID/TJPR também descreveu um panorama dos índices de violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado do Paraná e no Brasil, salientando o elevado quantitativo de medidas protetivas de urgência em andamento. Diante disso, frisou a importância da união de esforços dos três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, para o efetivo enfrentamento da violência contra as mulheres.

Maio

O Senador Sérgio Moro parabenizou o trabalho realizado pela CEVID/TJPR e agradeceu o convite para o II FOVID. Mencionou a aprovação de alguns projetos de lei relacionados à temática da violência contra as mulheres e manifestou seu interesse em tratar de outros projetos relativos à matéria. Por fim, colocou-se à disposição da CEVID/TJPR para auxiliar no que for possível na pauta da violência doméstica e familiar contra as mulheres.



Maio

JUIZ VICE-COORDENADOR DA CEVID/TJPR PARTICIPA DO LANÇAMENTO DO PROGRAMA CARAVANA PARANÁ UNIDO PELAS MULHERES

No dia 29 de maio, o Juiz Vice-Coordenador da CEVID/TJPR Marcos Antônio da Cunha Araújo participou do lançamento do programa Caravana Paraná Unido Pelas Mulheres, promovido pelo Governo do Estado do Paraná, no Palácio Iguazu.

O projeto, coordenado pela Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, consiste na articulação conjunta do executivo estadual com as prefeituras para ampliar o alcance das iniciativas destinadas à proteção, independência financeira e fortalecimento das mulheres. Para tanto, a Caravana Paraná Unido Pelas Mulheres percorrerá todas as regiões do Estado com o intuito de auxiliar as administrações municipais a construírem estruturas de gestão próprias, focadas nas mulheres, a fim de ampliar e facilitar o acesso desse público aos projetos e recursos estaduais disponíveis.

Ao todo serão dez encontros realizados com o apoio da AMP, Associação dos Municípios do Paraná, e demais associações municipais regionais. O primeiro, em Curitiba, aconteceu logo após o lançamento do programa. Os próximos eventos estão marcados para os dias 15 de junho, em Cascavel, e 16 de junho, em Francisco Beltrão.

Junho

PROMOVIDA REUNIÃO DO COLÉGIO DE COORDENADORES DA MULHER (COCEVID)

No dia 31 de maio de 2023, às 15h00, na Sala de Reuniões da 1ª VicePresidência do TJPR, foi realizada segunda reunião administrativa do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID).

Na ocasião, foi apresentado relatório impresso das atividades da Comissão Executiva no primeiro trimestre, bem como foram colhidas sugestões para as próximas ações. Ademais, foi sugerido aos coordenadores e às Coordenadoras que acompanhassem os projetos e programas de seus respectivos Estados em que foram ou poderão ser solicitados recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, bem como que fizessem contatos com parlamentares de seus Estados para auxiliarem nessa empreitada. A Comissão Executiva pretende acompanhar os projetos mais relevantes junto às respectivas Comissões no Congresso Nacional no segundo semestre deste ano e, eventualmente, elaborar notas técnicas. Ainda, foi solicitado o encaminhamento dos melhores projetos e boas práticas para o banco de dados do site COCEVID que será compartilhado como banco de dados do CNJ.

A reunião também incluiu os seguintes tópicos: exposição realizada pela Desembargadora Evangelina Castilho Duarte (TJMG) sobre projetos da COMSIV-TJMG; apresentação, pelo Juiz Wendell Lopes Barbosa de Sousa, tesoureiro do COCEVID, sobre o Curso de Capacitação em Violência Doméstica e Familiar que está sendo elaborado pela Escola Judicial do Tribunal de São Paulo e outros entes, em que haverá a coparticipação do COCEVID; e apresentação, pela psicóloga Maísa Schneider da CEVID/TJPR, de informações e minuta de termo de cooperação a ser firmado com a instituição MARGENS (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero), com o objetivo de atualizar o mapeamento nacional dos grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O COCEVID foi criado em 2018, por deliberação tomada em reunião realizada na sede do Conselho Nacional de Justiça, com participação de Coordenadores(as) Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica dos Tribunais de Justiça de todo o país.

Junho

A iniciativa tem como principal objetivo o fortalecimento e aperfeiçoamento da Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário. Para tanto, visa estimular seus integrantes mediante a troca de experiências e conhecimento, além de uniformizar os métodos e os critérios administrativos e judiciais, bem como os projetos e práticas implementados, observadas as peculiaridades regionais. O COCEVID foi criado em 2018, por deliberação tomada em reunião realizada na sede do Conselho Nacional de Justiça, com participação de Coordenadores(as) Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica dos Tribunais de Justiça de todo o país.

A Comissão Executiva do COCEVID para o ano de 2023 tem como Presidente a Desembargadora do TJPR Ana Lúcia Lourenço e, como VicePresidente, o Desembargador Álvaro Kalix Ferro (TJRO), contando ainda com os seguintes membros: a Juíza Tereza Germana (TJCE), como 1ª secretária; a Juíza Eliana Acioly Machado (TJAL), como suplente da 1ª secretária; a Juíza Tatiane Colombo (TJMT), como 2ª secretária; a Juíza Marianna de Queiroz Gomes (TJGO), como suplente da 2ª secretária; o Juiz Wendel Lopes Barbosa de Souza (TJSP), como tesoureiro; e a Desembargadora Suely Lopes Magalhães (TJRJ) como suplente de tesoureiro.

Junho

REALIZADO O II FÓRUM PARANAENSE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (FOVID/PR)

Nos dias 31 de maio, 1º e 2 de junho de 2023, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), promoveu o II Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FOVID/PR), com o tema: “Medidas protetivas de urgência: efetividade, desafios e controvérsias”. O evento contou com o apoio da Escola Judicial do Paraná (EJUD/PR) e patrocínio da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) e da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (ANOREG/PR).

A iniciativa tem como objetivo proporcionar espaço permanente de reflexão e debate sobre temáticas de interesse e relevância para o trabalho dos(as) profissionais que atendem aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, no contexto específico do Estado do Paraná.

O Fórum ocorreu em formato híbrido, no Auditório do Pleno do TJPR, em Curitiba, com transmissão pelo canal oficial da Escola Judicial do Paraná (EJUD) no Youtube. Estiveram presentes, prestigiando o evento, Juízes(as), Desembargadores(as), servidores(as) e colaboradores(as) do Judiciário, bem como membros e servidores(as) dos demais entes que integram o Sistema de Justiça e a rede de atenção à mulher em situação de violência. As atividades realizadas durante os três dias do II FOVID/PR tiveram o intuito de compartilhar experiências e uniformizar procedimentos afetos à Lei 11.340/2006, especialmente no que tange à aplicação das medidas protetivas de urgência, mediante a elaboração de enunciados e proposições a serem encaminhados ao Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID).

Junho

O evento contou com painéis proferidos por especialistas de renome e profissionais atuantes na esfera da promoção e defesa dos direitos das mulheres. Também foram realizadas oficinas temáticas, voltadas aos(as) Magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com o intuito de elaborar proposições, recomendações e enunciados a serem encaminhados à Cúpula Diretiva do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e ao Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar (FONAVID) de 2023. Ainda, durante o Fórum, houve o lançamento oficial da quinta edição da Revista Eletrônica da CEVID, a qual consiste em um espaço para que pesquisadores e estudiosos da área de violência doméstica e familiar divulguem suas produções, como também para a divulgação de boas práticas implementadas por Magistrados(as) e servidores(as) e a apresentação de políticas públicas desenvolvidas e executadas por profissionais da rede de enfrentamento.

Encerrando os trabalhos, foi realizada a Assembleia Geral, para votação dos enunciados, proposições e recomendações, a serem encaminhados à Cúpula Diretiva do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e ao Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar (FONAVID), como também ao Governo do Estado do Paraná e outros órgãos pertinentes.

Junho

Na oportunidade, foi eleita, por aclamação, a nova Comissão Executiva do FVOID/PR, que será presidida pela Juíza Débora Cassiano Redmond e terá, respectivamente, como 1º Vice-presidente e 1º Secretário a Juíza Lorany Serafim Morelato e o Juiz Malcon Jackson Cummings.

Segue link de acesso à página web oficial do II FVOID/PR, na qual estão disponíveis os vídeos gravados do evento e demais informações relacionadas: <https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/fovid-2022>



Junho

LANÇADA A 5ª EDIÇÃO DA REVISTA ELETRÔNICA DA CEVID/TJPR

No dia 1º de junho, durante o II Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FOVID/PR), foi lançada a quinta edição da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR. A publicação foi criada com o intuito de proporcionar um espaço para que pesquisadores da área da violência doméstica e familiar e estudiosos da área de humanidades divulguem suas produções. Ainda, tem como objetivo possibilitar a divulgação de boas práticas e projetos de Magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) do Judiciário, bem como de profissionais da Rede de Enfrentamento, quanto as políticas públicas por eles desenvolvidas e executadas.

Nesta quinta edição, o espaço dedicado a entrevistas conta com a participação da Dra. Marilena Indira Winter, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná.

As seções subsequentes reúnem diversos materiais elaborados tanto sob a ênfase de experiências práticas e abordagens feitas na rotina do atendimento aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher quanto artigos teóricos, redigidos em caráter de conteúdo disciplinar nas atividades acadêmicas de seus(uas) respectivos(as) autores(as). Ademais, a publicação engloba projetos que contemplam a atuação profissional perante os setores especializados de atendimento à violência doméstica e familiar contra a mulher, no âmbito do Sistema de Justiça e dos núcleos especializados de atendimento às vítimas.

Junho

Desse modo, além de promover a ampla divulgação de iniciativas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, pretende-se incentivar a participação dos(as) profissionais atuantes nessa seara em cursos, treinamentos e demais ações destinadas à formação especializada e ao aprimoramento nos temas e rotinas de trabalho inerentes a essa matéria. Outrossim, busca-se impulsionar a realização de pesquisas científicas e a produção acadêmica nessa área, cujos resultados são fundamentais a fim de subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas específicas mais efetivas.

Link de acesso à revista: <https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/revistas>



Junho

MAGISTRADA INTEGRANTE DA CEVID/TJPR PROFERE PALESTRA PARA FUNCIONÁRIOS(AS) DA EMPRESA FIBRACEM

No dia 6 de junho, às 14h, a Juíza Dilmari Helena Kessler, integrante da CEVID/TJPR, proferiu palestras voltadas a funcionários(as) da empresa FIBRACEM, no Município de Pinhais/PR.

A Magistrada abordou temáticas relacionadas à violência doméstica e aos direitos das mulheres, garantidos pela Lei Maria da Penha (11.340/2006) e por outros instrumentos legais. Também descreveu as principais atividades desenvolvidas pela CEVID e pelo TJPR, destinadas à concretização da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulher. Ainda, discorreu acerca dos serviços de proteção e assistência ofertados pelos órgãos que integram a rede de atendimento à mulher em situação de violência, bem como respondeu a perguntas formuladas pelos(as) participantes.

A iniciativa realizada está em consonância com os objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Paraná para o período de 2021 a 2026, no que se refere ao fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade, com o intuito de ampliar a divulgação de serviços e o acesso à Justiça pela população.

Junho

INICIADO O "CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS E MAGISTRADAS - MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NO ÂMBITO DA LEI 11.340/2006. FUNDAMENTOS, QUESTÕES CONTROVERTIDAS E EFETIVIDADE"

A Escola Judicial do Paraná (EJUD), em parceria com a CEVID/TJPR, desenvolveu o "Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados e Magistradas - Medidas Protetivas de Urgência no Âmbito da Lei 11340/2006. Fundamentos, questões controvertidas e efetividade". O curso, promovido na modalidade a distância, com carga horária de 20 horas, teve início no dia 15 de junho e se estenderá até 17 de julho de 2023.

A ação educacional teve como objetivo capacitar os(as) cursistas para aplicar as medidas protetivas de urgência em casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres a partir de premissas de celeridade, efetividade e multidisciplinariedade, promovendo a eficaz proteção das vítimas e a prevenção da reiterada prática de atos da mesma natureza. Para tanto, estão sendo abordados os seguintes temas, entre outros: "medidas protetivas de urgência: perspectivas desde o pedido à sua decisão"; "natureza jurídica, princípios e fundamentos"; "questões controvertidas na aplicação e efetividade das medidas protetivas de urgência"; e "medidas protetivas de urgência, rede de proteção e atuação das equipes multidisciplinares".

Junho

CEVID/TJPR PROMOVE REUNIÕES PARA DEBATER PROJETOS DE COMBATE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Durante o mês de junho, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, participou de diversas reuniões em âmbito estadual com representantes do Executivo, Legislativo e Ministério Público, a fim de discutir propostas para ampliação e fortalecimento das políticas públicas relativas à promoção e defesa dos direitos das mulheres. Além de apresentar as atividades desenvolvidas pela CEVID/TJPR e pelo Colégio de Coordenadores (COCEVID), as reuniões tiveram o intuito de traçar estratégias de atuação e alinhar ações conjuntas, de acordo com as necessidades mais prementes.

No dia 5 de junho, às 11h, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço recebeu, nas dependências da CEVID, a assessora da Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná Alessandra Abraão, representando a Procuradora da Mulher Deputada Estadual Cloara Pinheiro. Dentre os assuntos abordados, destacam-se as tratativas – iniciadas pela Procuradoria da Mulher e apoiadas pela CEVID/TJPR – para que haja a isenção de taxa para reconhecimento de firma em cartório, comprovada a hipossuficiência econômica, com vistas à esterilização cirúrgica feminina, em todos os Cartórios do Estado do Paraná.

A CEVID/TJPR também se reuniu, no dia 7 de junho pela manhã, com o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Gilberto Giacoia, e com a Coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (NUPIGE), a Promotora de Justiça Ana Carolina Pinto Franceschi.

Junho

A reunião teve a finalidade de dar prosseguimento ao diálogo e fortalecer a parceria entre o Judiciário e o Ministério Público do Estado do Paraná, por meio do compartilhamento de informações (como convênios vigentes, projetos em andamento e previstos) e da discussão de demandas comuns, para construção de soluções conjuntas.

Na mesma data, no período da tarde, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço participou de reunião com representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná. Na ocasião, foi apresentado o Programa Mulher Segura Paraná, bem como detalhes do projeto de monitoramento entre tornozeleiras e dispositivo de segurança em casos de violência doméstica.

A atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade é fundamental para garantir a ampliação e melhoria da qualidade do atendimento, a identificação e o encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. Dessa forma, a CEVID/TJPR tem como uma de suas atribuições realizar essas articulações, em âmbito interno e externo, contribuindo, assim, para assegurar a efetividade na aplicação da Lei Maria da Penha.

Junho

COMISSÃO EXECUTIVA DO COCEVID SE REÚNE COM O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

No dia 12 de junho, a Comissão Executiva do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro - COCEVID, presidida pela Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, reuniu-se, em Brasília, com o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino. A reunião teve como objetivo, além de apresentar as iniciativas desenvolvidas pelo COCEVID, reforçar a importância da priorização das pautas relacionadas aos direitos humanos das mulheres, com a concretização de políticas públicas efetivas, condizentes com as distintas realidades dos Estados da Federação

Também participaram do encontro a Juíza do TJRJ e Presidente do FONAVID, Katerine Jatahy; a Juíza do TJCE e 1ª Secretária do COCEVID, Teresa Germana Lopes de Azevedo; o Desembargador do TJMA Cleonis Cunha; a Coordenadora do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), Tamires Sampaio; a delegada de Polícia Civil, Fernanda Antonucci; a presidente do Conselho da Casa da Mulher Brasileira de São Luís (MA), Susan Lucena; o diretor de Operações Integradas e de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP), Romano José da Cunha; e o secretário Nacional de Segurança Pública substituto, Felipe Sampaio.

Um dos assuntos tratados na oportunidade foi a captação de recursos para execução de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, com base na Lei nº 14.316/2022, que prevê a destinação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento da violência contra a mulher. Esses valores poderão ser utilizados, por exemplo, para ampliar o número de delegacias especializadas de atendimento à mulher no país, bem como o policiamento preventivo e a capacitação de profissionais de segurança pública, entre outras medidas necessárias a fim de garantir a adequada aplicação dos mecanismos previstos na Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006).

Junho

O Ministro Flávio Dino apresentou algumas políticas públicas implementadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública voltadas ao combate à violência contra as mulheres. Uma delas destina recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para o projeto Casa da Mulher Brasileira e, também, viaturas para as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e para a Patrulha Maria da Penha. Além disso, afirmou ser esta a primeira vez que o ministério tem uma política diretamente ligada às Guardas Municipais, que são um instrumento direto, próximo e capilarizado de apoio à Segurança Pública e à proteção da mulher.

A reunião constituiu um passo importante para estabelecer o diálogo e consolidar a parceria entre o Poder Judiciário e o Ministério da Justiça e Segurança Pública no enfrentamento da violência contra a mulher, especialmente no que diz respeito às medidas protetivas de urgência e ao fortalecimento da Patrulha Maria da Penha e das Casas da Mulher Brasileira.



Junho

CEVID/TJPR SE REÚNE COM A BANCADA FEMININA DA ALEP

Combate à violência doméstica, integração entre os entes da rede de enfrentamento, bem como a sua capacitação, foram alguns dos assuntos discutidos na última segunda-feira (19 de junho), em reunião da CEVID/TJPR com a bancada feminina da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Na ocasião, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar foi recebida pelas dez deputadas estaduais que compõem a Bancada Feminina. São elas: Marcia Huçulak, Mabel Canto, Maria Victoria, Ana Júlia, Luciana Rafagnin, Mara Lima, Cristina Silvestri, Marli Paulino, Flávia Francischini e Cloara Pinheiro.

A Coordenadora da CEVID/TJPR compartilhou suas experiências no enfrentamento à violência doméstica, do primeiro e do segundo biênio (este último ainda em andamento), salientando as particularidades do cotidiano da Coordenadoria e descrevendo suas principais ações, projetos e políticas públicas já realizadas e ainda em progresso. Dentre atividades desenvolvidas pela CEVID/TJPR, destacou o Laboratório de Práticas Psicossociais em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PSICOLAB VD), e o Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FOVID/PR), o qual teve sua última edição realizada nos dias 31 de maio, 1º e 2 de junho de 2023.

Quanto aos índices de violência doméstica e familiar contra a mulher, a Coordenadora da CEVID sinalizou que existem hoje cerca de cem mil ações penais em andamento no Estado do Paraná e por volta de oitocentos processos de feminicídio, o que, infelizmente, é um quantitativo bastante elevado.

Junho

A Desembargadora também descreveu o papel do Judiciário para assegurar os direitos das mulheres, garantindo o acesso à justiça e fomentando a criação e implementação de políticas públicas, especialmente por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher. Nesse sentido, evidenciou a necessidade da união dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo na promoção dessas políticas públicas que venham a melhorar os índices de violência, diminuindo a reincidência dos autores e proporcionando a devida reinserção das mulheres vítimas na sociedade e no mercado de trabalho.



TJPR, FECOMÉRCIO, SESC E SENAC DO PARANÁ FIRMAM PARCERIA PARA APOIAR MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Nesta terça-feira (20/06), o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), Luiz Fernando Tomasi Keppen, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPR (CEVID) e o Presidente do sistema que reúne a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (FECOMÉRCIO/PR), o Serviço Social do Comércio (SESC/PR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/PR) e também ViceGovernador do Paraná, Darci Piana, assinaram um termo de cooperação técnica para a criação do “Programa de Empregabilidade para mulheres em situação de violência doméstica e familiar” que são atendidas pela Lei Maria da Penha.

Por meio da parceria, serão realizados eventos e cursos de formação, além de encaminhamento das mulheres para vagas de emprego. Alguns dos cursos previstos são: Laboratório de Cultura, Trabalho Social, Corte e Costura, Depiladora, Manicure e Pedicure, Cabeleireiro, Doces e salgados para festas, Unhas decoradas, Escova e Modelagem de cabelos.

O objetivo do acordo é promover e executar atividades para proteger e garantir os direitos de vítimas de violência doméstica e familiar com ações que criem meios de aperfeiçoamento pessoal, educacional e profissional. Uma das medidas pretendidas consiste em propiciar, às mulheres contempladas, a oportunidade de inserção no mercado de trabalho, promovendo, assim, a saúde física e mental dessas mulheres.

Nas palavras do Presidente do TJPR: “Os três poderes estão irmanados, e nosso objetivo é conjugar esforços para o desenvolvimento pessoal, educacional e profissional das vítimas de violência doméstica. A educação começa dentro de casa e é de respeito a todas e todos. A violência sempre aconteceu, mas agora temos canais de comunicação e espaços para acolher as vítimas. Estamos todos envolvidos com essa chaga e temos que passar por um processo de educação para uma mudança de mentalidade”.

Junho

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR e Presidente do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), salientou a necessidade de se falar sobre o tema. Ela anunciou a criação de 100 vagas em Curitiba para a capacitação de mulheres atendidas pela Lei Maria da Penha a partir da assinatura do termo, a articulação com os clubes de futebol para levar o assunto aos estádios e falou da visita à bancada feminina da Assembleia Legislativa do Paraná para debater ações de enfrentamento. “Das palavras vamos derivar em ações. Nós trabalhamos com o passado diariamente e quando temos essas conversas estamos pensando no futuro”, afirmou a Desembargadora.

Participaram da solenidade diversas autoridades,: o Desembargador Fernando Antônio Prazeres, 2º Vice-Presidente do TJPR; o Desembargador Roberto Antônio Massaro, Corregedor da Justiça do TJPR; o Desembargador Ruy Alves Henriques Filho, Ouvidor do TJPR, o Desembargador Ramon de Medeiros Nogueira, Diretor-Geral da Escola Judicial do Paraná; a Ouvidora Geral da Ordem dos Advogados do Brasil-PR, Márcia de Fátima Leardini Vidolin Dresch; o Diretor Regional do SESC/PR, Emerson Sextos; o Diretor Regional do SENAC/PR, Sidnei Lopes de Oliveira; e os Juízes Auxiliares César Ghizoni e Fernanda Karam de Chueiri. Também compareceram à assinatura do acordo a Coordenadora da Procuradoria da Mulher Alessandra Simões, a Deputada Estadual Cloara Pinheiro e o Deputado Estadual Luís Corti, entre outros Magistrados e autoridades.



Junho

CEVID/TJPR RECEBE REPRESENTANTES DA ITAIPU BINACIONAL PARA DISCUTIR AÇÕES EM PROL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPR, e o Dr. Marcos Antônio da Cunha Araújo, Juiz Vice-Coordenador da CEVID/TJPR, receberam, nesta quarta-feira (21 de junho), as senhoras Fiorinda Pezzato e Erika Davies, da Divisão de Iniciativas de Responsabilidade Social da Itaipu Binacional. Na ocasião, foram discutidas pautas relativas aos direitos da mulher e possíveis iniciativas conjuntas para a ampliação de políticas públicas de combate a violência contra as mulheres em todo o Estado do Paraná.



Junho

A Coordenadora da CEVID/TJPR apresentou as principais atividades desenvolvidas pela Coordenadoria no enfrentamento à violência doméstica nas últimas gestões, como também salientou a importância do constante aprimoramento e fortalecimento da rede de proteção à mulher. As representantes da ITAIPU Binacional, por sua vez, compartilharam suas experiências no enfrentamento à violência doméstica e descreveram de que forma vêm atuando neste tema, principalmente no sentido de concentrar esforços a fim de elaborar políticas públicas mais efetivas, que consigam atingir todas as mulheres que são vítimas desse tipo de violência.

Durante a reunião, houve sugestões para aprimoramento da formação de toda a rede de enfrentamento a violência doméstica, para que todos os agentes possam compartilhar experiências e conhecimento, a fim de priorizar um atendimento humanizado às vítimas. Também foram elencados alguns projetos visando proporcionar assistência adequada às mulheres em diversas áreas, como justiça, segurança pública, saúde, trabalho, habitação, entre outras. Dessa forma, pretende-se evitar novos quadros de violência doméstica, garantindo às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado já no primeiro contato com os órgãos da rede, bem como um acompanhamento posterior, para que tenham oportunidade de acesso à qualificação profissional, autonomia e desenvolvimento social.

Junho

CEVID/TJPR PRESTIGIA PALESTRA DO JUDICIÁRIO PARA PROFESSORES, SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

No dia 26 de junho, a CEVID/TJPR, na pessoa de sua coordenadora, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, participou do evento EDUCAR É PREVENIR: versão docentes, organizado pelo Poder Judiciário da Vara Criminal de Rio Branco do Sul, juntamente com as Prefeituras de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, na Associação de Educação Municipal (ASEM).

Com foco na infância e adolescência, a palestra apresentada pela magistrada Marina Lorena Pasqualotto abordou o tema "Combate ao abuso sexual infantil", voltado a orientação de docentes. A ação buscou demonstrar que o espaço escolar deve estar preparado para receber e encaminhar as denúncias apresentadas pelos alunos. Reforçou ainda a importância do apoio escolar para que os profissionais da rede tomem conhecimento dos fatos, possibilitando, assim, o atendimento adequado à vítima. Ainda, houve a entrega do livro "Meu corpo, meu corpinho", doado pela Magistrada Marina, acima citada, como símbolo de expansão do tema dentro das escolas. Desse modo, a palestra contribuiu grandemente para fortalecer o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como para promover a defesa dos direitos desse público.

Junho



Junho

CEVID/TJPR PARTICIPA DE EVENTO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO AMBIENTE DE TRABALHO, PROMOVIDO PELO PODER EXECUTIVO

A Juíza Dilmari Helena Kessler, integrante da CEVID/TJPR, participou, juntamente com a equipe da Coordenadoria, de uma série de palestras sobre o combate à violência contra as mulheres no ambiente de trabalho. O evento, promovido pela Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Semipi), em parceria com a Controladoria-Geral do Estado e a Secretaria de Estado de Administração e Previdência, ocorreu no dia 27 de junho, no Guairinha, e integra o pacote de ações Mulheres por um Paraná Sem Violência, lançado em março pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior.

Na ocasião, foram apresentados painéis que debateram ações de combate à violência contra as mulheres, com a participação de cinco especialistas no tema. Os palestrantes, Maria Terezinha Nunes, Izabela Sammarco Antunes Mayelian, Wendel Benevides Matos, Carliane de Oliveira Carvalho e Giuliana Pinheiro Lenza, discutiram sobre aspectos do assédio moral e sexual no ambiente de trabalho e propuseram caminhos para o enfrentamento do problema. Ainda, fizeram pronunciamentos a Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, Leandre Dal Ponte; Chefe da Casa Civil, João Carlos Ortega; o Secretário de Estado de Administração e Previdência, Elisandro Frigo; e a Controladora-Geral do Paraná, Luciana Carla da Silva de Azevedo. Os dirigentes do Executivo apresentaram algumas das ações em andamento no Estado para a promoção da igualdade entre homens e mulheres e o combate à violência. Ainda, salientaram a importância de se dar visibilidade à temática feminina e reforçaram o compromisso de implementar medidas efetivas de valorização e proteção das mulheres.

Junho

Iniciativas como essa são de suma relevância para propiciar a sensibilização da sociedade acerca do tema, bem como para fomentar o engajamento da população no enfrentamento dessa problemática. É crucial que os entes públicos e privados somem esforços na construção coletiva de políticas públicas e projetos voltados à defesa da igualdade de direitos, ao combate e à prevenção da violência e ao desenvolvimento econômico, político e social das mulheres.



Junho

COORDENADORA DA CEVID/TJPR PROFERE PALESTRA EM CAPACITAÇÃO PARA EQUIPES DA PATRULHA MARIA DA PENHA DE CAMPINA GRANDE DO SUL/PR

A No dia 28 de junho de 2023, às 14h00, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, participou como palestrante no Curso de Formação de Agentes da Patrulha Maria da Penha, promovido pelo Centro de Formação da Guarda Municipal de Curitiba (CFGM), em parceria com a Guarda Municipal de Campina Grande do Sul. O curso, realizado na Sede da Guarda Municipal de Campina Grande do Sul, foi destinado à capacitação de Guardas Municipais e Policiais Militares atuantes no policiamento preventivo em casos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A ação teve o objetivo de atualizar e nivelar as equipes quanto aos procedimentos adequados a serem adotados nos atendimentos, como também sobre as tipicidades de cada órgão da Rede de Proteção à Mulher. A palestra proferida pela Desembargadora Ana Lúcia Lourenço tratou da identificação e do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como da atuação da Coordenadoria e das parcerias do Judiciário com demais órgãos da rede de atendimento à mulher em situação de violência. Durante a capacitação, também proferiram palestra representantes de outros órgãos que integram a rede de atendimento à mulher em situação de violência.

O programa Patrulha Maria da Penha disponibiliza atendimento preventivo a mulheres com medidas protetivas de urgência vigentes, por meio de visitas periódicas dos agentes das Guardas Municipais ou da Polícia Militar. O município de Curitiba foi o primeiro a prestar esse serviço no Estado, o qual teve início em 2014. Desde então, a equipe da Guarda Municipal responsável pelos patrulhamentos tem contribuído para reforçar a segurança não apenas das mulheres curitibanas, mas também de todo o Estado, por meio das capacitações ofertadas a agentes de outros municípios que vieram a contar com o serviço.

Junho

Atualmente, contam com a Patrulha Maria da Penha, por meio da Guarda Municipal, os municípios de Apucarana, Arapongas, Araucária, Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Irati, Londrina, Maringá, Matinhos, Paranaguá, Ponta Grossa, Pontal do Paraná, Sarandi, São José dos Pinhais, São Miguel do Iguaçu e Toledo. O serviço também é prestado pela Polícia Militar, MEDIANTE Termo de Cooperação entre o TJPR, o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Segurança Pública.



Junho

CEVID/TJPR PARTICIPA DO LANÇAMENTO DO PROGRAMA MULHER SEGURA PARANÁ, PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

No dia 29 de junho deste ano, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, coordenadora da CEVID/TJPR, participou do lançamento do Programa Mulher Segura Paraná, promovido pela Secretaria da Segurança Pública do Estado. A iniciativa é resultado de uma integração com o Tribunal de Justiça do Paraná, Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Semipi), Controladoria-Geral do Estado (CGE) e Procuradoria-Geral do Estado (PGEPR).

O Programa possui como escopo proporcionar às mulheres do Estado do Paraná maior segurança, seja por meio de ações de prevenção à violência doméstica e feminicídios, seja incentivando o empoderamento feminino MEDIANTE ações educativas, com palestras sobre o enfrentamento à violência doméstica e os direitos das mulheres. Também serão desenvolvidas oficinas de defesa pessoal, primeiros socorros e prevenção aos crimes, tanto fora quanto dentro do ambiente de trabalho. O programa inclui ainda outras ações, como a instalação de ambientes adequados e humanizados em Delegacias de Polícia voltados para vítimas de violência doméstica e iniciativas relacionadas à efetividade das medidas protetivas de urgência para mulheres vítimas de violência doméstica, ainda em discussão com o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Em seu pronunciamento na ocasião, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço destacou que o Programa Mulher Segura Paraná está alinhado às ações dos Tribunais. "O Poder Executivo, com esse programa, soma conosco na área de informação e prevenção, pois precisamos fortalecer essa rede de atendimento e enfrentamento para que as mulheres saibam que há uma iniciativa firme do poder público no sentido de estimular a criação de ambientes seguros", afirmou.

Junho

Também proferiram fala na oportunidade o Secretário de Estado da Segurança Pública, Hudson Leôncio Teixeira; O Coordenador-Adjunto de Operações Integradas de Segurança Pública (Coisp), Leonardo Bueno Carneiro; A Delegada-Chefe da Divisão Policial Especializada da Polícia Civil, Luciana Novaes; e a Controladora-Geral do Paraná, Luciana Carla da Silva Azevedo. Ademais, prestigiaram o evento o Diretor de Políticas Públicas da Sesp, coronel Fernando Klemps; o Chefe de Gabinete da Secretaria da Segurança Pública, coronel Mario Henrique do Carmo; o Chefe do EstadoMaior da Polícia Militar, Coronel Valmor Anderson Pereira; o ComandanteGeral do Corpo de Bombeiros, coronel Manoel Vasco de Figueiredo Júnior; a Procuradora-Geral do Estado, Leticia Ferreira da Silva; e a Deputada Estadual Márcia Huçulak.



Julho

COORDENADORA E VICE COORDENADOR DA CEVID SE REÚNEM COM A SECRETÁRIA DA MULHER DO ESTADO E ARTICULAM POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Na segunda-feira, 03 de julho, compareceram ao Palácio das Araucárias a Coordenadora e o Vice Coordenador da CEVID, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço e o Doutor Marcos Antônio da Cunha Araújo, respectivamente, para reunião com a Secretária de Estado da Mulher e Igualdade Racial do Paraná Leandre Dal Ponte. Na ocasião, a Desembargadora e equipe apresentaram as parcerias firmadas e fomentadas pela CEVID, tanto para o aprimoramento da proteção e assistência às vítimas quanto em trabalhos com o agressor, para prevenção de novos crimes.

Destacou-se a cooperação técnica entre o Judiciário, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio/PR), o Serviço Social do Comércio (Sesc/PR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/PR), que tem como objetivo consolidar esforços para o desenvolvimento pessoal, educacional e profissional das vítimas de violência doméstica.

Por outro lado, a Secretária apresentou projetos seus e de sua assessoria, e enfatizou a vontade de regionalizar casas de abrigo, promover consórcios entre municípios, entre outras ideias, para dar mais visibilidade às políticas públicas voltadas à proteção da mulher.

Entre outros projetos, a Secretária demonstrou intenção da criação de comitê interinstitucional permanente de enfrentamento à violência doméstica no Paraná, para padronização de procedimentos relativos ao atendimento das vítimas, com discussão de eixos de atuação, metas, planejamento e entrega humanizada de atendimento.

Julho

Outros assuntos que pautaram o encontro disseram respeito a meios de reabilitação de homens autores de violência doméstica, conselhos da comunidade e a efetividade de instrumentos de proteção como o botão do pânico.

A Secretária da Mulher ainda fez convite à CEVID para participar da programação do dia estadual de combate ao feminicídio, datado de 22 de julho, a “Caminhada do Meio Dia”, em homenagem às vítimas de feminicídio.

Julho

A COORDENADORA DA CEVID PARTICIPOU DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ (ALEP).

A Desembargadora Ana Lucia Lourenço, coordenadora da CEVID, participou, no dia 10 de julho, de audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). O evento promovido pela bancada feminina da assembleia reforçou a necessidade de acolhimento e cumprimento de leis no enfrentamento ao feminicídio. O encontro reuniu representantes do Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público para debater ações de combate à violência contra a mulher.

O dia 22/07 foi incluído no Calendário Oficial do Estado pela Lei nº 19.873/2019, e faz referência à morte da advogada Tatiane Spitzner, em Guarapuava, em 2018. “Com 33 anos de carreira, nunca vi uma integração tão significativa neste enfrentamento à violência contra a mulher”, elogiou a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço.

A Coordenadora da CEVID citou ações como o mutirão marcado para julho, com a realização de 19 júris para casos de feminicídio, em 15 comarcas no Estado e a busca aos agressores após levantamento de 94 mandados de prisão em aberto expedidos para casos tentados e consumados de feminicídio. Apontou, ainda, como desafio, aumentar as cidades que têm a Patrulha Maria da Penha, que está em 20 municípios paranaenses, e também das Casas de Abrigo.

Julho



Julho

COORDENADORA E EQUIPE DA CEVID SE REÚNEM COM GRUPO DE PESQUISA DA UFPR A FIM DE TRATAR DE OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA TENDO COMO VÍTIMAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Na quarta-feira, 12 de julho, compareceram à sede da CEVID os estudantes de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Júlia Ogalha e Matheus Ideta, que desenvolveram pesquisa com o tema o Reconhecimento da intersecção entre gênero e deficiência como elemento determinante ao concreto e efetivo acesso à justiça por mulheres com deficiência em casos de violência doméstica.

O cerne da pesquisa foi a elaboração de panorama sobre a legislação existente – Lei Maria da Penha, Lei 13.836/2019 e outras medidas conexas – para relacioná-la tanto a eventuais obstáculos que dificultam o acesso das mulheres com deficiência ao Sistema de Justiça, quanto àquilo que os estudantes consideram ser uma subnotificação de dados.

A Desembargadora respondeu a uma série de perguntas – em formato de entrevista – feitas pelos graduandos, e discorreu sobre os métodos de captação de dados estatísticos utilizados pelo Tribunal de Justiça.

Julho

CEVID MARCA PRESENÇA NA INSTALAÇÃO DO NUAVIDEM NA DELEGACIA DA MULHER E EM VISITA AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER DE LONDRINA.

A Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, participou, no dia 14 de julho, em Londrina/PR, da inauguração e instalação do NUAVIDEM – Núcleo de Atendimento de Violência Doméstica na Delegacia da Mulher de Londrina.

O evento foi promovido pela Reitora da Universidade Estadual de Londrina, Prof.^a Dra. Marta Regina Gimenez Favaro, pelo Vice-Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Prof.^o Dr. Airton José Petris, e pela autora e Coordenadora do Projeto NUAVIDEM, Prof.^a Dra. Claudete Carvalho Canezin.

O projeto tem como objetivo o acolhimento e orientação de Mulheres em Situação de violência doméstica e familiar por advogadas e profissionais especializadas na Delegacia da Mulher, situada na rua Almirante Barroso, 107 - 1º Andar - Nova, em Londrina - PR. Nesse espaço, as vítimas de violência recebem esclarecimentos sobre seus direitos, bem como auxílio na elaboração do Boletim de Ocorrência. Ainda, o Núcleo de Atendimento também atua no encaminhamento das vítimas aos órgãos responsáveis pelo acolhimento, como Casa Abrigo, CAM (Centro de Referência no Atendimento à Mulher), CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), bem como aos atendimentos jurídico e psicológico gratuitos prestados pelo NUMAPE (Núcleo Maria da Penha).

Julho



Julho

COORDENADORA DA CEVID CONCEDE ENTREVISTA NA ABERTURA DA SEMANA DE COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA PELA COMARCA DE AMPÉRE

Teve início, em 17 de julho, a Semana de Combate ao Femicídio, promovida pelo Poder Judiciário. Em alusão à campanha, a Comarca de Ampére fez uma parceria com as Rádios Ampére AM e Interativa FM, para veiculação de entrevistas acerca do tema. Uma das convidadas foi a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A entrevista teve como pauta diversos assuntos relacionados à violência contra mulher. A Desembargadora apresentou brevemente a CEVID, destacando as principais ações realizadas pela Coordenadoria, e o histórico de Coordenadorias nos Tribunais de todos os Estados brasileiros. Ressaltou que as políticas públicas para o enfrentamento e combate à violência doméstica e familiar são imprescindíveis e necessárias, e as ações devem se nortear com vistas a difusão de informações, esclarecimentos e orientações à população sobre como identificar e lidar com situações de violência contra a mulher.

Ainda, salientou a importância da Lei Estadual (nº 19.837/2019) que instituiu o dia 22 de julho como o dia estadual de combate ao feminicídio, que serve para aproximar as mulheres da legislação existente para protegê-las. O objetivo dessa Campanha de Combate ao Femicídio foi mobilizar não somente toda a rede de enfrentamento à violência doméstica, mas também atingir a sociedade como um todo.

Para ouvir a entrevista na íntegra, [clique aqui](#).

Julho

CEVID PRESTIGIA A FORMAÇÃO DE MAIS DE 10 MIL POLICIAIS MILITARES NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

No dia 21 de julho de 2023, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID e Presidente do COCEVID, marcou presença na cerimônia de formatura de mais de 10 mil policiais militares no curso de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar. A solenidade foi realizada na Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais. Na ocasião, o Governador do Paraná em exercício, Darci Piana, entregou certificados a 100 agentes de segurança, que representaram a corporação.

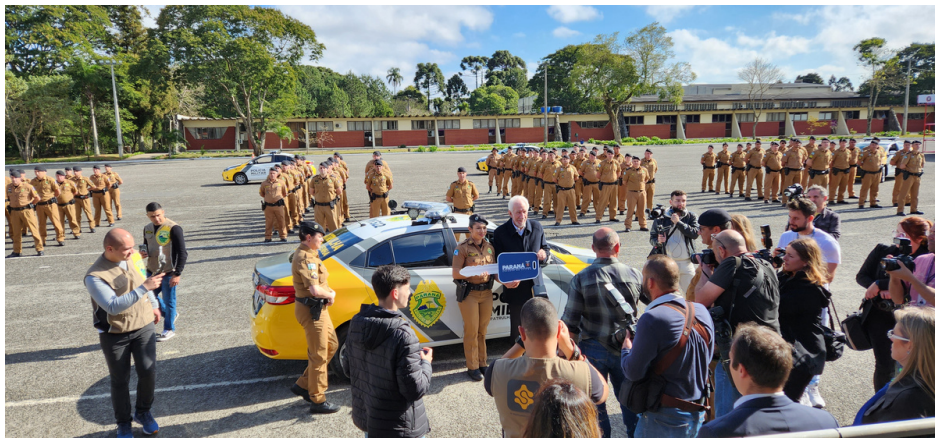
Além da Coordenadora da CEVID, estiveram presentes diversas autoridades, entre elas, o Secretário de Segurança Pública do Paraná, Hudson Leôncio Teixeira; a Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, Leandre Dal Ponte; o Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, Coronel Jefferson Silva; o Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê, Tenente-Coronel Darany de Oliveira; o Prefeito de Colombo, Helder Lazarotto; a Prefeita de São José dos Pinhais, Nina Singer; o Vice-Prefeito de Piraquara, Josimar Fróes; a Promotora de Justiça Maria Aparecida Losso; e a idealizadora da Ronda Maria da Penha da Bahia, Tenente-Coronel Denice do Rosário.

A capacitação foi promovida entre os dias 27 de março e 21 de julho, com uma carga horária total de 25 horas, incluindo módulos a distância e presenciais. O treinamento teve enfoque tanto no atendimento especializado de emergência, prestado a partir dos chamados via central 190 (denominada primeira intervenção), quanto no monitoramento das vítimas e dos agressores após o registro dos boletins de ocorrência (chamada de segunda intervenção).

Julho

Neste último caso, os policiais realizam visitas domiciliares às mulheres, garantindo a elas maior sensação de segurança e inibindo possíveis reincidências dos agressores que, em muitos casos, continuam a morar junto com as vítimas. Com a conclusão do curso, o Estado passa a contar com policiais habilitados para atuar nesse tipo de ocorrência em todos os batalhões da Polícia Militar do Paraná (PMPR), como também reforça as unidades que atuam especificamente na Patrulha Maria da Penha.

Além da formação dos policiais, o Governo do Estado entregou oito novas viaturas que serão utilizadas especificamente no atendimento de ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher. Essas viaturas foram distribuídas em diferentes regiões do Paraná, com o objetivo de agilizar o deslocamento das equipes e garantir um atendimento mais eficiente.



Julho

JUDICIÁRIO PARANAENSE ADERE À CAMPANHA “PARANÁ UNIDO NO COMBATE AO FEMINICÍDIO”, IDEALIZADA PELO GOVERNO DO ESTADO

Ao longo de todo o mês de julho, o Judiciário Paranaense somou esforços com demais membros do poder público e da sociedade civil em campanha destinada a intensificar ações voltadas a prevenir e combater os crimes relacionados a violências cometidas contra a população feminina – em especial, os feminicídios, que se referem às mortes violentas motivadas pelo próprio fato de a vítima ser mulher. A campanha, denominada “Paraná Unido no Combate ao Feminicídio”, foi idealizada pelo Governo Estadual, por meio da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) e lançada no último dia 10 de julho, em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. A iniciativa visa fazer frente aos elevados índices de ocorrência desses tipos de crime no Paraná e em todo o país, conforme constatado pelos órgãos, instituições e entidades atuantes na área. As ações desenvolvidas englobaram mobilizações nas ruas, caminhadas e corridas, fóruns de debates e campanhas publicitárias de conscientização contra qualquer forma de violência contra as mulheres.

Durante o lançamento da campanha, a Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, Leandre Dal Ponte, salientou que se pretende a formação de uma grande aliança em torno do tema. “O nome da campanha não foi escolhido aleatoriamente. Ele expressa a intencionalidade do Governo em unir esforços, iniciativas, atores e setores, convocando toda a sociedade para se juntar a nós nesta importante missão. O feminicídio não é apenas uma questão que diz respeito às mulheres. Ele atinge todas as pessoas, todas as famílias, e toda a nossa sociedade”, afirmou.

Julho

O Judiciário Paranaense aderiu à campanha por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID). A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, coordenadora da CEVID, destacou que o enfrentamento dos crimes de violência contra as mulheres envolve múltiplas vertentes de atuação. "O combate ao feminicídio é uma tarefa árdua e exige políticas públicas firmes e consistentes, pois o Estado não pode permitir que a vítima fique à mercê do agressor, sem nenhum amparo legal nem acolhimento social, a prevenção deve ser trabalhada e introduzida em toda a sociedade, pois é urgente interromper o ciclo de violência que, em geral, caracteriza esses casos. É preciso unir esforços para que as mulheres em situação de violência de fato tenham acesso aos programas e serviços de proteção e assistência disponíveis, como também para que lhes sejam garantidos seus direitos previstos em lei. Dessa forma, será possível evitar, por vezes, a ocorrência de um lamentável episódio de feminicídio", ressalta a Magistrada.

#EUVOU

1ª CAMINHADA DO MEIO-DIA

22 de julho

"Pela vida e pelo fim da violência contra as Mulheres"

PARANÁ UNIDO NO COMBATE AO FEMINICÍDIO

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA MULHER,
IGUALDADE RACIAL
E PESSOA IDOSA

The poster features a dark green background with a stylized illustration of a diverse group of people in various colors (purple, orange, blue, yellow) walking up a hill. The text is in white and orange. Logos for the Paraná government and the CEVID are at the bottom.

CAMPANHA DE COMBATE AO FEMINICÍDIO - AÇÕES PROMOVIDAS PELO JUDICIÁRIO

Magistrados(as), Servidores(as), Estagiários(as) e Colaboradores(as) atuaram incansavelmente para dar uma resposta jurisdicional adequada a toda a sociedade, a fim de que os casos de feminicídio e violência doméstica tenham sua tramitação de forma célere. A CEVID, com o apoio da Cúpula Diretiva e demais órgãos, setores e departamentos do TJPR, bem como mediante parcerias interinstitucionais, promoveu diversas ações alusivas à campanha de combate ao feminicídio, incluindo, entre outras:

- Levantamento de feitos de feminicídio prontos para julgamento e agendamento de 18 júris durante o mês de julho, nas Comarcas de Andirá, Apucarana, Arapongas, Araucária, Cianorte, Colombo, Dois Vizinhos, Engenheiro Beltrão, Foz do Iguaçu, Guaratuba, Jacarezinho, Londrina, Manoel Ribas, Pitanga e Sarandi. Ressalta-se que é possível o acompanhamento de júris pelo canal do Youtube do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, através do link: <https://www.youtube.com/@TribunaldoSistemaTJPR>;
- Levantamento de mandados de prisão pendentes de cumprimento, relativos a feitos de feminicídio, e articulações junto à Polícia Civil e ao Ministério Público, a fim de viabilizar a efetiva fiscalização na execução de tais atos processuais;
- Articulação com os(as) Magistrados(as) do TJPR, com o intuito de fomentar e fortalecer o desenvolvimento de ações alusivas à campanha em âmbito local;
- Parceria com a Assessoria de Comunicação do TJPR para veiculação de notícias e campanhas concernentes ao combate ao feminicídio;
- Publicações nas mídias sociais da CEVID alusivas à campanha; e
- Apoio e participação na mobilização conjunta denominada Paraná Unido no Combate ao Feminicídio, capitaneada pela Secretaria Estadual da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. Dentre as ações da campanha, destacam-se: a realização de audiência pública sobre feminicídio, promovida no dia 10 de julho;

Julho

e a 1ª Caminhada do Meio-Dia, de combate ao feminicídio, que ocorreu no dia 22 de julho, em parceria com as Prefeituras Municipais.

Na Comarca de Paranaguá: a Juíza Titular da 1ª Vara Criminal, Dra. Cíntia Graeff, presidiu roda de conversa no dia 21 de julho com todos os gestores e gestoras pedagógicos e administrativos das escolas do Núcleo Regional da Educação de Paranaguá, a fim de acarretar multiplicadores dos objetivos da campanha. Ainda, no dia 22 de julho, foi realizada a chamada Caminhada Branca, uma passeata a fim de dar visibilidade ao Dia do Combate ao Feminicídio, convocando-se toda comunidade para participar, de preferência vestindo roupas brancas em alusão à paz.

Na Comarca de Santo Antônio da Platina: Dr. Djalma Aparecido Gaspar Junior, Juiz Titular da Vara Criminal e Anexos, promoveu ações em parceria com o Conselho da Comunidade, o CREAS e a FANORPI (Faculdade do Norte Pioneiro). Foi divulgado o tema nas mídias sociais, especificamente no Instagram, rádios locais e sites de notícias. Também foram fixados cartazes e folders informativos em locais de grande movimentação, tais como: Pronto Socorro Municipal, Hospital Regional do Norte Pioneiro (maternidade), farmácias, sede da OAB, sede do Conselho da Comunidade e Fórum da Comarca. Ademais, se realizaram palestras na Cadeia Pública do município, em parceria com o CREAS, e na FANORPI (Faculdade do Norte Pioneiro).

Ainda, no Plenário do Júri do Fórum Criminal da cidade de Londrina/PR, por ocasião do Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, aconteceu o evento acadêmico "Feminicídios no Paraná: visibilidade e enfrentamento", pelo Laboratório de Estudos de Feminicídio da Universidade Estadual de Londrina. Participaram do evento, entre outros convidados, os(as) Juízes(as) de Direito Dra. Gabriela Luciano Borri Aranda e Dr. Eldom Stevem Barbosa dos Santos, como palestrantes, e a Dra. Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti, como coordenadora da mesa-redonda.

22 de julho: 1ª Caminhada do Meio-Dia – Paraná Unido Contra o Femicídio

No dia 22 de julho, ocorreu a 1ª Caminhada do Meio-Dia, uma mobilização em memória das vítimas de feminicídio, em solidariedade a seus familiares, pelo fim da violência e pela vida das mulheres. Essa foi uma iniciativa da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), em parceria com os governos municipais, e integra a campanha Paraná Unido no Combate ao Femicídio. Assim, cada município definiu e divulgou um ponto de encontro e um local de chegada para a caminhada, e o circuito teve duração de aproximadamente 15 minutos. A recomendação foi que os(as) participantes usassem roupas brancas, em demonstração de paz e respeito à vida.

O crime de feminicídio

O nome "feminicídio" tem sua origem no termo "femicídio", cunhado em 1976 pela socióloga sul-africana Diana Russell, entendido como "o assassinato intencional de mulheres ou meninas porque elas são mulheres". No Brasil, o crime de feminicídio foi definido legalmente com a entrada em vigor da Lei nº 13.104, em 2015, que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Assim, segundo o Código Penal, feminicídio é "o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino", isto é, quando o crime envolve "violência doméstica e familiar" e/ou "menosprezo ou discriminação à condição de mulher". A pena prevista para o homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos. Ao incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio, o crime foi adicionado ao rol dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990), tal qual o estupro, genocídio e latrocínio, entre outros.

Julho

O feminicídio é considerado um crime de ódio e constitui a forma mais extrema de violência contra a mulher. Quando ocorrido no contexto de violência doméstica e familiar, costuma ser precedido de outros tipos de violência (física, sexual, psicológica, moral e/ou patrimonial). Nesse sentido, a difusão de informações e de conhecimento acerca do tema é fundamental para que as vítimas desses crimes saibam reconhecer a violência sofrida e possam usufruir de seus direitos, a fim de sair dessa situação. Além disso, a conscientização da sociedade é importante para que as pessoas possam identificar e estar atentas aos sinais de violência contra as mulheres e, assim, saibam como apoiar as vítimas e acionar as autoridades competentes. Por outro lado, é dever do Estado tomar medidas para prevenir, investigar, punir e reparar adequadamente as violações sofridas por todos(as) os(as) envolvidos(as). Isso inclui a garantia de acesso à justiça e a implementação de políticas públicas de proteção e assistência às vítimas, além de trabalhos reflexivos e responsabilizantes direcionados aos autores de violência, a fim de evitar a reincidência.

Estatísticas

Segundo o Mapa da Violência 2015, o Brasil é o 5º país no mundo – em um grupo de 83 países – em que se matam mais mulheres. No Paraná, os dados colhidos por meio da ferramenta de Business Intelligence do TJPR também apontam índices alarmantes e crescentes relativos à ocorrência de crimes de violência contra as mulheres. De acordo com esses dados, em 2021 e 2022 foram registrados, respectivamente, 191 e 201 feminicídios. Em 2023, até junho, já foram computados 128 feminicídios. Com respeito aos casos novos de violência doméstica e familiar contra a mulher que ingressaram no Judiciário, tem-se um total de 42.539 em 2021 e 44.492 em 2022. Em 2023, foram 26.522 casos registrados até junho.

Julho

Quanto ao número de medidas protetivas de urgência autuadas, ao passo que foram registradas 40.046 no ano de 2021 e 41.345 no ano de 2022, em 2023 já foram autuadas, até junho, 27.035 medidas protetivas.

Dia Estadual de Combate ao Femicídio

O Paraná possui um Dia Estadual de Combate ao Femicídio, instituído pela Lei 19.873/2019. Foi adotada a data de 22 de julho, em referência à morte da advogada Tatiane Spitzner, em 2018. A lei determina que é dever do Poder Público promover debates, seminários e outros eventos relacionados ao tema.



Julho

A CEVID PARTICIPOU DA “1ª CAMINHADA DO MEIO-DIA – PARANÁ UNIDO CONTRA O FEMINICÍDIO” QUE REUNIU MILHARES DE PESSOAS NO DIA ESTADUAL DE COMBATE AO FEMINICÍDIO

No Dia Estadual de Combate ao Femicídio (22/07), milhares de pessoas participaram da 1ª Caminhada do Meio-Dia. Organizada pela Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), o evento faz parte da programação da Campanha Paraná Unido no Combate ao Femicídio e teve a participação de mais de 70 municípios paranaenses, além da Capital.

Homens, mulheres, crianças, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças religiosas se reuniram em memória das vítimas de feminicídio em todo o Paraná. Durante todo o trajeto foram exibidos cartazes, balões e faixas, pedindo a conscientização da população na luta.

Em Curitiba, a passeata teve início na Praça Santos Andrade e ao meio-dia, em ponto, com o badalar de sinos, houve um minuto silêncio em respeito às vítimas. Em seguida os participantes atravessaram diversas ruas do centro da cidade em direção à tradicional Boca Maldita.

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar esteve presente, e contou com a participação de Magistrados integrantes, inclusive a Coordenadora Desembargadora Ana Lucia Lourenço, servidores e estagiários de Pós Graduação. Foram impressos centenas de cartazes com frases de combate ao feminicídio e violência doméstica que foram distribuídos à população antes do início da caminhada. O Paraná possui um Dia Estadual de Combate ao Femicídio, instituído pela Lei 19.873/2019. Foi adotada a data de 22 de julho, em referência à morte da advogada Tatiane Spitzner, em 2018. A lei determina que é dever do Poder Público promover debates, seminários e outros eventos relacionados ao tema.

Julho

Participaram da caminhada representantes do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, além de membros da OAB/PR, do Ministério Público, da Guarda Municipal de Curitiba e servidores municipais; Conselhos de Segurança; e lideranças religiosas e de etnias.



Julho

COORDENADORA DA CEVID PARTICIPA DE REUNIÃO COM O SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA – SINDIJUS PR

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPR, recebeu, no dia 26 de julho, uma comissão do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná (SINDIJUS-PR). Estiveram presentes na reunião a senhora Andrea Regina Ferreira da Silva, da Coordenação Geral do SINDIJUS; o senhor David Machado, da Coordenação de Finanças; e o senhor Gustavo H. Viana e a senhora Daieniffer C. Lopes, da Coordenação de Patrimônio.

Na ocasião, foram tratadas pautas relativas a servidores que atuam nas áreas de psicologia e serviço social do Estado, bem como ações efetivas para melhor atender às demandas processuais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A Desembargadora ouviu membros do Sindicato e elucidou algumas dúvidas sobre a implementação dos Grupos Regionais Gestores de Equipes Multidisciplinares (GREGEMs). Ainda, aproveitou a oportunidade para apresentar algumas soluções a serem estudadas pelo Tribunal. Nesse sentido, discorreu sobre o aprimoramento na distribuição de processos e seus benefícios aos servidores e às unidades instaladas nas Comarcas, situação que reflete no jurisdicionado. Em contrapartida, ouviu sugestões e apontamentos do SINDIJUS, os quais servirão de subsídios para futuras decisões.

Julho

“DESCONSTRUINDO PADRÕES VIOLENTOS: JUSTIÇA RESTAURATIVA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA” EM MARINGÁ TRAZ DEBATES IMPORTANTES RELATIVOS AO PROTOCOLO DE GÊNERO

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, participou, nos dias 27 e 28 de julho, do evento com o tema “Desconstruindo padrões violentos: justiça restaurativa e violência doméstica”, organizado pela OAB-PR (subseção de Maringá), com apoio da Secretaria da Mulher, Universidade Estadual de Maringá, CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos), CEMSU (Central de Medidas Socialmente Úteis) de Maringá e a AMPARO (Associação Maringaense de Práticas Restaurativas e Inclusão Social).

Em sua programação, o evento trouxe uma abordagem pioneira através do olhar acadêmico e do Poder Judiciário, visando trabalhar aspectos da violência doméstica sob a perspectiva da justiça restaurativa. Para isso, foram proferidas palestras pela desembargadora Priscila Placha Sá, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; pela desembargadora Adriana Ramos de Mello, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; pelo Juiz André Augusto Salvador Bezerra, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; pela advogada e vice-reitora da Universidade Estadual de Maringá, Gisele Mendes de Carvalho; e pelo investigador da Polícia Civil, Jean Ricardo Costa, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado do Paraná.

Ademais, dentro do mesmo tema, foi debatido ainda sobre capacitações dos magistrados para o protocolo de gênero que foi instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, Diretrizes do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, que passaram a ser obrigatórias dentro do Poder Judiciário. Também foi realizada uma abordagem prática, visando a reabilitação do agressor como medida de caráter preventivo para reincidências nos casos de violência doméstica.

Julho



Agosto

LEI MARIA DA PENHA COMPLETA 17 ANOS DE PROMULGAÇÃO

No dia 07 de agosto de 2006, foi promulgada a Lei n.º 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha – uma legislação por anos aguardada pelas mulheres brasileiras, eis que trata da proteção de seus direitos. A criação desse diploma legal não se deu apenas mediante o processo legislativo comum, mas surgiu como resultado de muitos anos de determinação e de luta na garantia dos direitos das mulheres.

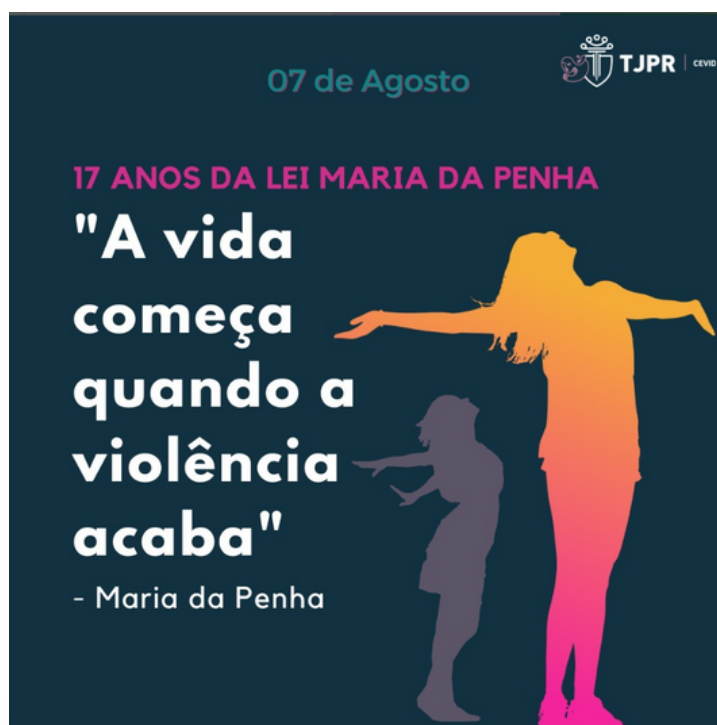
Maria da Penha Maia Fernandes sofreu dupla tentativa de feminicídio em 1983, além de ter ficado imersa em um ciclo de violência durante anos. As situações de violência sofridas por ela chegaram até à Comissão Interamericana de Direitos Humanos por meio do caso 12.051, gerando uma trajetória em busca de justiça que durou 19 anos e 6 meses, deixando um importante legado que perdura até os dias de hoje.

Com 46 artigos distribuídos em sete títulos, a Lei Maria da Penha cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, § 8º) e os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro (Convenção de Belém do Pará, Pacto de San José da Costa Rica, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher). Esses crimes são julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher, criados a partir dessa legislação, ou – nas cidades em que ainda não existem esses Juízos – em Varas Criminais. A Lei n.º 11.340/2006 também tipifica as situações de violência doméstica, proíbe a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, amplia a pena de um para até três anos de prisão e determina o encaminhamento das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes, a programas e serviços de proteção e de assistência social.

Agosto

Por meio da Lei Maria da Penha, as mulheres podem solicitar medidas protetivas de urgência (MPUs) para se protegerem do autor de violência doméstica, além de medidas voltadas ao auxílio da ofendida. Caso o autor de violência doméstica descumpra a medida protetiva, poderá responder pelo crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência (art. 24-A), além de ser preso preventivamente, a depender do caso concreto. Ainda, foi criada a equipe de atendimento multidisciplinar, que proporciona assistência à vítima por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica, saúde, entre outras.

Com o advento da Lei Maria da Penha, houve uma mudança de olhar para a questão da violência doméstica e familiar contra a mulher, que deixou de ser tratada como crime de menor potencial ofensivo e passou a ser abordada de forma mais ampla e especializada, abrangendo as esferas preventiva, repressiva, protetiva e assistencial. Isso possibilitou uma maior eficácia no combate e na prevenção desse tipo de crime, além de dar maior visibilidade e fomentar a participação da sociedade brasileira no enfrentamento dessa problemática. Em que pese os entraves e desafios enfrentados na aplicação da Lei Maria da Penha, é incontestável que essa legislação representa um marco na história de nosso país e tem impulsionado avanços significativos nas conquistas de direitos, igualdades e na ascensão social das mulheres.



Agosto

CEVID PARTICIPA DE SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM À PATRULHA MARIA DA PENHA - RECONHECIMENTO, VALORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO TRABALHO DA EQUIPE DA GUARDA MUNICIPAL DE CURITIBA

No dia 4 de agosto de 2023, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, representada pela juíza Doutora Paula Priscila Candeco, participou de Sessão Solene em Homenagem à Patrulha Maria da Penha. O evento foi organizado pela Procuradoria da Mulher e ocorreu no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba. Na oportunidade, foram homenageados os 36 membros, entre ativos e egressos, da Guarda Municipal de Curitiba que compõem ou compuseram a Patrulha Maria da Penha, cuja dedicação e competência têm contribuído significativamente para garantir a segurança e o bem-estar da cidade.

Implantada em 2014, a Patrulha Maria da Penha de Curitiba tem o objetivo de auxiliar no acompanhamento e na proteção de mulheres que receberam medidas protetivas determinadas pela Lei nº 11.340/2006. O município de Curitiba foi o primeiro a prestar esse serviço no Estado e, desde então, a equipe da Guarda Municipal responsável pelos patrulhamentos tem contribuído para reforçar a segurança não apenas das mulheres curitibanas, mas também de todo o Estado, por meio das capacitações ofertadas a agentes de outros municípios que vieram a contar com o serviço.

Agosto

A prestação de serviços de policiamento preventivo em violência doméstica e familiar contra a mulher, tais como o programa da Patrulha Maria da Penha, é medida primordial para o enfrentamento efetivo de tais crimes. Ademais, essa iniciativa vai ao encontro das diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a qual prevê a implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões. Para tanto, mostra-se crucial a união de esforços entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil, com vistas à concretização de ações voltadas não apenas ao combate, mas também à prevenção, assistência e garantia de direitos das mulheres. Nesse sentido, a Patrulha Maria da Penha é um instrumento de grande valia no que tange à garantia de uma vida digna às mulheres paranaenses, sem violência e com o pleno exercício de seus direitos.

Agosto

AGOSTO LILÁS - PALESTRA SOBRE A LEI MARIA DA PENHA E O DESAFIO NO ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICIDADES DAS MULHERES

No dia 7 de agosto de 2023, esta Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica (CEVID) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, representada pelos servidores Aquiles Neto, Bruna Rosa e a estagiária de pós-graduação Leticia Dallarosa, participou da Palestra com o tema "Lei Maria da Penha e o desafio no atendimento às especificidades das Mulheres". O evento foi organizado pela Assessoria de Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres, no auditório da Casa da Mulher Brasileira, em alusão ao Agosto Lilás, mês da conscientização e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na ocasião, foi promovida, com a psicóloga e mestre em Ciências Médicas Fernanda Ferrante, a palestra "Lei Maria da Penha e o Desafio no Atendimento às Especificidades das Mulheres". Assim como houve o lançamento do curso de Educação à Distância (EAD) com tema "O que você precisa saber sobre violência contra a mulher", a ser ministrado pela psicóloga Fernanda Ferrante.

A programação foi direcionada à rede de apoio às mulheres de todas as identidades, em situação de violência doméstica, e teve o intuito de sensibilizar as equipes que prestam os atendimentos, para que estes sejam realizados respeitando e considerando as particularidades de cada necessidade. Foi salientada a importância de reforçar, ampliar e divulgar os mecanismos de proteção disponibilizados pela rede de apoio, bem como de mudar a cultura que normaliza a violência contra a mulher. Ainda, foram abordadas outras interseccionalidades existentes nesses casos, por exemplo, a dupla violência sofrida pelas mulheres negras que, além da violência de gênero, também são alvo de discriminação racial.

Agosto

Estiveram presentes no evento representantes da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, do Ministério Público, da Polícia Civil, do Conselho Tutelar e dos conselhos municipais dos Direitos das Mulheres, Política Étnico Racial, Diversidade Sexual e Direitos Humanos, da Patrulha Maria da Penha, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Delegacia da Mulher, entre outros.

Agosto

REALIZADA A XVII JORNADA LEI MARIA DA PENHA - CNJ

Nos dias 7 e 8 de agosto de 2023, em Fortaleza-CE, foi promovida pelo Conselho Nacional de Justiça a XVII Jornada Lei Maria da Penha. O evento ocorreu em formato híbrido, com transmissão pelo canal do CNJ no Youtube, tendo a finalidade de comemorar o aniversário da Lei Maria da Penha e discutir temas que fortaleçam o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. A programação incluiu painéis que abordaram, entre outros tópicos, a alteração da Lei Maria da Penha pela lei n.º 14.550/2023, o uso de tecnologia no enfrentamento à violência contra as mulheres e a adoção da perspectiva de gênero na investigação, processo e julgamento de crimes contra as mulheres. Também foram realizadas seis oficinas, que trataram de temáticas relacionadas, por exemplo, à aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, ao fortalecimento da rede de proteção e à implementação dos grupos reflexivos.

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR e Presidente do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), participou como palestrante no painel intitulado “O panorama atual e a evolução histórica da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário”, presidido pelo Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Conselheiro do CNJ e Ministro do TST, e pelo Conselheiro do CNJ Marcio Luiz Coelho de Freitas e pela Juíza do TJRJ Katerine Jatahy, Presidente do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid). Desembargadora Ana Lucia também coordenou, juntamente com a Juíza do TJDF Luciana Lopes Rocha, a oficina “Deficiências estruturais e nível de cumprimento do Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CNJ/2018)”.

Agosto

Nos dias 7 e 8 de agosto de 2023, em Fortaleza-CE, foi promovida pelo Conselho Nacional de Justiça a XVII Jornada Lei Maria da Pena. O evento ocorreu em formato híbrido, com transmissão pelo canal do CNJ no Youtube, tendo a finalidade de comemorar o aniversário da Lei Maria da Pena e discutir temas que fortaleçam o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. A programação incluiu painéis que abordaram, entre outros tópicos, a alteração da Lei Maria da Pena pela lei n.º 14.550/2023, o uso de tecnologia no enfrentamento à violência contra as mulheres e a adoção da perspectiva de gênero na investigação, processo e julgamento de crimes contra as mulheres. Também foram realizadas seis oficinas, que trataram de temáticas relacionadas, por exemplo, à aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, ao fortalecimento da rede de proteção e à implementação dos grupos reflexivos.

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR e Presidente do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), participou como palestrante no painel intitulado “O panorama atual e a evolução histórica da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário”, presidido pelo Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Conselheiro do CNJ e Ministro do TST, e pelo Conselheiro do CNJ Marcio Luiz Coelho de Freitas e pela Juíza do TJRJ Katerine Jatahy, Presidente do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid). Desembargadora Ana Lucia também coordenou, juntamente com a Juíza do TJDF Luciana Lopes Rocha, a oficina “Deficiências estruturais e nível de cumprimento do Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CNJ/2018)”.

Agosto

A Jornada Lei Maria da Penha reúne representantes de várias instituições para debater os desafios e as boas práticas no cumprimento da Lei nº 11.340/2006. É coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça e realizada desde 2007, sempre no mês de agosto, em comemoração ao aniversário de promulgação da Lei Maria da Penha. Ao final do evento, é elaborada uma Carta contendo as sugestões debatidas e aprovadas ao longo das oficinas de trabalho realizadas.

Confira a programação XVII Jornada Lei Maria da Penha, bem como os links de acesso às transmissões do evento:

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/06/programacao-xvii-jornada-lei-maria-da-penha-2.pdf>

7 de agosto - tarde: <https://www.youtube.com/watch?v=Z-wXPHorLPo>

8 de agosto - manhã: <https://www.youtube.com/watch?v=wgE6OoB3zBs>

Agosto

JUIZ VICE-COORDENADOR DA CEVID/TJPR PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO, NA ALEP

O Vice-Coordenador Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Juiz de Direito Marcos Antônio da Cunha Araújo, participou, no dia 8 de agosto, de audiência pública com o tema “O papel das instituições no combate à violência de gênero”, promovida pela Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP). A iniciativa teve como objetivo demonstrar a importância de as instituições se posicionarem de maneira enfática contra a violência de gênero e realizarem ações efetivas de combate e prevenção a esses crimes. Na ocasião, oportunizou-se aos participantes relatarem algumas das conquistas, avanços e desafios da realidade dos respectivos órgãos atuantes no enfrentamento à violência de gênero.

Participaram do evento: a Procuradora Especial da Mulher da ALEP, a Deputada Estadual Cloara Pinheiro - anfitriã; a Deputada Estadual Flávia Francischini; a Secretária da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Estado do Paraná, Deputada Federal Leandre Dal Ponte; a Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado do Paraná, Defensora Pública Mariana Nunes; e a Coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (NUPIGE) do Ministério Público do Estado do Paraná, Promotora de Justiça Ana Carolina Pinto Franceschi. Também integraram os debates a doutora em Direito do Estado, professora de Direito Constitucional e de Direito Eleitoral na Universidade Federal do Paraná (UFPR), pesquisadora e autora, idealizadora do Política Por/De/Para Mulheres, Eneida Desiree Salgado; a Vereadora e Procuradora da Mulher do município de Pato Branco, Maria Cristina Hamera; a Presidente do Fórum Paranaense de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, Maria Ezi Neto, a Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM), Mariana de Souza Machado Neris; e a Assessora de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres da Prefeitura Municipal de Curitiba, Elenice Malzoni, além de representantes de diversas entidades e organizações que trabalham em prol do combate à violência de gênero.

Agosto

COORDENADORA DA CEVID CONCEDE ENTREVISTA À RÁDIO TAROBÁ

No dia 11 de agosto de 2023 a Desembargadora Ana Lucia Lourenço, Coordenadora da CEVID, concedeu entrevista à Rádio Tarobá - Cascavel/PR. A entrevista teve como pauta questões relacionadas a violência contra a mulher, bem como sobre a possibilidade de implantação de um segundo juizado especializado em violência doméstica familiar contra a mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos na Comarca de Cascavel/PR.

A criação de novos juzizados especializados visa garantir a prestação jurisdicional de qualidade e célere, com razoável duração de tempo do processo, conferindo prioridade na tramitação nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Agosto

CEVID PROMOVEU EVENTO “ESPAÇO DE FALA – MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS E ACESSO À JUSTIÇA, UM DIÁLOGO NECESSÁRIO”

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID em conjunto com a Escola Judicial do Paraná promoveu o evento “Espaço de Fala – Mulheres Transexuais e Travestis e acesso à Justiça, um diálogo necessário”, no dia 14 de agosto de 2023, às 10h.

O evento teve como objetivo abordar a temática dos casos de violência contra a mulher. O enfoque foi a garantia do acesso à justiça às mulheres transexuais e travestis.

O evento foi online, e pode ser assistido através do YouTube da EJUD: <https://www.youtube.com/watch?v=uc0VBkNb90A&t=705s>

Palestrantes do evento: Rafaelly Wiest (ativista, Diretora Administrativa da Aliança Nacional LGBTI e Conselheira do Conselho Nacional de Combate à Discriminação), Jéssica Magno (Presidente interina do conselho municipal LGBT+ de Maringá e Coordenadora da ONG Resistrans Maringá), e Karollyne Nascimento (Ouvidora-Geral da DPE-PR e Ativista de Direitos Humanos).

Como debatedores/as do evento contamos com a Dra. Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti - Representante do Comitê de Igualdade e Gênero, o Dr. André Luiz de Araújo - Representante MPPR e a Dra. Mariana Martins Nunes, Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) - Representante da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Ainda, como debatedores/mediadores do evento, esteve presente a equipe da CEVID.

Agosto

A abertura do evento também contou com fala pela Des. Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/PR, pela Dra. Luciane do Rocio Custódio Ludovico e pelo Dr. Eldom Stevem Barbosa dos Santos, integrantes da CEVID.

EUD-PR **TJPR** **Paz em Casa**

Espaço de Fala

Mulheres Travestis e Transexuais e o acesso à Justiça, um diálogo necessário

10h ABERTURA: Desª. Ana Lúcia Lourenço - Representante CEVIDPR, Dra. Luciane do Rocio Custódio Ludovico e Dr. Eldom Stevem Barbosa dos Santos, Dra. Luciene Oliveira Vizzotto

10:10 Tema: Cenário atual, metas e desafios para o pleno acesso à Justiça pelas mulheres transexuais e travestis: violência intrafamiliar – experiência e vivências- (Convidada: Jéssica Magno)

10:30 Tema: Cenário atual, metas e desafios para o pleno acesso à Justiça pelas mulheres transexuais e travestis: violência em ambiente social e institucional – experiências e vivências - (Convidada: Rafaelly Wiest)

10:50 Cenário atual, metas e desafios para o pleno acesso à Justiça pelas mulheres transexuais e travestis: Ousadia e construção de soluções para pessoas trans femininas - (Convidada: Karolyne Nascimento)

11:10 Comentários e perguntas - Convidada: Dra. Mariana Nunes

11:20 Comentários e perguntas - Convidado: Dr. André Luiz de Araújo

11:30 Comentários e perguntas - Convidada: Dra. Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti

11:40 Comentários e perguntas - Convidados: Desª. Ana Lúcia Lourenço, Dra. Luciane do Rocio Custódio Ludovico ou Dr. Eldom Stevem Barbosa dos Santos

11:50 Encerramento

14/08 10h

TRANSMISSÃO NO CANAL EUD TJPR

24ª SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

ESPAÇO DE FALA - MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS E ACESSO À JUSTIÇA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

TRANSMISSÃO VIA YOUTUBE DA EJD
[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=VDBZXGX5WOG](https://www.youtube.com/watch?v=VDBZXGX5WOG)

14/08 • 10h00

Justiça pela Paz em Casa TJPR CEVID

Agosto

24ª SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA – 14 A 18 DE AGOSTO

A 24ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa teve sua abertura oficial no Estado do Paraná durante a sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) do dia 14 de agosto. Esta é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com participação de todos os tribunais de Justiça estaduais, que acontece durante três semanas ao ano, em todo o país, para aplicar com maior efetividade a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) de combate à violência doméstica e familiar através de palestras, eventos, rodas de conversa, mutirões de audiências, júris e sentenças. “O nosso tribunal é um fervoroso adepto dessa campanha para dar maior celeridade aos casos processuais e promover ações contra essa chaga que não é só do Brasil, mas de todo o mundo”, afirmou o presidente do TJPR, desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen.

As ações desenvolvidas no Paraná foram apresentadas pela desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) do TJPR. Durante a sessão, houve o lançamento do vídeo “Violência doméstica: como identificar e pedir ajuda”, idealizado pela CEVID e que será divulgado em todo o Estado, com explicações sobre como agir em casos de violência doméstica, incentivando a denúncia e informando sobre o suporte das redes de apoio. “O TJPR aderiu desde o início à campanha, e temos juízes engajados em todo os estado”, observou a desembargadora Ana Lúcia Lourenço, enumerando, em seguida, as diversas iniciativas promovidas pelo tribunal ao longo da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, como o evento “Espaço de Fala - Mulheres Transexuais e Acesso à Justiça: um Diálogo Necessário”, realizado no dia 14 de agosto pela manhã e o anúncio do lançamento da cartilha sobre “Relacionamento Abusivo” no dia 16 de agosto, com explicações sobre os sinais de alerta, como frases que são consideradas “normais” e são agressivas, abuso emocional e diversas outras formas de violência.

Agosto

Além disso, a juíza Nícia Kirchkein Cardoso, Juíza Titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Cascavel, Juíza Úrsula Boeng, Juíza Titular da Vara Criminal e Anexos da Comarca de São Miguel do Iguaçu, e a juíza Moema Santana Silva, Juíza Titular do Juízo Único da Comarca de Wenceslau Braz, foram entrevistadas pelo Programa de Rádio da AMAPAR, Justiça Para Todos, em que foi relatado sobre a iniciativa de dar celeridade na apreciação de processos relacionados com a violência de gênero, assim como divulgar campanhas de conscientização e diversas ações na mesma área. Houve ainda, a participação da CEVID em evento de promoção dos direitos das pessoas em situação de rua. A atividade faz parte das ações do Grupo de Trabalho Interinstitucional entre órgãos do sistema de justiça, criado para promoção e proteção dos direitos dessa população. São direitos da população nessa situação de vulnerabilidade o acesso à alimentação, aos serviços de saúde, educação e transporte, entre outros.

Entre os eventos da semana, no dia 17 de agosto, foi lançado o projeto CEVID/EDUCATRON - vídeo, elaborado em consórcio com o Observatório Interinstitucional dos Direitos Humanos do TJPR, Ateliê de Inovação e a Secretaria Estadual da Educação do Paraná, destinado ao público adolescente e que será transmitido em 2.100 escolas estaduais, tratando da violência doméstica de forma pedagógica, com animações e linguagem mais simples e direta. "Eles precisam receber essas informações para evitar que esse ciclo seja retomado nas escolas ou nas suas famílias. A ideia é levar informação a esse público adolescente para evitar que novos crimes, novas ações de violência sejam praticadas", explicou a coordenadora da CEVID.

Confira o relatório das ações e dos eventos promovidos pela CEVID e pelos Juízos do Estado do Paraná durante a 24ª Paz em Casa.

Acesse o relatório completo [clikando aqui](#).

Agosto

**SAIBA O QUE VAI ACONTECER NA
24ª SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA
PELA PAZ EM CASA**

14 A 18 DE AGOSTO DE 2023




Paz em Casa **TJPR**

24ª SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

**LANÇAMENTO DO VÍDEO
"VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: COMO
IDENTIFICAR E PEDIR AJUDA"**

14/08



Paz em Casa **TJPR**

14 A 18 DE AGOSTO DE 2023

**24ª SEMANA
NACIONAL
DA JUSTIÇA
PELA PAZ EM CASA**

14/08 • 13:30

**ABERTURA OFICIAL DA CAMPANHA
DURANTE A SESSÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL**

TRANSMISSÃO VIA TJPR SESSOES

Paz em Casa **TJPR**

24ª SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA



**ESPAÇO DE FALA - MULHERES
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS E ACESSO À
JUSTIÇA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO**

TRANSMISSÃO VIA YOUTUBE DA EJUD
[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=VDBZXGXS5WOG](https://www.youtube.com/watch?v=VDBZXGXS5WOG)

14/08 • 10h00

Paz em Casa **TJPR**

24ª SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA


PROJETO CEVID/EDUCATRON

17/03 • 10h00



Paz em Casa **TJPR**

24ª SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA



**ENTREVISTA COM MAGISTRADOS
RÁDIO AMAPAR
AM 630 - RÁDIO EDUCATIVA**

Paz em Casa **TJPR**

Agosto

LANÇAMENTO DO VÍDEO "VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: COMO IDENTIFICAR E PEDIR AJUDA"

A CEVID lançou, no dia 16 de agosto, vídeo institucional voltado para vítimas de violência doméstica. Trata-se de "passo a passo" para identificação de uma possível violência doméstica e com instruções a serem tomadas desde a identificação da agressão até a denúncia. A produção do vídeo teve como objetivo fornecer orientações sobre como reconhecer e lidar com situações de violência doméstica, muitas vezes relatadas e/ou vivenciadas no dia a dia.

O material demonstra o ciclo da violência e o desequilíbrio de poder que envolve um relacionamento abusivo. Pretende facilitar o reconhecimento de situações violentas que podem estar acontecendo com o espectador ou com alguém que se conheça.

Além disso, o vídeo explica onde e como procurar ajuda, explana sobre a rede de enfrentamento, aclarando detalhadamente o caminho a se percorrer até a formalização de boletim de ocorrência.

Nesse sentido, pretendeu-se proporcionar informações e esclarecimentos a fim de combater a naturalização de comportamentos violentos no âmbito das relações domésticas e familiares, como também de auxiliar os envolvidos nessas situações para que possam sair do ciclo de violência.

Para conferir o vídeo (na sua versão completa ou dividido em duas partes), [clique aqui](#).



Agosto

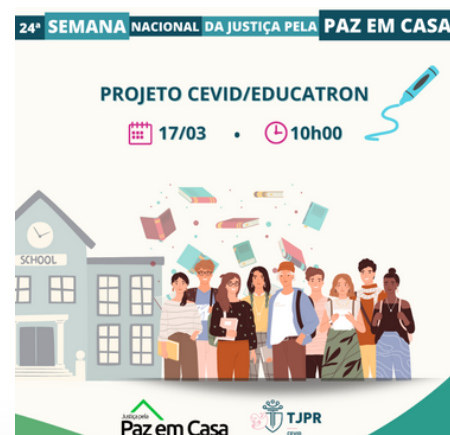
CEVID, OIDH E ATELIÊ DE INOVAÇÃO LANÇAM PROJETO “CEVID/EDUCATRON”

No dia 16 de agosto, aconteceu o lançamento do Projeto “CEVID/Educatron”, idealizado pela CEVID – Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, pelo Ateliê de Inovação do TJPR, pelo PPGDH – Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pela SEED – Secretaria de Educação do Estado do Paraná, pelo OIDH – Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos, pela EJUD-PR – Escola Judicial do Paraná e pela Presidência do TJPR.

A proposta integra um conjunto de eventos nos colégios estaduais para o enfrentamento à violência contra a mulher e tem por objetivo transmitir informações que possam contribuir para a prevenção da ocorrência desse tipo de violência, através da utilização do Kit Educatron - kit distribuído para todas as escolas da rede estadual que pode ser usado para apresentação de conteúdo multimídia em sala de aula de forma simultânea ou não em todas as unidades do Estado.

A Escola por ser um espaço de cuidado e confiança, de participação e resolução dos conflitos de forma dialógica e principalmente de proximidade dos pais e da comunidade, com foco no ensino e na aprendizagem, é local importante a receber ações e dinâmicas instrucionais de grande relevância pedagógica e que objetivam alertar estudantes de possíveis situações de violência que presenciam ou seja vítimas.

Para conferir o vídeo, [clique aqui.](#)



Agosto

CEVID LANÇA CARTILHA SOBRE RELACIONAMENTO ABUSIVO

A Coordenadoria elaborou uma nova cartilha informativa à população que versa sobre relacionamento abusivo. O material tem como objetivo fornecer orientações sobre como lidar com situações de violência doméstica, muitas vezes relatadas e/ou vivenciadas dentro do relacionamento abusivo. Nesse sentido, a CEVID pretende proporcionar informações e esclarecimentos a fim de combater a naturalização de comportamentos violentos no âmbito das relações domésticas e familiares, bem como auxiliar os envolvidos nessas situações para que possam sair do ciclo de violência.

A criação e atualização de cartilhas e materiais informativos é uma das ações permanentes da CEVID e é gerida pelas integrantes desta Coordenadoria, as Doutoradas Tais de Paula Sheer, Dilmari Helena Kessler, Claudia Andrea Bertolla Alves e Luciane do Rocio Custodio Ludovico.

Para conferir o conteúdo integral da cartilha – cuja impressão é autorizada –, clique [aqui!](#)



Agosto

CEVID PARTICIPA DO EVENTO “MUTIRÃO: AÇÃO ITINERANTE PARA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA”

No dia 17 de agosto a equipe da CEVID esteve presente no “Mutirão: ação itinerante para promoção dos direitos das pessoas em situação de rua”. Trata-se de ação articulada entre diversos órgãos do sistema de justiça do Estado do Paraná para a promoção dos direitos desse segmento da população.

No evento a população contou com a oferta de diversos serviços dirigidos especialmente a pessoas que se encontram em situação de rua em Curitiba. A atividade faz parte das ações do Grupo de Trabalho Interinstitucional entre órgãos do sistema de justiça, criado para promoção e proteção dos direitos dessa população. São direitos da população nessa situação de vulnerabilidade o acesso à alimentação, aos serviços de saúde, educação e transporte, entre outros.

Estiveram presentes equipes do Tribunal de Justiça do Paraná, do Ministério Público do Paraná, e da Defensoria Pública do Estado e em conjunto com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, órgãos públicos e organizações da sociedade civil, que prestaram orientações jurídicas sobre acesso a direitos e tomada de providências necessárias para solucionar as situações de menor complexidade, bem como encaminharam pessoas para a emissão de documentos pessoais, averiguação de paternidade, regularização de situação eleitoral, emissão e regularização de CPF, orientação e informação sobre regularização migratória de estrangeiros, orientações para vagas de emprego, orientações sobre cuidados com animais de estimação, entre outros serviços básicos.

A equipe da CEVID colaborou nos guichês cadastrais do mutirão, bem como entregando materiais informativos sobre a temática da violência doméstica e informando às pessoas que estavam no local sobre a rede de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher e tirando eventuais dúvidas sobre o tema

Agosto



Agosto

CEVID REVISTA ELETRÔNICA AGORA POSSUI ISSN

A CEVID REVISTA ELETRÔNICA agora possui ISSN registrado sob o nº 2965-4920, o qual se trata de um número de identificação única, internacionalmente reconhecido para publicações seriadas que, uma vez atribuído, torna-se um atributo individual do título.

A Revista Eletrônica da CEVID/TJPR tem a finalidade tanto de registrar as ações da Coordenadoria ao longo do tempo, como de oferecer um espaço para que pesquisadores da área da violência doméstica e familiar e estudiosos da área de humanidades divulguem suas produções. Além disso, a publicação visa possibilitar a divulgação de boas práticas e projetos de magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as), bem como, profissionais da Rede de Enfrentamento, com respeito às políticas públicas afetas à violência doméstica e familiar contra a mulher por eles desenvolvidas e executadas.

Confira o site da CEVID REVISTA ELETRÔNICA clicando [aqui!](#)



**Agora com Registro
ISSN nº2965-4920**

6ª Edição da Revista Eletrônica
Edital disponível no site da CEVID e no site da Revista

Agosto

CEMSU DA COMARCA DE PINHÃO PROMOVE AÇÕES EM ALUSÃO À CAMPANHA AGOSTO LILÁS

Durante o último mês de agosto, a Central de Medidas Socialmente Úteis (Cemsu), em parceria com a Cooperativa Creserv/Pinhão, realizou encontros com ênfase na temática do Agosto Lilás. A campanha, instituída nacionalmente pela Lei 14.448/22, determina que União, Estados e Municípios devem promover, especialmente no mês de agosto, ações que possam conscientizar a sociedade sobre a necessidade de enfrentamento das diversas formas de violência contra a mulher.

Os encontros, que tiveram como público-alvo as mulheres acompanhadas pela CEMSU, ocorreram nos dias 16, 17, 21 e 24 de agosto, das 19h00 às 21h00, no Salão do Júri do Fórum de Justiça da Comarca de Pinhão, com o intuito de propiciar espaço seguro de informação e capacitação para essas mulheres. Para isso, foram abordados assuntos relacionados aos direitos das mulheres, empoderamento, autoestima, independência e autonomia financeira. No último encontro, cada participante convidou uma amiga ou familiar para participar.

A iniciativa foi idealizada com base em demandas identificadas durante os atendimentos ofertados pela equipe multidisciplinar da CEMSU, que é responsável pela gestão da política de alternativas penais do Judiciário, sob o enfoque das práticas restaurativas e do acompanhamento em rede. Durante os atendimentos, observou-se um grande interesse das mulheres em participar de cursos de capacitação, como também foram constatadas dificuldades para que alcançassem esse objetivo (falta de tempo e de recursos, dificuldade de conciliar a capacitação com o cuidado com os filhos, entre outros). Diante disso, a CEMSU buscou a parceria com a Cooperativa CRESERV/Pinhão, a fim de contribuir para suprir essa necessidade e favorecer o desenvolvimento profissional e pessoal das mulheres atendidas.

Agosto

CEVID PARTICIPA DE ENCERRAMENTO DO AGOSTO LILÁS NA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

No dia 31 de agosto de 2023, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID/TJPR, representada pelo Juiz Augusto Gluszczyk Junior, Magistrado Titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São José dos Pinhais, participou da Audiência Pública de encerramento do Agosto Lilás em São José dos Pinhais.

O Agosto Lilás é uma campanha que nasceu em 2016, ano do aniversário de 10 anos da Lei Federal nº 11.340/ 2006 – Lei Maria da Penha, e tem como objetivo de intensificar a divulgação desta, sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre o necessário fim da violência contra a mulher, divulgar os serviços especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência e os mecanismos de denúncia existentes.

A programação contou com a presença de representantes das diversas entidades envolvidas nas ações do mês, realizando-se um debate sobre as situações enfrentadas, conclusões da ação e possíveis propostas para o ano de 2024.

Setembro

CEVID NAS REUNIÕES DA REDE DE ATENÇÃO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

No dia 12 de setembro de 2023, a CEVID/ TJPR passou a integrar de forma presencial os encontros da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência. As reuniões de estudos de caso compõem a agenda da Assessoria de Direitos Humanos - Política para Mulheres da Secretaria do Governo Municipal de Curitiba e respondem à competência de articulação intersetorial. Na ocasião, representaram a CEVID a servidora Adriana Stall de Souza e a estagiária de Pós Graduação Isabela Kill Carvalho Rodrigues.

O trabalho em rede, conforme prevê a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, surge como um caminho para superar a desarticulação e a fragmentação das políticas sociais e de serviços, por meio da ação coordenada de diferentes áreas governamentais, não-governamentais e da sociedade civil em geral. Visa, nesse sentido, à ampliação e a melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de enfrentamento da violência, eixos fundamentais de fomento da CEVID/ TJPR.

Setembro

COORDENADORA DA CEVID/ PRESIDENTE DO COCEVID, PARTICIPA DE DEBRIEFING DA OPERAÇÃO NACIONAL CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E AO FEMINICÍDIO, SHAMAR 2023.

Desembargadora Ana Lúcia é convidada para participar do Debriefing-Geral da Operação Nacional Shamar 2023, organizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

No dia 27 de setembro de 2023, a desembargadora Ana Lúcia Lourenço, coordenadora da CEVID e presidente do COCEVID, juntamente com o servidor Aquiles Neto, participou de uma audiência pública em Brasília a convite da Secretaria Nacional de Segurança Pública, com o objetivo de avaliar as ações realizadas durante a Operação Shamar. Operação essa, integrada de âmbito Nacional objetivando o Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e ao Femicídio, com apoio dos órgãos de Segurança Pública estaduais, com ciclo operacional no mês de agosto.

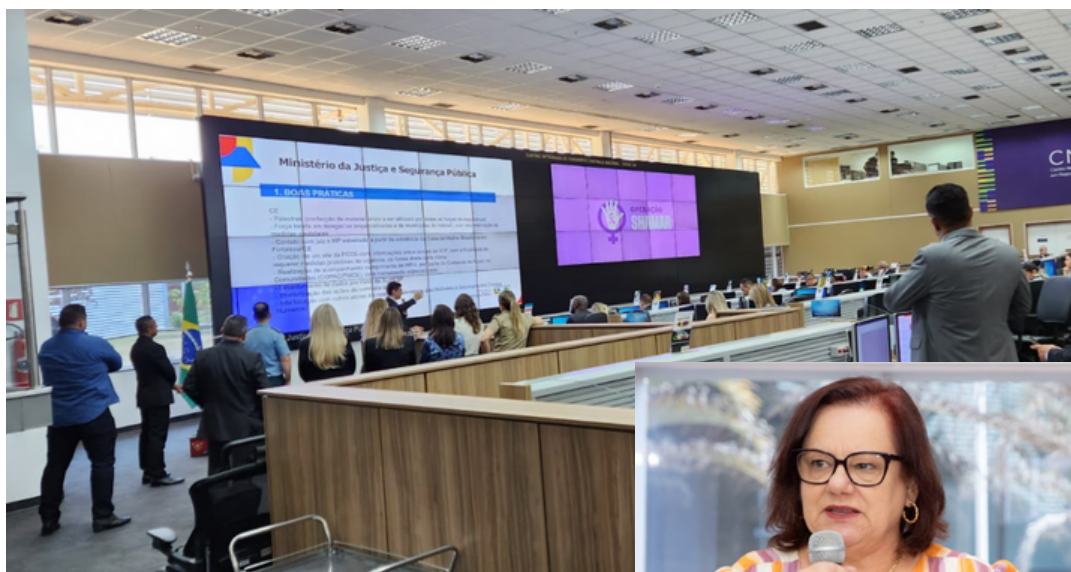
O debriefing-geral da Operação Integrada Nacional de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e ao Femicídio - Shamar 2023, contou com a participação de diversas autoridades e suas expertises para debater, no âmbito da operação em tela, com a finalidade de avaliar as ações realizadas e de identificar os pontos positivos, negativos e oportunidades de melhorias, possibilitando a troca de experiências entre todos e também o aperfeiçoamento das técnicas empregadas, ajustes de erros cometidos e

Setembro

análises sobre o planejamento e a execução da operação, com a realização de ações educacionais nesse sentido.

Dentro da programação, a desembargadora Ana Lúcia participou da Roda de Conversa juntamente com as autoridades Cláudia Moraes, idealizadora da Patrulha Maria da Penha no Rio de Janeiro e Tenente Coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PM/RJ); Amanda Levy, delegada especializada no atendimento a mulheres em Porto Velho da Polícia Civil de Rondônia (PC/RO); Samira Bueno, socióloga e diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Elza Maria Verlangieri Loschi, superintendente da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande do estado de Rondônia.

O evento contou ainda, com cerca de 54 (cinquenta e quatro) servidores das Polícias Militares e Policiais Civis, e a Roda de Conversa aconteceu, no Centro Integrado de Comando e Controle (CICCN), localizado na sede da Polícia Rodoviária Federal (PRF).



Setembro

MAPEAMENTO NACIONAL DE GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Durante os meses de julho, agosto e setembro, a CEVID/ TJPR deu início ao Mapeamento Nacional de Grupos para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar – Edição 2023. A iniciativa, uma parceria entre o COCEVID, a CEVID/ TJPR e o Projeto de Extensão Margens – UFSC, visa a conhecer intervenções grupais com homens autores de violência existentes em cada estado e com algum vínculo com o sistema de justiça, de forma a identificar o panorama, as boas práticas e dificuldades existentes de implementação, com o intuito de delinear diretrizes e critérios mínimos de qualidade destes grupos vinculados a conhecimentos e pesquisas acadêmicas sobre este tema. Ao longo do mês de agosto, foram realizadas reuniões entre as instituições parceiras e estabelecido o cronograma de atividades que contará com ações programadas para os meses de agosto a dezembro de 2023.

O projeto propõe conhecer concretamente a realidade de cada local, dificuldades e boas práticas; estabelecer uma relação de respeito e proximidade com as iniciativas já existentes; colher dados práticos sobre a criação, fundamentação, formas de operação e resultados; estabelecer redes de contato e visibilidade entre as iniciativas, promover um banco de dados com materiais comuns; fornecer informações para novas iniciativas sobre diretrizes, criando e fortalecendo políticas públicas nesta temática e, ainda, amparar magistradas/magistrados, servidores/servidoras e demais pessoas interessadas na criação e condução de grupos para autores.

Setembro

CEVID/TJPR RECEBE DEPUTADAS ESTADUAIS PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Lei Nº 625/2023

No dia 18 de setembro de 2023, a desembargadora Ana Lúcia Lourenço, coordenadora da CEVID, recebeu a visita das deputadas estaduais Mabel Canto, Mara Lima, Cristina Silvestri e Marcia Huculak. A principal finalidade do encontro foi apresentar o Projeto de Lei nº 625/2023, que cria o Código de Defesa dos Direitos da Mulher Paranaense.

O Projeto de Lei nº 625/2023 é de autoria da Deputada Estadual Mabel Canto e visa consolidar a legislação paranaense relativa aos direitos da mulher em um único local, para facilitar o acesso da população, uma vez que o Estado possui diversas leis estaduais voltadas à proteção da mulher. Ainda, foi ponderado sobre a criação de uma nota opinativa, sem vinculação entre as Instituições.

Estiveram presentes na ocasião as deputadas estaduais Mabel Canto, Mara Lima, Cristina Silvestri e Marcia Huculak, e a assessora Amanda L, representando a deputada Maria Victória; a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR; a Desembargadora Sonia Regina de Castro (Ouvidora da Mulher) e a servidora Ana Paula Brotto de Cuadra, representando a Ouvidoria da Mulher do TJPR; e a servidora Melanie Merlin de Andrade, representando a Comissão de Igualdade e Gênero do TJPR.

Setembro



Outubro

CEVID E COCEVID PARTICIPAM NA ELABORAÇÃO DE MAPEAMENTO DOS GRUPOS REFLEXIVOS E RESPONSABILIZANTES PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM ÂMBITO NACIONAL

No segundo semestre de 2023, foi firmado termo de cooperação técnica entre o Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), o Laboratório de Práticas Psicossociais em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PSICOLAB VD) da CEVID do TJPR e o Grupo Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero) da Universidade Federal de Santa Catarina, com o intuito de realizar um mapeamento nacional a fim de analisar a presença e as formas de funcionamento dos grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. A pesquisa é uma atualização de estudo semelhante, empreendido em 2020, e teve como escopo verificar modificações no cenário nacional dos trabalhos com os homens autores de violência doméstica e familiar contra mulheres. Nesse contexto, o estudo visa informar a elaboração de documentos estaduais e nacionais sobre políticas para grupos de autores de violência doméstica e familiar, angariar dados para pesquisas na área e contribuir com a organização, implementação e realização de trabalhos com homens autores de violência no território nacional. Este mapeamento também é uma forma de os tribunais estaduais aferirem e tornar públicos seus números relativos aos trabalhos com homens autores de violência, colaborando assim para a implementação da Recomendação 124/2022 do Conselho Nacional de Justiça.

Dessa forma, pretende-se conhecer e desenvolver formas de enfrentamento e prevenção aos crimes de violência doméstica e familiar contra as mulheres, com base em problemas emergentes da prática social junto à comunidade.

Outubro

Para elaboração do mapeamento, as Comarcas efetuaram o preenchimento de formulário contendo questões relativas à duração dos grupos, ao número de encontros, aos temas apresentados, entre outras. A coleta dos dados se deu nos meses de setembro e outubro, por meio das Coordenadorias Estaduais da Mulher. A divulgação dos resultados finais em nível nacional está prevista para ocorrer em fevereiro de 2024.

Em 2020, o mapeamento foi realizado pelos/as Pesquisadores/as Prof. Dr. Adriano Beiras, Ms. Daniel Fauth Martins e Michelle de Souza Gomes Hugill (CEVID/SC). Os resultados obtidos foram publicados com o título "Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações" e podem ser acessados no site do Grupo Margens, neste endereço eletrônico: <https://margens.ufsc.br/livros-publicados/>. Com base nessa pesquisa, também foram elaborados, pela CEVID/TJPR, os guias Teórico e prático para formação de grupos reflexivos, lançados em setembro de 2020, os quais podem ser acessados por meio do link: <https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/guias-grupos-reflexivos>

Outubro

ELEITA COMISSÃO EXECUTIVA DO COLÉGIO DE COORDENADORES DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO (COCEVID), PARA O ANO DE 2024

Ocorreu, na terça-feira, 24 de outubro, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, reunião com os membros integrantes do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID). O encontro antecedeu o XV Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID), que teve início na mesma data.

Durante a reunião, a atual Presidente do COCEVID, Desembargadora Ana Lucia Lourenço, apresentou relatório das ações desenvolvidas nesta gestão. Ainda, houve eleição da Comissão Executiva do COCEVID para 2024, que iniciará o novo mandato em fevereiro do próximo ano. Será composta pelos seguintes membros: Presidente - Desembargador Álvaro Kálix Ferro (TJRO); Vice-Presidente - Desembargadora Nágila Sales Brito (TJBA); Primeira Secretária - Teresa Germana Lopes de Azevedo (TJCE); Segunda Secretária - Juíza Teresa Cristina Cabral Santana (TJSP); Tesoureira - Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo (TJAM); Suplente da 1ª Secretária - Juíza Ana Graziela Vaz de Campos Alves Côrrea (TJMT) e Suplente da 2ª Secretária - Juíza Cirlene Maria de Assis. Além disso, foi aprovada a alteração do Estatuto do COCEVID para inclusão, na estrutura do Colégio, de comissões específicas de trabalho, e foram definidos os respectivos Estados membros. Inicialmente, foram criadas seis comissões: I - Comissão Legislativa, II- Comissão de Projetos e Boas Práticas, III-Comissão de Mídias e Comunicação, IV - Comissão de Tecnologia e Sistemas, V - Comissão da Revista Eletrônica do COCEVID e VI- Comissão de Pesquisas de Dados sobre Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Outubro



Outubro

Comitiva do TJPR participa do XV Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID)

Entre os dias 24 e 27 de outubro de 2023, em Porto Alegre/RS, foi realizado o XV Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID). O evento teve como tema “O papel do Judiciário na implementação de políticas públicas no enfrentamento da violência contra mulheres e meninas”.

O Fórum contou com diversos painéis referentes ao tema proposto e com oficinas de Reescrita de Decisões com Perspectiva de Gênero e de Boas Práticas Seleccionadas e Convidados/as, além de oficinas temáticas (Medidas Protetivas e Cível, Criminal e Processual, Legislativo e Multidisciplinar).

Estiveram presentes no evento diversas autoridades de todo o país. O Estado do Paraná marcou presença com comitiva formada por magistrados(as) e servidoras), levando os enunciados elaborados e aprovados no FOVID/PR de 2023, para apreciação durante o Fórum.

Na ocasião, foi eleita como Presidente do próximo FONAVID a Dra. Teresa Cristina Cabral Santana, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ainda, a Juíza de Direito do TJPR Dra. Nícia Kirchkein Cardoso foi eleita a representante da Região Sul na Comissão Executiva do FONAVID 2024.

Outubro

Comitiva do TJPR participa do XV Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID)

Entre os dias 24 e 27 de outubro de 2023, em Porto Alegre/RS, foi realizado o XV Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID). O evento teve como tema “O papel do Judiciário na implementação de políticas públicas no enfrentamento da violência contra mulheres e meninas”.

O Fórum contou com diversos painéis referentes ao tema proposto e com oficinas de Reescrita de Decisões com Perspectiva de Gênero e de Boas Práticas Seleccionadas e Convidados/as, além de oficinas temáticas (Medidas Protetivas e Cível, Criminal e Processual, Legislativo e Multidisciplinar).

Estiveram presentes no evento diversas autoridades de todo o país. O Estado do Paraná marcou presença com comitiva formada por magistrados(as) e servidoras), levando os enunciados elaborados e aprovados no FOVID/PR de 2023, para apreciação durante o Fórum.

Na ocasião, foi eleita como Presidente do próximo FONAVID a Dra. Teresa Cristina Cabral Santana, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ainda, a Juíza de Direito do TJPR Dra. Nícia Kirchkein Cardoso foi eleita a representante da Região Sul na Comissão Executiva do FONAVID 2024.



Outubro

Comitiva do TJPR apresenta boas práticas em oficina no XV FONAVID

Na quarta-feira, 25 de outubro, durante a realização do XV Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID), sediado neste ano pelo TJRS, foi promovida, no período da tarde, oficina de Boas Práticas Seleccionadas e Convidados/as. O Estado do Paraná participou da oficina apresentando quatro boas práticas, do total de quatorze ações seleccionadas.

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, e a Servidora Bruna Rosa apresentaram o projeto “Pesquisa-ação nas escolas – CEVID Educatron”. Idealizado por esta coordenadoria em conjunto com o Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH) e Ateliê de Inovação do Tribunal de Justiça do Paraná (AI), em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED), Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PPGDH-PUCPR) e Escola Judicial do Paraná (EJUD). O projeto tem por objetivo a criação, nos ambientes escolares, de espaços em que, através do protagonismo do estudante, todos os atores envolvidos no meio colegial, desenvolvam ferramentas teórico-metodológicas adequadas à gestão pacífica de conflitos, em especial, às questões relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher, pretendendo-se capacitar, virtualmente, a comunidade sobre temas relacionados à violência contra a mulher nas relações afetivas e em âmbito doméstico e familiar.

A iniciativa visa atender ao art. 8º, V e IX, da Lei nº 11.340/2006, bem como à Lei nº 14.164/2021, que alterou a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

A ação teve seu início em outubro de 2022 no Colégio Estadual Protásio de Carvalho, em Curitiba/PR, com entrega de flyers pela equipe da CEVID nas salas de aula e palestra com a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID.

Outubro

Em março de 2023 o projeto teve continuidade, passando a fazer parte das ações da Semana da Justiça pela Paz em Casa. Em 08/03, houve entrega de flyers pela equipe da CEVID nas salas de aula e palestra com a Desembargadora Coordenadora da CEVID.

No dia 16/08/23, foi realizada a 3ª edição da ação, mas, desta vez, adequou-se o formato para o virtual, com transmissão simultânea às escolas estaduais, a fim de ampliar o alcance do projeto e favorecer sua replicação, com exibição de vídeo de perguntas e respostas sobre Violência Doméstica (<https://www.tjpr.jus.br/documents/12054912/26276161/livreto+perguntas+e+respostas+adolescentes.PNG/0384601d-8413-3eb5-85b1-c1b6d4d86065>).

Outras três boas práticas paranaenses foram selecionadas para serem apresentadas no FONAVID, são elas: i. o projeto “Maria Na Escola: Educar É Prevenir”, exibido pela Doutora Marina Lorena Pasqualotto, Juíza de Direito da Comarca de Rio Branco do Sul; ii. O projeto “Centro De Referência Para Atendimento À Mulher Em Situação De Violência (CRAM)” apresentado pela Doutora Débora Cassiano Redmond, Juíza de Direito do Foro Regional de São José dos Pinhais, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba; e iii. O projeto “Mostra Cultural Sobre Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher”, desenvolvido pela Doutora Cecilia Leszczynski Guetter, Juíza de Direito da Comarca de Cândido de Abreu.



Novembro

COORDENADORA DA CEVID PROFERE PALESTRA NO X ENCONTRO ESTADUAL DE CONSELHOS DA COMUNIDADE DO PARANÁ E IX CAPACITAÇÃO ESTADUAL DOS CONSELHOS DA COMUNIDADE DO PARANÁ, EM IRATI/PR

No dia 9 de novembro, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, juntamente com a equipe da CEVID, participou do X ENCONTRO ESTADUAL DE CONSELHOS DA COMUNIDADE DO PARANÁ e IX CAPACITAÇÃO ESTADUAL DOS CONSELHOS DA COMUNIDADE DO PARANÁ, promovido pela Federação dos Conselhos da Comunidade do Paraná (FECCOMPAR) e pelo Conselho da Comunidade de Irati, em Irati/PR. O evento teve como tema "10 anos da FECCOMPAR e as Conquistas dos Conselhos da Comunidade do Paraná". O objetivo da ação consistiu em "capacitar os Conselhos da Comunidade, reconhecidos como Órgãos da Execução Penal, para uma atuação protagonista e participativa da sociedade visando garantir importantes avanços no Estado do Paraná".

A Coordenadora da CEVID tratou da importância de medidas voltadas a garantir o avanço na proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, especialmente no que tange à divulgação dos projetos e ações do Judiciário e sua integração com os demais entes que atuam no combate e na prevenção desses crimes.

Novembro

CEVID/TJPR PARTICIPA DE EVENTOS COM O TEMA "DEMOCRACIA PARTICIPATIVA DOS CONSELHOS DE DIREITOS DAS MULHERES", EM MATINHOS

No dia 13 de novembro, foram realizados, em Matinhos/PR, o I Fórum dos Conselhos de Direitos das Mulheres do Litoral do Estado do Paraná e o evento Rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar do Litoral do Estado do Paraná. As iniciativas foram promovidas pela UFPR Litoral e pela Rede Sorella, em parceria com os Conselhos dos Direitos das Mulheres de Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná. Estiveram presentes profissionais de diversos órgãos e áreas de atuação para integrarem os debates. Por parte do Judiciário, a Juíza Carolina Valiati da Rosa, atuante na Comarca de Pontal do Paraná, representou a CEVID/TJPR na ocasião.

As ações tiveram como principal objetivo mobilizar a comunidade local para discutir a criação e o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres, como também de uma rede eficaz para enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher, de maneira regionalizada e sistêmica.

Nesse sentido, foram abordadas questões fundamentais relacionadas à participação democrática e ao empoderamento das mulheres no litoral, destacando-se ainda a importância do alinhamento de políticas públicas em âmbito estadual e o diálogo com os diversos atores sociais.

Novembro

CIG, CEVID E EJUD PROMOVEM EVENTO ALUSIVO AO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

No dia 17 de novembro, na Esplanada do Prédio Anexo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, foi promovido o evento “Consciência negra: Desafios e Possibilidades”. A ação foi organizada pela comissão de Igualdade e Gênero (CIG), com a colaboração da CEVID e parceria da Escola Judicial do Paraná (EJUD), com transmissão pelo Youtube. A iniciativa integra as ações de prevenção e combate à discriminação racial no âmbito do Judiciário e também visa atender ao Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Equidade Racial, do qual o TJPR é signatário e que prevê ações em quatro eixos de atuação, sendo um deles a desarticulação do racismo institucional.

O evento contou com palestras da juíza Adriana Alves dos Santos Cruz, primeira mulher negra a alcançar o posto de secretária-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); do advogado e professor Samuel Vida, ogan de Xangô do Terreiro do Cobre e secretário-executivo do Afro-gabinete de Articulação Institucional e Jurídica (Aganju); da advogada Rita Cristina de Oliveira, secretária-executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; do mestre de capoeira e defensor legal popular Kandiero e da pesquisadora Melissa Reinehr, realizadores da Festa do Rosário, Linha Preta Curitiba, Festival do Samba e Festival Literário Afro-paranaense, além de uma apresentação musical de Daniel Monteles.

Segue link de acesso à gravação do evento: https://www.youtube.com/watch?v=1cSzYQKx_Dc

O dia da consciência negra, 20 de novembro, faz referência à morte de Zumbi dos Palmares, o então líder do Quilombo dos Palmares. A data foi oficializada como Dia da Consciência Negra pela Lei nº 12.519, de 2011. a celebração do Dia Nacional da Consciência Negra tem sido crucial para fomentar reflexões sobre a história dos afrodescendentes, estimular debates sobre racismo e desigualdade e promover a valorização da diversidade étnico-cultural do Brasil. A data também serve como um momento de reivindicação por políticas públicas, assim como para ampliação da visibilidade e o fortalecimento de movimentos sociais que lutam por justiça e equidade para a população negra no país. Evidencia-se, portanto, que a consciência negra não se limita apenas a um dia no calendário, mas representa uma jornada contínua em busca de reconhecimento, igualdade e respeito para todos, Independentemente de sua

Novembro

origem étnico-racial. É um chamado para a transformação social, em que a valorização da diversidade é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos os cidadãos e cidadãs.

Novembro

REALIZADA A 25ª SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

No dia 20 de novembro de 2023, foi aberta a 25ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, durante a sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR). Na ocasião, foram apresentadas as principais ações desenvolvidas no Paraná pela desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) do TJPR. A programação se estendeu durante toda a semana e abrangeu todas as Comarcas do Estado.

A Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa é uma iniciativa permanente idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com participação de todos os tribunais de Justiça estaduais, promovida durante três semanas ao ano, em todo o país. Tem o objetivo de aplicar com maior efetividade a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), por meio de palestras, eventos, rodas de conversa, mutirões de audiências, júris e sentenças, como também dar mais visibilidade à problemática da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Confira o relatório das ações e dos eventos promovidos pela CEVID e pelos Juízos do Estado do Paraná durante a 25ª Paz em Casa.

[Acesse o relatório completo clicando aqui.](#)

Novembro

INAUGURAÇÃO DA PRIMEIRA OUVIDORIA DA MULHER

No dia 20 de novembro, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço participou de solenidade na EJUD, no qual foi inaugurada a Ouvidoria da Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A ouvidora responsável será a Desembargadora Sônia Regina de Castro.

A inauguração ocorreu durante o Encontro das Ouvidorias e Órgãos Competentes na Luta Contra a Violência à Mulher, realizado no Auditório da Escola Judicial do Paraná (EJUD). O evento contou com a presença do 2º vice-presidente do TJ-PR, Desembargador Fernando Antônio Prazeres; da ouvidora nacional da mulher do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maria Helena Mallmann; da secretária de estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, Leandre Dal Ponte; da desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região Tânia Regina Silva Reckziegel, que também já atuou como ouvidora nacional da Mulher; da Procuradora Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Paraná, da deputada Cloara Pinheiro, entre outras autoridades.

Em fevereiro de 2022, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou a Ouvidoria Nacional da Mulher, por meio da Portaria nº 33, com atuação no âmbito do Poder Judiciário. A Ouvidoria da Mulher do TJPR foi criada no Dia Internacional da Mulher deste ano, com o objetivo de prevenir casos de assédio moral e sexual e também apoiar e acolher as cidadãs, conduzindo para os órgãos competentes quando necessário. A iniciativa da corte paranaense amplia o canal de comunicação oferecido às mulheres, valorizando a luta feminina por mais respeito e igualdade. Link de acesso ao evento:

https://www.youtube.com/watch?v=MM_t1D25ycE

Novembro

INICIADA NO JUDICIÁRIO PARANAENSE A CAMPANHA 21 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

No dia 20 de novembro de 2023, foi inaugurada, no Judiciário paranaense, mais uma edição da campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, uma mobilização global que envolve diversos entes e esferas sociais, com o intuito de unir esforços e dar maior visibilidade à temática.

Entre os dias 25 de novembro (Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres) e 10 de dezembro (data em que foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos), é realizada, em âmbito mundial, a campanha "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher". No Brasil, a iniciativa acontece no período de 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) a 10 de dezembro e é chamada de "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres".

Trata-se de uma mobilização anual, empreendida por diversos atores da sociedade civil e do poder público, com a finalidade de denunciar e erradicar as várias formas de violência contra as Mulheres, bem como informá-las e orientá-las sobre seus Direitos Humanos. Durante os 21 dias, uma série de atividades é organizada, incluindo palestras, workshops, eventos educativos, campanhas nas redes sociais, marchas, exibições de vídeos informativos e outras iniciativas que visam educar, conscientizar e mobilizar pessoas para que se envolvam na luta contra a violência de gênero.

Assim sendo, essa campanha é crucial porque:

- Conscientiza a Sociedade: Ajuda a conscientizar as pessoas sobre a amplitude e a gravidade da violência contra a mulher, muitas vezes invisível ou minimizada;
- Mobiliza a Ação Coletiva: Encoraja a ação e a solidariedade entre comunidades, organizações e governos para combater e prevenir a violência de gênero;
- Promove a Educação e a Mudança de Atitudes: Oferece oportunidades para educar sobre os diferentes aspectos da violência contra mulheres e meninas, propiciando a mudança de mentalidades e comportamentos;

Novembro

- Oferece Apoio e Recursos: Proporciona um espaço para as vítimas e sobreviventes compartilharem suas histórias e acessarem recursos e apoio para superar a violência;
- Chama a Atenção para a Urgência da Causa: A campanha destaca a urgência de tomar medidas para erradicar a violência de gênero e pressionar os governos a implementarem políticas eficazes nesse sentido.

No âmbito do Judiciário, a campanha representa um importante movimento no sentido de fomentar o aprofundamento das políticas de combate à violência de gênero, feminicídio e outras formas de agressões a mulheres e meninas. Ademais, está em sintonia com os objetivos da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, como também com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030, elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), em especial, com o ODS 5, que visa estimular ações para o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas.

Novembro

MAGISTRADAS DO TJPR CONCEDEM ENTREVISTAS AO PROGRAMA DE RÁDIO JUSTIÇA PARA TODOS, DA AMAPAR

Durante a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, Magistrados e Magistradas do TJPR concederam entrevistas ao programa de rádio da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), Justiça Para Todos. A iniciativa tem como objetivo divulgar a campanha em todo o Estado do Paraná, como também proporcionar informações e orientações à população acerca do tema da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

No primeiro dia da semana, a Dra. Adriana Carrilho Danna Persiani, Magistrada do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Anexos da Comarca de Londrina, explicou os objetivos e ações da campanha, no sentido de dar impulso, em regime de esforço concentrado, aos processos criminais em acervo que versam sobre violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídio.

Link de acesso à entrevista:
https://www.amapar.com.br/imprensa/radio/item/justi%C3%A7a-pela-paz-em-casa-3.html?category_id=167

No dia 21 de novembro, a Juíza de Direito Cecília Leszczynski Guetter, da Comarca de Cândido de Abreu, discorreu sobre as ações desenvolvidas na comarca em que atua e a importância da realização de iniciativas para a conscientização da sociedade e o papel do Poder Judiciário.

Link de acesso à entrevista:
https://www.amapar.com.br/imprensa/radio/item/justi%C3%A7a-pela-paz-em-casa-4.html?category_id=167

Na sequência, na quarta-feira 22/11, a Magistrada do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Foro Regional de São José dos Pinhais, Dra. Júlia Barreto Campelo, apresentou os resultados do projeto "Daqui Pra Frente". Trata-se de uma iniciativa que insere homens acusados de agressão em ciclos de conscientização. Durante os encontros com os agressores são debatidos temas como a constituição histórica da violência contra a mulher e do machismo na sociedade, as previsões legais da Lei Maria da Penha e as resoluções pacíficas de conflitos dentro de casa.

Novembro

MAGISTRADAS DO TJPR CONCEDEM ENTREVISTAS AO PROGRAMA DE RÁDIO JUSTIÇA PARA TODOS, DA AMAPAR

Durante a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, Magistrados e Magistradas do TJPR concederam entrevistas ao programa de rádio da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), Justiça Para Todos. A iniciativa tem como objetivo divulgar a campanha em todo o Estado do Paraná, como também proporcionar informações e orientações à população acerca do tema da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

No primeiro dia da semana, a Dra. Adriana Carrilho Danna Persiani, Magistrada do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Anexos da Comarca de Londrina, explicou os objetivos e ações da campanha, no sentido de dar impulso, em regime de esforço concentrado, aos processos criminais em acervo que versam sobre violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídio.

Link de acesso à entrevista:
https://www.amapar.com.br/imprensa/radio/item/justi%C3%A7a-pela-paz-em-casa-3.html?category_id=167

No dia 21 de novembro, a Juíza de Direito Cecília Leszczynski Guetter, da Comarca de Cândido de Abreu, discorreu sobre as ações desenvolvidas na comarca em que atua e a importância da realização de iniciativas para a conscientização da sociedade e o papel do Poder Judiciário.

Link de acesso à entrevista:
https://www.amapar.com.br/imprensa/radio/item/justi%C3%A7a-pela-paz-em-casa-4.html?category_id=167

Na sequência, na quarta-feira 22/11, a Magistrada do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Foro Regional de São José dos Pinhais, Dra. Júlia Barreto Campelo, apresentou os resultados do projeto "Daqui Pra Frente". Trata-se de uma iniciativa que insere homens acusados de agressão em ciclos de conscientização. Durante os encontros com os agressores são debatidos temas como a constituição histórica da violência contra a mulher e do machismo na sociedade, as previsões legais da Lei Maria da Penha e as resoluções pacíficas de conflitos dentro de casa.

Novembro

Link de acesso à entrevista:

<https://www.amapar.com.br/imprensa/radio/item/projeto-daqui-para-frente.html>

Novembro

CEVID E EJUD REALIZAM CAPACITAÇÃO VIRTUAL INTITULADA “ESPAÇO DE FALA – NÚCLEOS MARIA DA PENHA E SUA PARCERIA COM O JUDICIÁRIO NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR”

No dia 21 de novembro, às 10h, foi promovida a capacitação virtual denominada “Espaço de Fala – Núcleos Maria da Penha e sua parceria com o Judiciário no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”. O evento foi uma realização da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), em parceria com a Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR), tendo como tema “A essencialidade dos núcleos multidisciplinares para o atendimento integral da mulher em situação de violência doméstica”. O objetivo principal da ação consistiu em fomentar o diálogo e demonstrar a importância do papel dos Núcleos Maria da Penha (Numapes) no sentido de proporcionar acolhimento, atendimento jurídico gratuito e acesso à justiça às mulheres que estejam em situação de violência e que necessitam da proteção para que lhes seja assegurada a tutela de seus direitos, além da desvinculação do agressor. Para tanto, foram apresentadas palestras proferidas pelo Juiz Renato Garcia (Jacarezinho) e pela Juíza Dra. Cláudia Andrea Bertolla Alves (Londrina), bem como dos Coordenadores(as) dos respectivos Numapes, Dr. Fernando de Brito e Dra. Claudete Canezin, sendo esta última também Coordenadora Estadual dos Numapes do Paraná.

Os “espaços de fala” são cursos que abordam temas de interesse e relevância para a causa da promoção e defesa dos direitos da mulher. Esses espaços buscam aproximar órgãos e entidades civis que já atuam no combate da violência contra a mulher de diferentes formas, para o fortalecimento da rede e discussões sobre políticas públicas efetivas. Nesta oportunidade, pretendeu-se promover a aproximação entre o Judiciário e os Núcleos Maria da Penha (Numapes), visando tratar de questões relacionadas à perspectiva de gênero e à atuação específica de tais Núcleos no contexto do atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, bem como sobre os desafios cotidianos enfrentados e as possibilidades de fortalecimento, ampliação e integração do trabalho desses entes com relação aos demais integrantes da rede de atendimento no Estado do Paraná.

Novembro

Acesse a gravação do evento por meio do link:

[https://www.youtube.com/watch?](https://www.youtube.com/watch?v=UbJUNfQ7JnM&pp=ygUJZWp1ZCB0anBy)

[v=UbJUNfQ7JnM&pp=ygUJZWp1ZCB0anBy](https://www.youtube.com/watch?v=UbJUNfQ7JnM&pp=ygUJZWp1ZCB0anBy)

Novembro

LANÇADA A 6ª EDIÇÃO DA REVISTA ELETRÔNICA DA CEVID

Nesta terça-feira (21/11), foi lançada a 6ª edição da Revista Eletrônica da CEVID. O lançamento ocorreu de forma virtual, durante a Live "Espaço de Fala - NUMAPES: A Essencialidade dos Núcleos Multidisciplinares para o Atendimento Integral da Mulher em Situação de Violência Doméstica", promovida pela CEVID e pela Escola Judicial do Estado do Paraná (EJUD). Esta edição apresenta, além de artigos que versam sobre questões relativas aos direitos das mulheres e ao enfrentamento da violência doméstica, uma entrevista com a Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Paraná, Leandre Dal Ponte.

A Revista Eletrônica da CEVID é destinada à divulgação de conteúdos de interesse e relevância ao atendimento institucional no campo da violência doméstica e familiar contra a mulher, abrangendo projetos e boas práticas dos distintos órgãos que integram a rede de proteção e assistência às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, bem como produções acadêmicas relacionadas ao tema, elaboradas por toda a comunidade. Assim sendo, a publicação inclui artigos científicos, relatos de experiências, textos de opinião, revisão de literatura, resenha crítica de livros, entre outros. A revista ainda possui uma seção destinada a entrevistas com profissionais atuantes na área, o que possibilita apresentar o trabalho em prol dos direitos das mulheres de um ponto de vista prático e sob as distintas perspectivas dos diversos entes envolvidos.

Desse modo, ademais de promover a ampla divulgação de iniciativas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, pretende-se incentivar a participação dos(as) profissionais atuantes nessa área em cursos, treinamentos e demais ações destinadas à formação especializada e ao aprimoramento nos temas e rotinas de trabalho inerentes a essa matéria. Além disso, busca-se impulsionar a realização de pesquisas científicas e a produção acadêmica nessa área, cujos resultados são fundamentais a fim de subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas específicas mais efetivas.

Acesse as edições já lançadas da Revista Eletrônica da CEVID:

<https://www.tjpr.jus.br/web/revista-cevid>

Novembro

CEVID PROMOVE LIVE SOBRE ATENDIMENTO HUMANIZADO EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

No dia 21 de novembro, a CEVID, em parceria com a EJUD, promoveu uma live com o tema “Humanização do atendimento nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, contribuições do Judiciário”. O evento foi voltado à magistrados(as), servidores(as) e demais profissionais atuantes no contexto de violência doméstica e familiar.

Com o intuito de fornecer subsídios teóricos, legais e metodológicos, os palestrantes abrangeram os conceitos de violência, prevenção, proteção e acolhimento, com vistas à conscientização e compreensão dos participantes acerca do tema proposto. Além disso, foram apresentadas breves orientações práticas com o intuito de subsidiar a atuação dos(as) profissionais em seus respectivos órgãos, acerca da humanização no curso processual, abordando também os desafios enfrentados e possíveis soluções encontradas.

A live foi aberta pela Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR. Em seguida, houve exposições da Psicóloga Judiciária da CEVID, Ceciana Ames Schallenberger e da Assistente Social Judiciária da CEVID, Adriana Stall de Souza, como também do Juiz de Direito Dr. Marcos Antônio da Cunha Araújo, Vice-Coordenador da CEVID. O evento também destinou espaço para esclarecimento de dúvidas e contribuições dos espectadores.

Ainda, na ocasião, foi lançada recomendação elaborada pela CEVID a fim de orientar e fomentar a humanização do atendimento nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Referido documento é de suma importância no sentido de contribuir para a uniformização e padronização de procedimentos, assegurando a qualidade e efetividade dos atendimentos e promovendo a atuação integrada do Judiciário com demais entes envolvidos, em conformidade com a legislação vigente e com os instrumentos internacionais que versam sobre os direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

Acesse a gravação do evento por meio do link:

<http://www.youtube.com/watch?v=iV33-JETeRE>

Novembro

CEVID E FECCOMPAR PROMOVEM A 1ª REUNIÃO FORMATIVA DOS CONSELHOS DA COMUNIDADE PARA FACILITAÇÃO DE GRUPOS REFLEXIVOS E RESPONSABILIZANTES PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (GHAV)

No dia 23 de novembro de 2023, a CEVID, juntamente com a Federação dos Conselhos da Comunidade do Paraná (FECCOMPAR), promoveu uma reunião virtual com o intuito de fornecer orientações e sanar dúvidas dos Conselhos da Comunidade acerca da implementação dos grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher (GHAV). Na oportunidade, foi apresentada a cartilha intitulada “Sugestões para os Conselhos da Comunidade - Organização de Grupos Reflexivos e Responsabilizantes de homens autores de violência doméstica e contra a mulher”, elaborada pela FECCOMPAR, sob a coordenação da pedagoga Maria do Rocio da Silva Rosa, em parceria com a CEVID. A reunião foi conduzida pela Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, pela Presidente da FECCOMPAR, a assistente social Maria Helena Orreda, pela assistente social Adriana Stall de Souza e pela psicóloga Ceciana Ames Schallenberger, ambas atuantes na CEVID.

A FECCOMPAR tem desempenhado um papel fundamental para fomentar, coordenar e divulgar ações de enfrentamento à violência contra as mulheres no âmbito dos Conselhos da Comunidade. Em especial, a parceria com a CEVID durante as edições da Semana da Paz em Casa tem contribuído para conferir maior visibilidade à questão, como também para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas realizadas pelos Conselhos e o engajamento da sociedade em geral. No que tange aos grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, foi firmado Termo de Cooperação entre o TJPR e a FECCOMPAR, o qual tem trazido importantes resultados com respeito ao fortalecimento e à ampliação desses grupos no Estado do Paraná.

Link de acesso à cartilha para implementação dos GHAVs:

https://feccompar.com.br/paz_em_casa/cartilha-de-orientacoes-para-os-conselhos-da-comunidade/

Novembro

CEVID PARTICIPA DO EVENTO CURITIBA SEM MISOGINIA – A DISCRIMINAÇÃO E O ÓDIO CONTRA MULHERES, UMA DAS FACES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

No dia 24 de novembro a CEVID esteve presente na Casa da Mulher Brasileira para participar do evento “Curitiba sem misoginia”, esta mobilização faz parte dos 21 dias de enfrentamento às violências contra meninas e mulheres.

Promovido pela Assessoria de Direitos humanos e o Departamento dos direitos da Pessoa com deficiência, o evento fez alusão ao dia 25 de novembro (Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres) e tratou de temas necessários e que estão ganhando especial enfoque no âmbito do Judiciário. Foram abordadas questões como: aperfeiçoamento do atendimento às pessoas com deficiência, Misoginia, compreensão da violência contra mulheres e capacitismo.

O evento representou o importante desejo de constante aperfeiçoamento e aprofundamento na aplicação de políticas públicas que visam combater a violência de gênero, o feminicídio e outras formas de agressões a mulheres e meninas. Trata-se de ações que exigem a colaboração do poder público e da sociedade como um todo, e esta iniciativa foi de suma importância ao oportunizar a troca de experiências entre os atores da rede de atendimento e o compartilhamento de informações com a população acerca dos direitos das mulheres e dos serviços disponíveis.

Novembro

REALIZADA A 2ª EDIÇÃO DO PROJETO "PESQUISA-AÇÃO NAS ESCOLAS – CEVID/EDUCATRON", NO COLÉGIO ESTADUAL AVELINO ANTÔNIO VIEIRA – 24 DE NOVEMBRO

No dia 24 de novembro, ocorreu a 2ª Edição do projeto "Pesquisa-Ação nas Escolas – CEVID/Educatron". A ação visa transmitir aos estudantes, à comunidade escolar e à sociedade informações que possam contribuir para a prevenção da ocorrência de violência doméstica e familiar.

O projeto "Pesquisa-Ação nas Escolas – CEVID/Educatron" foi idealizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPR (CEVID), pelo Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH) e Ateliê de Inovação do Tribunal de Justiça do Paraná (AI), em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED), Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PPGDH-PUCPR) e Escola Judicial do Paraná (EJUD). Tem por objetivo a criação, nos ambientes escolares, de espaços em que, através do protagonismo do estudante, todos os atores envolvidos no meio colegial desenvolvam ferramentas teórico-metodológicas adequadas à gestão pacífica de conflitos, em especial, às questões relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher. Assim, pretende-se capacitar a comunidade, em especial o público adolescente/jovem, sobre temas relacionados à violência contra a mulher nas relações afetivas e em âmbito doméstico e familiar, apresentando conhecimentos, informações e orientações acerca da temática, em linguagem e formato acessíveis e de fácil compreensão.

Nesta 2ª edição, a equipe da CEVID/TJPR e os demais parceiros visitaram o Colégio Estadual Avelino Antônio Vieira, no bairro Fazendinha. O evento incluiu a exibição de vídeo informativo, contendo breve fala de Magistradas do TJPR bem como perguntas e respostas acerca do assunto. O vídeo será transmitido posteriormente, de forma simultânea, a todas as escolas estaduais. Também foram sanadas dúvidas dos(as) alunos(as) e houve a distribuição de material informativo.

Link de acesso ao vídeo exibido: <https://www.youtube.com/watch?v=R2KCcr00utk>

Novembro

Nas edições futuras, pretende-se a ampliação do escopo das ações para enfoque também nos(as) educadores(as), a fim de auxiliá-los(as) a identificarem a ocorrência de violência doméstica e familiar e tomarem as providências cabíveis.

Para a efetivação do projeto, utiliza-se o Kit Educatron, que consiste em equipamentos - smart TV, computador, webcam, microfones, teclado - que objetivam transmitir para todos os colégios da rede estadual de ensino, apresentações de conteúdo multimídia em sala de aula, bem como para videochamadas com outros professores ou palestrantes em tempo real em qualquer lugar e, especificamente neste projeto, informações que possam contribuir para a prevenção da ocorrência de violência doméstica e familiar. Considerando as informações relativas às distribuições dos kits, o Projeto Educatron atinge mais de 22 mil salas de aula, distribuídas em mais de 2 mil colégios da rede estadual.

Novembro

INÍCIO DOS CURSOS REFERENTES À COOPERAÇÃO ENTRE TJPR, FECOMÉRCIO, SESC E SENAC, PARA EMPREGABILIDADE DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

No mês de novembro, após amplas tratativas com profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do município de Curitiba e das instituições SESC e SENAC, realizou-se a primeira turma de cursos do convênio entre o Tribunal de Justiça do Paraná, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), e Fecomércio/PR, SESC/PR e SENAC/PR.

A parceria se refere ao Termo de Cooperação 13/2023, cujo objeto consiste em "conjuguar esforços recíprocos [...] para a execução e promoção de atividades que visem à proteção e garantia de direitos, com o fim de coibir e prevenir todas as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, [...] com oportunidades de propiciar, à mulher vítima dessa violência, meios para o seu aperfeiçoamento pessoal, educacional e profissional, inclusive inserção no mercado de trabalho, preservando sua saúde física e mental".

Dentre os cursos previstos na cooperação, destacam-se atividades culturais e de desenvolvimento pessoal, além de qualificações nas áreas de beleza e gastronomia. A turma já concluída, Escola e Modelagem dos Cabelos, com carga horária de 15 horas, compôs o plano de atividades do projeto de descentralização da parceria, inicialmente para o 3º Juizado de Violência Doméstica de Curitiba, em funcionamento na Casa da Mulher Brasileira, e, posteriormente, para os demais juizados e comarcas da capital e do interior do Estado.

Novembro

CEVID PARTICIPA DO GRUPO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MULHER SEGURA – MONITORAMENTO ELETRÔNICO SIMULTÂNEO DO AGRESSOR E VÍTIMA COM MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA E ACIONAMENTO IMEDIATO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Durante o mês de novembro, a Desembargadora Coordenadora da CEVID Ana Lúcia Lourenço, juntamente com a Desembargadora Denise Krüger Pereira, com a Juíza Auxiliar da Presidência Fernanda Karam de Chueiri Sanches e com o servidor da CEVID Aquiles Manholer Neto, participou de reuniões com os demais membros do Grupo de Trabalho criado para viabilizar a implementação do Projeto Mulher Segura – Monitoramento eletrônico simultâneo do agressor e vítima com medida protetiva de urgência e acionamento imediato dos órgãos de segurança pública.

A ação foi idealizada pela diretoria de políticas públicas da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e terá também a participação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, do Ministério Público do Estado do Paraná, da Polícia Civil do Estado do Paraná, do Departamento da Polícia Penal do Estado do Paraná, da Polícia Militar do Estado do Paraná e da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Trata-se da implementação de tecnologias capazes de viabilizar a monitoração eletrônica de autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, de forma integrada com aplicativo/dispositivo a ser disponibilizado à mulher que possui medidas protetivas de urgência, a fim de possibilitar que esta seja alertada quando o monitorado romper a distância estabelecida. Essa integração também permitirá o acionamento passivo das forças de segurança diante da proximidade do autor de violência. Desse modo, pretende-se propiciar uma fiscalização mais efetiva das medidas protetivas de urgência, bem como a agilidade na adoção das providências cabíveis em caso de descumprimento, contribuindo, assim, para maior segurança da mulher em situação de violência e de eventuais dependentes.

Novembro

O Grupo de Trabalho destinado aos estudos relativos ao projeto foi constituído em julho de 2023. As atividades desenvolvidas incluem a criação de uma Câmara Técnica com representantes de todos os entes envolvidos, para elaboração de um termo de cooperação técnica e de uma instrução normativa conjunta que regulamentará os procedimentos a serem adotados. Também estão sendo analisadas as propostas das empresas que detêm soluções tecnológicas voltadas à monitoração eletrônica simultânea das partes. Além disso, foram iniciadas tratativas com a Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), a qual também está empreendendo estudos no mesmo sentido, para possível atuação conjunta nessa iniciativa.

Novembro

REALIZADA A 2ª CORRIDA DO JUDICIÁRIO CONTRA O FEMINICÍDIO – 20 DE NOVEMBRO A 3 DE DEZEMBRO

Entre 20 de novembro e 3 de dezembro, foi realizada a 2ª Corrida Contra o Femicídio. O evento teve como objetivo de incentivar o diálogo e conscientizar a população acerca da problemática da violência doméstica e familiar contra as mulheres e do feminicídio.

A Corrida foi promovida pela Comissão Socioesportiva e Cultural (COSEC), por esta CEVID e pela Ouvidoria da Mulher do TJPR. Foram adotadas as modalidades de revezamento de maratona, de 42 km (corrida) e revezamento de Meia Maratona, de 21km (caminhada). Já em formato virtual, houve as modalidades corrida virtual por equipes, com distância de 42.195 metros, e caminhada virtual por equipes, com distância de 21.000 metros. Os primeiros 500 inscritos receberam camisetas personalizadas para a realização da maratona, e foi disponibilizado certificado aos participantes.

Dezembro

MAPEAMENTO NACIONAL DE GRUPOS REFLEXIVOS E RESPONSABILIZANTES PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: INFORME E DADOS PRELIMINARES

No mês de dezembro de 2023, foi realizada reunião para divulgação de informe preliminar relativo ao mapeamento nacional de grupos reflexivos para homens autores de violência. A iniciativa é uma parceria entre a CEVID/TJPR, o Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID) e o Núcleo Margens, da Universidade Estadual de Santa Catarina. O levantamento de dados nacionais, iniciado no mês de outubro, abrangeu todos os estados do Brasil e, ainda, a equipe manteve interação e monitoramento sobre os dados do estado do Paraná, coletando em sua integralidade as informações compartilhadas por cada Comarca. Ao longo desse período, o grupo Margens e a CEVID se colocaram à disposição para orientações e eventuais dúvidas que surgiram entre as equipes nacionais. Com os dados compilados, a etapa seguinte se caracterizou pela investigação e estruturação das informações.

Como metodologia, foram utilizados dois documentos para controle, uma planilha para mapeamento e um formulário voltados para cada estado, com a descrição da existência e contato de grupos para autores de violência. O formulário preenchido por cada comarca continha espaços e questões para descrição da instituição responsável pela coordenação do grupo, facilitadores, especificadores da aplicação, temas trabalhados nos encontros, formatos e encaminhamentos.

O projeto se estendeu ao longo dos meses de novembro e dezembro, com a lapidação das informações coletadas e o processo de análise destes dados. A previsão da publicação do mapeamento oficial está para o mês de fevereiro de 2024.

Dezembro

LANÇADA CAPACITAÇÃO VIRTUAL PARA PROFISSIONAIS ATUANTES NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Em dezembro de 2023, foi lançado curso virtual produzido pela CEVID, em parceria com a Escola Judicial do Paraná (EJUD), destinado à capacitação de Magistrados(as), servidores(as), Estagiários(as) e colaboradores(as) do TJPR, bem como a outros(as) profissionais pertencentes à rede de atendimento às mulheres em situação de violência. O curso tem enfoque nos procedimentos relativos à atuação das Polícias Civil e Militar e das Guardas Municipais, no que tange a sua integração com o Judiciário.

A capacitação inicial e continuada dos(as) agentes policiais civis e militares e membros das Guardas Municipais, assim como dos(as) profissionais do Judiciário, é medida fundamental a fim de garantir atendimento qualificado e humanizado às partes envolvidas em situações de violência doméstica e familiar. Além disso, a padronização de procedimentos revela-se crucial no sentido de assegurar que sejam adotadas as providências cabíveis com agilidade e eficiência durante os atendimentos, evitando riscos às vítimas e a eventuais dependentes. Nesse contexto, também exigem atenção especial e treinamento próprio os programas destinados ao policiamento preventivo e à fiscalização de medidas protetivas de urgência, tais como a Patrulha Maria da Penha e os Dispositivos do 'Pânico. Diante disso, a ação educacional tem o intuito de colaborar e omar esforços com os órgãos de segurança pública em nível local, visando contribuir para o aprimoramento constante da atuação do sistema de justiça nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Com essa finalidade, o curso foi encaminhado pela CEVID para análise pela Câmara Técnica da Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar do Paraná, a fim de que seja incluído na grade curricular da plataforma de formação dos Policiais Militares do Estado.

Link de acesso ao curso: <https://ead.tjpr.jus.br/course/view.php?id=831>

Dezembro

CEVID PARTICIPA DO “ENCERRAMENTO DA 1ª TEMPORADA DA CARAVANA PARANÁ UNIDO PELAS MULHERES – 2023”

Entre os dias 5 e 8 de dezembro, ocorreu o evento de “Encerramento da 1ª Temporada da Caravana Paraná Unido pelas Mulheres – 2023”, cuja abertura se deu no Museu Oscar Niemeyer. Realizada pela Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), e em parceria com a Associação dos Municípios do Paraná (AMP), a iniciativa teve como objetivo principal, na 1ª temporada, fortalecer o protagonismo das mulheres cidadãs e fomentar a criação dos organismos próprios da política da mulher, ações que fazem parte do compromisso de governo “O Paraná que Respeita as Mulheres/Paraná Unido pelas Mulheres”, que deve orientar os municípios sobre as políticas públicas executadas pelo Estado.

A abertura do evento contou com a presença do Governador do Paraná Carlos Massa Ratinho Junior e da Secretária da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa Leandre Dal Ponte, entre outras autoridades do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. Esteve representando o TJPR na ocasião a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID.

Na oportunidade, foram anunciadas diversas iniciativas em prol dos direitos das mulheres, como a liberação de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher (FEDIM/PR), a assinatura de Protocolo de Intenções com o Detran para o desenvolvimento de programas voltados a mais mulheres na direção e a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Avon para promover programa de hospedagens para mulheres em situação de violência. Houve também o lançamento da ferramenta interativa BI (Boletim Informativo – Business Intelligence) “Mulheres do Paraná”, em parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), que traz dados coletados, organizados e apresentados acerca do papel das mulheres em nosso Estado, sob três aspectos: Violência, Saúde e População. Ainda, foi inaugurada a Exposição Fotográfica “Feminicídio:

Dezembro

Um crime contra a equidade”, organizada e coordenada pelo Instituto Virada Feminina, que ficou disponível para visitas até o dia 17/12/2023, no vão livre do Museu Oscar Niemeyer. Ao longo do dia, também houve um ciclo de palestras voltados à compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres e às formas de enfrentá-lo.

Na quinta e sexta-feira, aconteceu a I Jornada Técnica de Políticas para Mulheres. O encontro foi promovido na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) e incluiu capacitação sobre a estruturação do sistema de governança de políticas públicas para mulheres e estratégias de combate ao feminicídio. Participaram do encontro personalidades que atuam em defesa dos direitos das mulheres e no combate a esse crime.

Dezembro

CEVID PRESTIGIA O SEMINÁRIO “AS MARIPOSAS: O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA E INSTITUCIONAL CONTRA AS MULHERES”, PROMOVIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ

A equipe da CEVID participou, na tarde do dia 6 de dezembro de 2023, do Seminário “As Mariposas: o enfrentamento da violência política e institucional contra as mulheres”, promovido no Auditório da Sede dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR), em alusão aos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.

Idealizada pelo Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) em parceria com a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública, a iniciativa foi realizada de forma presencial, com transmissão ao vivo pelo canal do Youtube da Escola da Defensoria Pública do Estado do Paraná (EDEPAR), e foi voltada aos públicos interno e externo da instituição. O nome do evento é uma homenagem às irmãs Mirabal, assassinadas em 1960 pela ditadura de Rafael Trujillo na República Dominicana.

A programação incluiu Mesa de abertura e dois painéis: o primeiro tratou sobre “Violência e Instituições: Avanços e desafios no enfrentamento à violência política e institucional de gênero e raça”, contando com a participação das palestrantes Laryssa Angélica Copack Muniz, juíza da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa, e Nahomi Helena de Santana, advogada e consultora de Diversidade. O segundo painel teve como tema “Violência e Poder: obstáculos e perspectivas para a ampliação da representatividade de gênero e raça e consolidação da democracia”. Contou com a presença das palestrantes Ivanete Xavier, presidente do Conselho Estadual de Direito das Mulheres do Estado do Paraná e coordenadora administrativa adjunta da Rede de Mulheres Negras do Paraná – RMN; Giorgia Prates, vereadora de Curitiba e presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Defesa da Cidadania, Segurança Pública e Minorias da Câmara Municipal de Curitiba; e Patricia Vicente Dutra, assistente social da DPE-PR e Professora do curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Educacional da Lapa.

Dezembro

COORDENADORA DA CEVID PARTICIPA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA "VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E SEUS IMPACTOS NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO"

No dia 7 de dezembro, a Coordenadora da CEVID, Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, participou como expositora da audiência pública promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, que teve como tema a Violência doméstica e familiar e seus impactos no Poder Judiciário Brasileiro. A Magistrada também representou o Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), juntamente com a Desembargadora Evangelina Castilho Duarte (TJMG) e a Juíza de Direito Luciana Lopes Rocha (TJDFT).

A audiência pública foi promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, no plenário 14, Anexo II da Câmara dos Deputados, em Brasília, bem como por videoconferência, por meio da plataforma Zoom. O evento fez parte da campanha "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher" e atendeu ao requerimento número 54/2023-CMULHER, de autoria da Deputada Delegada Ione. Também participaram como expositores no evento: o Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça Marcio Luiz Coelho De Freitas; o Juiz de Direito do TJPR Eldom Stevem Barbosa Dos Santos, membro honorário do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID); a Juíza da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Juiz de Fora do TJMG Maria Cristina Trulio; e a Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) Rivana Ricarte.

Dezembro

CEVID/TJPR PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA REFERENTE AO PROJETO “LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE FEMINICÍDIOS”, EM PARCERIA COM A UEL

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, representou o TJPR na cerimônia de assinatura de termo de cooperação técnica para o desenvolvimento do projeto “Laboratório de Estudos de Femicídios”, realizada no dia 11 de dezembro de 2023, às 16h30, na Sala dos Conselhos da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

O projeto é uma parceria entre a UEL e o TJPR, por meio da CEVID, que tem como escopo produzir e analisar dados sobre crimes de feminicídios, consumados e tentados, no Brasil, a partir de perspectivas multidisciplinares, com o intuito de contribuir para o monitoramento e visibilidade do fenômeno, o aprimoramento da qualidade das estatísticas oficiais e a melhoria da resposta da sociedade e do Estado no enfrentamento à violência contra a mulher.

Para tanto, o termo de cooperação firmado visa possibilitar a análise de processos criminais de feminicídio no Estado do Paraná desde 2015, mediante o fornecimento de informações sobre as pautas de julgamentos de feminicídio do Tribunal do Júri de todo o Estado do Paraná. A iniciativa também abrange a divulgação científica por meio de site do projeto, elaboração boletins informativos mensais sobre os casos julgados no Paraná, produção de Newsletters sobre feminicídios no Brasil e na região, criação de um contador de feminicídios no Brasil e disponibilização de ferramentas para consulta pública, a partir dos dados da imprensa escrita.

Dezembro



Dezembro

REALIZADA ÚLTIMA REUNIÃO MENSAL DE 2023 ENTRE OS INTEGRANTES DA CEVID/TJPR

No dia 13 de dezembro, quarta-feira, aconteceu a última reunião mensal do ano, com todos os(as) Magistrados(as), Servidores(as) e estagiários(as) integrantes da CEVID/TJPR. A reunião teve como pauta a retrospectiva dos trabalhos desenvolvidos ao longo do último ano, com destaque para as ações da última Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, as deliberações do grupo de trabalho para implementação do Projeto Mulher Segura, de monitoração eletrônica, e os estudos para implementação do Cadastro de Auxiliares da Justiça (CAJU) para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, sob a coordenação da Corregedoria-Geral da Justiça. Também foram discutidas as ações e metas previstas para o ano de 2024, e foram dadas às boas-vindas à Magistrada Marina Lorena Pasqualotto, que passará a integrar a equipe da CEVID/TJPR.

Dezembro

CEVID/TJPR RECEBE AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS PARA DISCUTIR AÇÕES INTEGRADAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES PARA 2024

No dia 13 de dezembro de 2023, às 16h30, a CEVID recebeu, na sala de reuniões do gabinete da 1ª Vice-Presidência do TJPR, diversas autoridades governamentais que atuam no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres, a fim de discutir metas, estratégias e ações conjuntas para o ano de 2024. O encontro congregou representantes dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado do Paraná, os quais relataram as principais atividades desenvolvidas em seus respectivos órgãos de atuação, como também apresentaram sugestões de medidas a serem adotadas no próximo ano.

Estiveram presentes na ocasião: o Procurador-Geral do estado do Paraná Luciano Borges Dos Santos; a Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Paraná Leandre Dal Ponte; o Coronel Saulo de Tarso Sanson Silva, representando o Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná; o Segundo Subdefensor Público-Geral do Paraná Bruno Müller Silva, representando o Defensor Público-Geral do Paraná; a Deputada Estadual Marcia Huçulak, representando a Bancada Feminina da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; a Assessora Amanda Leska, representando a Deputada Estadual Maria Victoria, a Promotora de Justiça Ana Carolina Pinto Franceschi, Coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (NUPIGE) do Ministério Público do Estado do Paraná; a Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Paraná Dra. Marilena Indira Winter; a Presidente da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero (CEVIGE) da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Paraná Nanci Stancki da Luz.

Dezembro

Dentre os tópicos tratados na oportunidade, destaca-se o Projeto Mulher Segura - Monitoramento eletrônico simultâneo do agressor e vítima com medida protetiva de urgência e acionamento imediato dos órgãos de segurança pública, o qual se encontra em estudo por meio de grupo de trabalho criado no segundo semestre deste ano, composto por representantes dos órgãos envolvidos. Ainda, foram abordados Projetos de Lei relacionados à temática da violência contra as mulheres, como o Projeto de Lei sugerido pela CEVID para alteração da Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984), para que, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, seja obrigatório o comparecimento do sentenciado a programas de recuperação e reeducação, de caráter reflexivo e responsabilizante, para o ingresso no regime aberto. A pauta também incluiu aprimoramentos na implementação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco e a intensificação de ações de conscientização e sensibilização da sociedade, especialmente aquelas promovidas no ambiente escolar, voltadas ao público adolescente.

A reunião de diversos atores no combate e na prevenção da violência doméstica e familiar contra as mulheres permitiu traçar um panorama das principais iniciativas recentemente implementadas, assim como identificar as principais demandas existentes e coordenar ações específicas para atendimento às necessidades constatadas, por grau de prioridade. Além disso, o encontro faz parte das articulações interinstitucionais realizadas de forma permanente a fim de dar cumprimento às medidas integradas de prevenção previstas no art. 8º da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), tendo por diretrizes, entre outras, a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação e a celebração de instrumentos de promoção de parceria visando à implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Dezembro





*Obrigado por fazer
parte dessa história!*

